

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos  
Sociais.

Giane Maria de Souza

**FORUNS NACIONAIS DE CULTURA: PROCESSOS E TESSITURAS  
DA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL**

Belo Horizonte  
2014

GIANE MARIA DE SOUZA

**FORUNS NACIONAIS DE CULTURA  
PROCESSOS E TESSITURAS:**  
Da participação e representação social

Belo Horizonte

2014

GIANE MARIA DE SOUZA

**FORUNS NACIONAIS DE CULTURA  
PROCESSOS E TESSITURAS:  
Da participação e representação social**

Projeto de Conclusão de Curso apresentado no Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais como pré-requisito para a conclusão do curso.

**Orientador (a): Rebecca Abers**

Belo Horizonte/MG

Novembro/2014

## **Agradecimentos**

Ao meu marido Dalmo, com paciência, amor e muito companheirismo esteve ao meu lado do início ao final desse caminho. Sempre compreendeu minha participação nos conselhos de políticas públicas e me incentivou a participar e me posicionar sempre. Se hoje finalizo essa etapa no Curso de Formação para Conselheiros Nacionais, tenho muito de ti em mim. Obrigada meu amor!

Aos meus amigos conselhistas do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC - e dos Setoriais Colegiados em especial ao de Patrimônio Imaterial. Vocês me fizeram entender a política pública sob o viés da alteridade. Porque pensar nos e com os outros é crucial para o estabelecimento de uma política equânime. E, principalmente, aqueles que resolveram ceder seu tempo para me auxiliar na pesquisa, respondendo minhas inquietações políticas e acadêmicas. Obrigada caríssimos (as).

Aos meus queridos amigos acadêmicos do Curso de Especialização em República, Democracia Participativa e Movimentos Sociais. Nosso companheirismo foi além EAD e resultou numa grande amizade. Muito obrigada a Viviane Petinelli – a melhor tutora do Prodep. Carlos Sato, Marcia Kurz, Gildo Bernardo, Adriana Merlin, Juliete Guerra, Rafael Romagnoli, Mara Valandro, Lia Ribeiro, Juliani Bochardt, Debora Rocha, Mirian Naves, Sonia Torezan e Sara Pedrini. Atrás de cada nome, um conselho, uma luta, um trabalho e um compromisso em fortalecer nossa democracia participativa e representativa. Obrigada, turma nota 10!

À minha orientadora Rebecca Abers, generosa e comprometida, me fez ver que uma orientação é antes de tudo um processo de aprendizagem contínuo e, que a preciosidade não está em acertar sempre, mas em errar e ter consciência que não sabemos de tudo. Muito obrigada pela sua presença na minha formação acadêmica.

Ao Charles Narloch que me incentivou a entrar no Conselho Nacional de Política Cultural. Seu estímulo me fez compreender e me apaixonar pelas políticas culturais ao entender a importância do nosso trabalho, da nossa indignação e da nossa participação perante o Estado na proposição de políticas públicas, cerne da democracia participativa. Ao Charles, que sempre torceu por mim! O mérito desse trabalho também é seu. Não basta sabermos muito, temos de compartilhar o que sabemos, ao formarmos novos quadros, estamos pensando na continuidade de nossas ações. Você é aquilo que Gramsci chamava de intelectual orgânico. Muito obrigada pela sua história junto da minha, da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País. Hoje, consigo ver suas palavras e ações no conjunto de políticas públicas que ficaram em Joinville, em Santa Catarina e no MinC. Muito obrigada caro amigo!

**Para Caroline Lisa Schultz Pedro Bom**

*(in memoriann)*

"Há homens que lutam um dia e são bons,  
há outros que lutam um ano e são melhores,  
há os que lutam muitos anos e são muito bons.

Mas há os que lutam toda a vida

e estes são imprescindíveis"

Bertold Brecht

**Democracia**  
**Tom Zé**

Democracia que me engana  
na gana que tenho dela  
cigana ela se revela, aiê;  
democracia que anda nua  
atua quando me ouso  
amua quando repouso.

É o demo o demo a demó  
é a democracia  
é o demo o demo a demó  
é a democracia.

Democracia, me abraça  
com tua graça me atira  
desfaz esta covardia, aiê;  
democracia não me fere  
mira aqui no meio  
atira no meu receio.

Democracia que escorrega  
na regra não se pendura  
na trégua não se segura, aiô;  
democracia pois me fere  
e atira-me bem no meio  
daquilo que mais eu mais receio.

Democracia, não me deixe  
sou peixe que fora d'água  
se queixa, morre de mágoa, aiê;  
democracia não se dita  
maldita seja se dura,  
palpita pela doçura.



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Departamento de Ciência Política  
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo  
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.  
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901  
E-mail: adm\_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

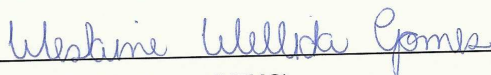
---

## ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada “FÓRUNS NACIONAIS DE CULTURA: PROCESSOS E TESSITURAS” elaborada por **Giane Maria de Souza**.

A Comissão, composta por Weslaine Wellida Gomes e Rayza Sarmento, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere à aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2014.



Weslaine Wellida Gomes (UFMG)



Rayza Sarmento (UFMG)

## RESUMO

A presente monografia apresenta reflexões acerca do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC - por meio de uma análise crítica do desenvolvimento dos Fóruns Nacionais Setoriais, pleito que elegeu os membros titulares e suplentes para a gestão 2012-2014. A temática da pesquisa contrapõe o desenho institucional do CNPC e sua composição por áreas colegiadas por meio de processos participativos e representativos. A hipótese do trabalho sugere que a reformulação histórica pela qual o Conselho Nacional de Política Cultural faz parte de um processo histórico marcado por negociações e embates entre o poder público e a sociedade civil. O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em problematizar o processo eleitoral virtual dos Fóruns Nacionais Setoriais e as questões da representação e participação social. Como objetivos específicos, esse estudo propôs: a) analisar a adesão da sociedade civil ao processo eleitoral a partir de suas representatividades setoriais e regionais; b) contrapor o processo eleitoral e sua representatividade sob a ótica dos representantes da sociedade civil; c) relacionar as cisões e divergências políticas nas deliberações do Conselho Nacional de Políticas Públicas como um processo histórico fruto dos embates da construção das políticas culturais no Brasil. Como metodologia, a proposta para a elaboração do conhecimento científico foi dividida em momentos específicos: a) Revisão teórica e bibliográfica; b) Pesquisa investigativa no campo documental do Sistema Nacional de Cultura e de Informação do MinC e Plano Nacional de Cultura; c) Aplicação de questionários qualitativos aos membros do CNPC gestão 2010-2012 e para alguns membros eleitos do pleito de 2012; d) Tabulação de dados coletados com o levantamento bibliográfico e documental. Por fim, essa pesquisa abre, sobretudo, o início de um caminho percorrido na academia sobre o Conselho Nacional de Política Cultural, retomando o estado da arte, para possibilitar o entendimento dos processos históricos da democracia participativa e representativa brasileira no âmbito da cultura institucionalizada.

**Palavras chave:** Conselho Nacional de Política Cultural. Democracia Participativa. Políticas Culturais.

## ABSTRACT

This monograph reflects on the National Cultural Policy Council - CNPC - through a critical analysis of the development of the National Sector Forums, election that elected the members and alternate members to the management from 2012 to 2014. The theme of research contrasts the institutional design of CNPC and its composition by collegiate areas through participatory and representative processes. The hypothesis of this work suggests that the historic overhaul in which the National Council for Cultural Policy is part of a historical process marked by negotiations and clashes between the government and civil society. The general objective of this research was to question the virtual electoral process of the National Sector Forums and issues of representation and social participation. The specific objectives of this study proposed: a) to analyze the membership of civil society in the electoral process from its sectoral and regional representativeness; b) oppose the electoral process and its representation from the perspective of representatives of civil society; c) list the divisions and political differences in the deliberations of the National Council of Public Policy as a historical process result of clashes and construction of cultural policies in Brazil. As methodology, the proposal for the construction of scientific knowledge was divided at specific times: a) theoretical and literature review; b) investigative search in the documentary field of the National Culture and Information and the Ministry of Culture National Culture Plan System; c) Application of qualitative questionnaires to members of the CNPC management 2010-2012 and some elected members of the 2012 elections; d) Tabulation of data collected from the literature and documentary. Finally, this research opens, above all, the beginning of a road traveled in the gym on the National Council for Cultural Policy, returning to the state of the art, to enable the understanding of the historical processes of the Brazilian participatory and representative democracy within the institutionalized culture.

**Keywords:** National Cultural Policy Council. Participatory Democracy. Cultural Policy.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>1 NAS TESSITURAS DO PROCESSO DEMOCRÁTICO</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Democracia de alta e baixa intensidade: apontamentos necessários</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Sobre representação e participação social: advocacy e accountability societal para uma democracia de alta intensidade</b>	<b>29</b>
<b>1.3 O processo de mobilização social: a corresponsabilidade necessária</b>	<b>34</b>
<b>2 CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL UMA FABRICAÇÃO DE SENTIDOS</b>	<b>41</b>
<b>2.1 Conselho Nacional/Federal de Cultura</b>	<b>41</b>
<b>2.2 Conselhos públicos e cultura como direitos constitucionais</b>	<b>44</b>
<b>2.3 Dimensão simbólica da cultura: De Mário de Andrade a Gilberto Gil</b>	<b>48</b>
<b>3 FÓRUNS NACIONAIS SETORIAIS – 2012 – AS ARTIMANHAS DE UM PROCESSO ELEITORAL</b>	<b>60</b>
<b>3.1 CNPC – as vicissitudes de um jogo democrático</b>	<b>60</b>
<b>3.2 Revisitações do processo eleitoral do CNPC</b>	<b>65</b>
<b>3.2.1 Dos conselheiros eleitos</b>	<b>67</b>
<b>3.2.2 Trajetória versus perfil versus militância = atuação</b>	<b>68</b>
<b>3.3 Processos participativos e empoderamento</b>	<b>74</b>
<b>3.4 Fóruns Nacionais Setoriais de 2012</b>	<b>86</b>
<b>3.5 As artimanhas do processo eleitoral e estratégias de mobilização</b>	<b>96</b>
<b>3.6 O processo eleitoral sob o olhar dos conselheiros</b>	<b>114</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

A presente monografia foi desenvolvida para o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais - Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, sob a orientação da professora doutora, Rebecca Abers, como pré-requisito para o Projeto de Conclusão de Curso. Este trabalho apresenta um conjunto de reflexões acerca do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC - por meio de uma análise crítica do desenvolvimento dos Fóruns Nacionais Setoriais.

A temática da pesquisa contrapõe o desenho institucional do CNPC e sua composição por áreas colegiadas por meio de processos participativos e representativos singulares na história recente da democracia no Brasil. Desde a primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, houve a inclusão de novos sujeitos, historicamente alijados dos processos de elaboração das políticas públicas, em setoriais específicos. Nosso interesse por essa pesquisa, sobretudo, vem ao encontro da minha atuação como membro titular representante da região Sul no Colegiado Nacional de Patrimônio Imaterial e como membro suplente no Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, do Ministério da Cultura – MinC. Ainda, esse trabalho é uma tentativa cognitiva de refletir sobre nossa práxis social no conjunto do movimento cultural que estamos inseridos.

Portanto, o objeto de investigação dessa pesquisa monográfica é o processo eleitoral denominado Fóruns Nacionais Setoriais, ocorridos em dezembro de 2012, em Brasília - DF, pleito que elegeu os membros do CNPC e dos 17 Setoriais Nacionais para o biênio 2012-2014. A problemática de pesquisa indaga se a modalidade virtual aberta pelos Fóruns Nacionais Setoriais para a escolha dos seus candidatos e eleitores da sociedade civil para a composição do Conselho Nacional de Política Cultural e seus respectivos colegiados privilegiou a participação e representação da sociedade civil, ou ocasionou uma insuficiência democrática na participação e nas deliberações dos representantes eleitos.

Dentro dessa análise, a hipótese que levantamos sugere que a reformulação histórica pela qual o Conselho Nacional de Política Cultural passou desde sua origem (como conselho de cultura) até a constituição de conselho de política, faz parte de um processo histórico marcado por negociações e embates entre o poder público e a sociedade civil, mais precisamente explicitada na eleição dos conselheiros, em 2012. Nesse processo antagônico, vemos os sujeitos sociais, as correlações de forças e disputas de poder, assim como as novas configurações e tessituras de representação que são forjadas dentro e fora dos movimentos culturais.

Sendo assim, reitera-se o objetivo geral dessa pesquisa que consistiu em problematizar o processo eleitoral virtual dos Fóruns Nacionais Setoriais e as questões da representação e participação social. Como objetivos específicos, esse estudo propôs: a) analisar a adesão da sociedade civil ao processo eleitoral a partir de suas representatividades setoriais e regionais; b) contrapor o processo eleitoral e sua representatividade sob a ótica dos representantes da sociedade civil; c) relacionar as cisões e divergências políticas nas deliberações do Conselho Nacional de Políticas Públicas como um processo histórico fruto dos embates e construção das políticas culturais no Brasil.

A pesquisa histórica sobre o Conselho Nacional de Política Cultural foi subsidiada por referencial teórico que analisou o problema da participação e representação como sendo problema relacionado à categoria de *advocacy*. O processo eleitoral e seus percalços colocaram em xeque não somente a inscrição dos representados, mas também a autorização desses como membros da sociedade civil eleitos nos Fóruns Nacionais Setoriais. Se a plataforma proposta pelo Ministério da Cultura contribuiu ou não para uma participação mais efetiva da sociedade civil, para isso, contrapomos a participação da sociedade civil pela localização geográfica de determinados grupos ou áreas culturais, para tentarmos entender se ocorreu de fato uma “democratização” por conta da plataforma virtual ou o contrário.

Percebe-se, pelos objetivos elencados, uma suposta relação maniqueísta do processo ou uma conformação política institucional burocratizada. De que forma a problemática da pesquisa é exposta e considerada, a fim de se buscar uma resposta analítica para esse conjunto de indagações, é uma questão que não está de sobreaviso aqui respondida. Porém, esse trabalho monográfico espereita uma formulação política social que foi construída e deve ser analisada sob o tempo histórico para entender o processo social dentro dos mecanismos participativos e quais seriam, sob o ponto de vista teórico, os caminhos para facilitá-lo. Essa não é definitivamente a lógica que se quer alcançar, unicamente, com esse trabalho, mas até que ponto os sujeitos culturais ou grupos organizados sentiram a necessidade de organização e representação política, visto que o problema político proposto pela eleição dos conselheiros nacionais não pode limitar-se a uma lógica de oferta e procura, mas sim em uma orientação política de ocupação, percepção e empoderamento de espaços representativos que disputam hegemonias na construção das políticas públicas.

Os objetivos e o referencial teórico direcionaram esse trabalho para, enfim, entender os conselhos nacionais e suas deliberações como processo histórico antagônico possível de

acertos e problemas conforme as direções que são inseridas em determinados contextos políticos.

Como metodologia, a proposta para a construção do conhecimento científico foi dividida em momentos específicos: a) Revisão teórica e bibliográfica acerca das instituições participativas e representativas e dos movimentos culturais. Os arrolamentos de textos acadêmicos, artigos, dissertações e teses sobre os processos eleitorais e a história dos Conselhos Nacionais de Cultura foram fundamentais para uma compreensão teórica do tema; b) Pesquisa investigativa no campo documental do Ministério da Cultura, atas do CNPC, regimento do CNPC, regimento eleitoral dos Fóruns Nacionais Setoriais, Diário Oficial com os resultados da eleição, elaboração de tabelas estatísticas de candidatos e eleitores por região a partir dos boletins informativos do MinC, documentos do Sistema Nacional de Cultura e de Informação do MinC e Plano Nacional de Cultura; c) Aplicação de questionários qualitativos aos membros do CNPC gestão 2010-2012 e para alguns membros eleitos do pleito de 2012 que se prontificaram em responder ao questionário voluntariamente<sup>1</sup>; d) Tabulação de dados coletados com o levantamento bibliográfico e documental.

Todos os resultados advindos da pesquisa de campo e da aplicação da pesquisa qualitativa foram problematizados no terceiro capítulo dessa monografia. Assim como a história dos conselhos nacionais de cultura foi retomada no segundo capítulo e os arcabouços teóricos que analisam e problematizam a participação social e a sua representatividade em instâncias institucionalizadas, como os Conselhos Nacionais, foram abordados no primeiro capítulo. Por fim, essa pesquisa abre, sobretudo, o início de um caminho percorrido na academia sobre o Conselho Nacional de Política Cultural, retomando o estado da arte, para possibilitar o entendimento dos processos históricos da democracia participativa e representativa brasileira no âmbito da cultura institucionalizada.

Sob o ponto de vista histórico, é necessário compreender como se processou a participação e representação dos conselheiros nacionais nos processos deliberativos e decisórios que definiram um conjunto legal de políticas públicas para a área da cultura no início desse milênio. Políticas essas que estão em voga nos dias atuais, por isso, nosso

---

<sup>1</sup> Foram realizadas algumas questões e dirigidas para os membros do CNPC. Tentamos uma entrevista oral com os membros representantes do governo no CNPC, como alguns secretários, mas, infelizmente, não obtivemos êxito. Dos membros atuantes da sociedade civil, no CNPC, grande parte está fora desse processo, e tentamos realizar um diálogo por correio eletrônico, três pessoas responderam ao chamado. Somente uma respondeu ao *survey*.

ênfoque sobre a análise da eleição dos conselheiros de cultura no pleito de 2012 se faz necessário a partir de um levantamento sobre a história cultural do País.

Sendo assim, o ponto de partida dessa monografia inicia com uma elaboração teórica de como se estabeleceu as tessituras do processo democrático brasileiro, partindo de análises teóricas clássicas até os conceitos sociológicos de referência que são emersos durante o texto para subsidiar a construção do pensamento histórico do arcabouço legal arquitetado na área de cultura no Brasil durante o século XX, até desembarcarmos no processo de eleição dos conselheiros nacionais para o CNPC em 2012.

Da representação à participação, quais foram os conselheiros de cultura eleitos nos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012 que tradicionalmente se viam incluídos ou excluídos das estruturas conselhistas brasileiras? Inegavelmente, a partir da revisão bibliográfica realizada, há um avanço político na concepção e na atuação desses conselheiros pós Constituição Federal de 1988, sobretudo, a entrada dos novos sujeitos históricos nos conselhos de cultura a partir da gestão de Luís Inácio Lula da Silva, na Presidência da República, e de, Gilberto Moreira Gil, no comando do Ministério da Cultura. Por isso, o exercício intelectual de alteridade deve considerar as apreensões dos conselheiros para entendermos suas impressões sobre o processo participativo e representativo desse período.

Essas impressões provocam novas inquirições de pesquisa sobre as configurações políticas e representatividades sociais nos desenhos institucionais do Conselho Nacional de Política Cultural (as quais, por força das circunstâncias e dos percalços do trabalho monográfico, são apontadas como possível continuidade de pesquisa empírica) porque a inquietação e a necessidade teórica de articular as ciências políticas com o debate histórico, para, enfim, contribuímos mais efetivamente para o debate histórico e analítico sobre a política cultural a partir do primeiro governo Lula, em 2003.

Destacamos que os conselhos híbridos e paritários, enquanto processos participativos e representativos são recentes na história da política e da democracia no Brasil (AVRITZER & PEREIRA, 2014). Portanto, esse tema incorre numa necessidade histórica de se pensar a história da nossa democracia no tempo presente e de como ela se configura na história política dos sujeitos culturais com suas percepções, idiosincrasias, leituras e narrativas, assim como nas tessituras acerca das diretrizes pensadas para e sobre a política cultural no Brasil.

Por isso, é essencial o estudo científico dos processos participativos e representativos. Como entender o empoderamento dos agentes culturais em espaços consultivos e deliberativos, como conselhos públicos, sem imergir nesses espaços? Na história política da democracia brasileira notadamente vê-se que muitos intelectuais militantes, historiadores, antropólogos, arquitetos e cientistas sociais ultrapassam a linha de observação e análise e atuam em determinados conselhos, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo - Condephaat – e o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan -, como forma também de contribuir na elaboração e no debate das políticas públicas<sup>2</sup>.

Por isso, compartilhamos com Hobsbawm a tese de que o historiador ou o intelectual que atua nesses espaços age sob uma perspectiva de engajamento político, a partir de suas experiências e de suas trajetórias dentro do movimento histórico social. Talvez por isso, nossa entrada no Conselho Nacional de Política Cultural tenha lançado sobre ele nossas indagações intelectuais sobre o movimento cultural e seus antagonismos acerca da política participativa e representativa. Hobsbawm, ao tecer análises sobre a participação do engajamento de determinados intelectuais, alerta: “O mais decisivo é que os intelectuais engajados podem ser os únicos dispostos a investigar problemas ou assuntos que (por razões ideológicas ou outras) o restante da comunidade intelectual não consegue considerar.” (HOBSBAWM, 1998, p. 148) Certamente, essa inquietação teórica tenha emergido da nossa prática não só como historiadora, mas como agente cultural que observa o jogo político, contrapõe e investiga fontes documentais e tenta analisar as performances sociais existentes nesse meio.

A curiosidade epistêmica, ao nosso entender, se faz na medida em que o tempo histórico se constrói dialeticamente contraditório, dinâmico e transformador. Porque para analisarmos as tessituras do processo democrático aqui proposto é necessário se debruçar sobre o tempo histórico que, sobretudo, é tempo político, além das indagações superficiais, das suposições aleatórias e reflexões preliminares para as profundezas da construção da prática social e política dentro da historiografia política brasileira. Destarte, a história da política social e cultural que se contrapõe ao positivismo político é feita, em grande medida,

---

<sup>2</sup> Durante o texto monográfico iremos discutir mais profundamente essa relação, porque principalmente na área da cultura, os intelectuais “sempre” foram convidados a fazerem parte dos conselhos, o que na historiografia conhecemos como os chamados Conselhos de Notáveis. Atualmente, há uma nova articulação e entendimento desses espaços políticos como espaços de litígios, de negociação e de proposição de políticas públicas no sentido da dilatação da democracia nessas instituições. Essa percepção é consoante ao que preconiza a Constituição Federal de 1988 e toda a luta democrática brasileira pós-ditadura militar pela inclusão da participação e democratização das instituições públicas no Estado brasileiro.

por profissionais que se engajam no seu interior, para desvelar não o passado, como diz Hobsbawm, mas para entender o seu próprio tempo.

Nesse sentido, se no passado, o historiador muitas vezes se deparava com fontes documentais inacessíveis, no presente ele se descobre frente a uma produção em série de fontes de pesquisas e informações, de fabricação de fatos midiáticos, de narrativas subsequentes, muitas vezes efêmeras e tênues, que em dias, minutos e horas modificam suas estruturas, configurações e narrações. Esse caso é sintomático, principalmente para os pesquisadores que estudam ou analisam as políticas públicas, que sofrem as múltiplas variações e humores dos governos que as implementam ou as descartam em favor de suas ideologias ou posições políticas partidárias.

Hobsbawm, ao analisar as transformações no século XX, o denominou de breve, justamente por conta das transformações culturais que mudaram radicalmente as configurações históricas e políticas dos países, governos, ditaduras e democracias no desenvolvimento do capitalismo no século passado. Nosso alicerce introdutório, à luz do pensamento do historiador britânico, justifica nossa posição teórica ao arquitetarmos nossa metodologia de apresentação desse trabalho monográfico, em três capítulos principais. Especialmente, ao discuti-los com as interfaces do fazer histórico, porque como advoga Hobsbawm, ao analisar o ofício de escrever a história do século XX, um dos problemas do tempo presente está na dinâmica rápida das transformações na história: “Ele afeta aos historiadores de todas as gerações e infelizmente está menos sujeito à rápida revisão à luz dos acontecimentos históricos, embora felizmente não esteja imune à erosão da mudança histórica.” (idem, p. 252).

As reflexões de Hobsbawm sobre o final do século XX talvez possibilitem dilatamento da percepção histórica nos tempos atuais para a apresentação dessa monografia. Uma tentativa de compreender o recente século XXI e suas vicissitudes. Desta forma, poderemos, a partir das informações da política cultural brasileira no século XX, da criação e atuação do Conselho Nacional de Política Cultural no século XXI, perceber que as narrativas históricas são permeadas de linguagens simbólicas desses novos atores políticos (conselheiros) inclusos dentro de novas estruturas políticas (conselhos), assim como a emergência de novos movimentos sociais. O historiador desses processos e movimentos antagônicos ressalva e transforma objetivamente o que vê em fontes substanciais de pesquisa. Ao percebermos que por trás dessas oscilações políticas aparentes e fluidas existe uma solidez vulcânica que amálgama o

presente como fonte de pesquisa por intermédio do lastro histórico da percepção e temporalidades tácitas desses movimentos culturais.

Para isso, Hobsbawm observa que o historiador deve sair do seu poleiro de observação, para adentrar no mundo real a partir de seu olhar e de sua trajetória. “[...] se deixarmos de lado esse quadro da história contemporânea que é construído para nós e no qual encaixamos nossas próprias experiências, essas experiências continuam sendo nossas. Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo.” (ibidem, p. 244)

Para sairmos desse “poleiro particular” precisamos entender que o processo de políticas culturais no Brasil aconteceu dentro de um movimento antagônico, dinâmico, que transversalizou a construção dos conselhos e a ideia de coletividades públicas para a política cultural ao inserir uma dimensão simbólica da cultura por meio de múltiplos representantes culturais da sociedade civil. Por isso, é inegável que ao estudar o Conselho Nacional de Política Cultural e sua composição multisetorial correlata-se a criação do Plano Nacional de Cultura e suas metas, com as contribuições de Mario de Andrade, em 1938, retomadas por Gilberto Gil, em 2003.

Nessa lógica das coletividades públicas e da produção de um “tempo em comum” esse trabalho está inserido principalmente num exercício de alteridade. O historiador já não se coloca mais absorto na história ou alheio aos acontecimentos históricos, mas como fruto dessa construção histórica antagônica e processual a partir do outro e para o outro, por isso, esse trabalho foi construído em três momentos, subdivididos em capítulos-chave.

No primeiro capítulo: **As tessituras do processo democrático** - tentaremos repensar teoricamente as instituições políticas e suas configurações históricas à luz das demandas atuais de participação e representação, tendo em vista a nova organização dos movimentos sociais em tempos de globalização e novas tecnologias. Inicia-se aí um levantamento teórico sobre o ponto de vista da sociologia política a partir de pensadores e teóricos que pesquisaram instituições políticas participativas híbridas e paritárias. Condição essa, prioritária, se pensarmos quais os atuais desafios para o empoderamento social desses novos sujeitos sociais, e o que de fato torna nossa democracia de alta intensidade frente aos obstáculos e variações da representatividade e de sua legitimidade. Tendo em vista que a conjuntura política atual brasileira deposita os debates e reflexões teóricas sobre democracia e representatividade em um determinado encruzamento histórico. Muito além do bicameralismo simétrico e do governo de coalizão, a

democracia não se encerra nos pleitos eleitorais bianuais nem tampouco na eleição dos conselhos e de seus conselheiros. A partir da Constituição Federal - CF de 1988, novas formas de participação e novas configurações de representações sociais foram inseridas no contexto da democracia brasileira, fazendo com que a noção de representatividade se ampliasse vertiginosamente. A gestão pública, desde a CF-1988, ampliou e incluiu a atuação de novos sujeitos no cenário democrático, todavia, novos cenários de atuação foram criados, conseqüentemente, como os fóruns, conselhos, consultas públicas, plebiscitos. Novas agendas de participação e representação resultaram em novas práticas de negociação e de articulação entre a sociedade civil e o poder público. Essa discussão pretende ser, nesse capítulo, porta de entrada para uma análise mais especializada dessas novas participações e representações no âmbito da cultura por meio de um levantamento histórico.

No segundo capítulo: **Conselho Nacional de Política Cultural – fabricação de sentidos** – no intuito de se tentar entender como se construiu a política cultural no Brasil, teremos como marco histórico a criação do Sphan, em 1938 e o Conselho Nacional de Cultura, pelo governo Vargas. Perceberemos nesse levantamento histórico que essas duas criações não foram realizadas dentro de um vazio sociológico. Desde a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, o movimento modernista já vislumbrava a ideia de trabalhar institucionalmente a cultura e os movimentos culturais a partir de uma visão edificada por alguns intelectuais que entendiam a cultura popular não só dentro do prisma do folclore, como algo a ser guardado e protegido, para ser exibido como sentido da brasilidade almejada nas raízes nacionais, mas também como algo a ser horizontalizado em políticas públicas de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, tentaremos, nesse segundo momento, desmistificar que na área de cultura os conselhos são algo recente, pelo contrário, são frutos da década de 1930. Ainda é muito recorrente a historiografia política tratar a criação do Sphan como símbolo de conselhos públicos e ignorar que, no mesmo ano, ou seja, logo em seguida da criação do Sphan, foi criado o Conselho Nacional de Cultura, representando uma apologia varguista de ufanização cultural e criação de símbolos republicanos nacionais. Porém, até chegarmos ao desenho atual do nosso objeto de estudo, o Conselho Nacional de Política Cultural, há uma longa trajetória a ser considerada. Esse caminho determinará o perfil que, em 2003, a gestão de Luís Inácio Lula da Silva imputará ao Ministério da Cultura na gestão de Gil. Como agenda de governo, houve um esforço de retirar os artigos e incisos constitucionais do papel e torna-los ação de Estado no que se refere à democracia e representação política ampliada, tendo como base o texto da CF-1988. Contudo, foi necessário (re) organizar esse levantamento histórico

para subsidiarmos nossas discussões teóricas nessa monografia. Pressupor que ao (re) direcionar a lógica institucional, o governo Lula, no decorrer dos novos tempos de democratização, reinseriu novos personagens históricos no lugar dos conselhos de notáveis, como historicamente os conselhos de cultura patentearam-se na história republicana do Brasil. O Conselho Nacional de Política Cultural, no bojo de sua (re) criação, teve a composição da sociedade civil representada nos mais variados setores culturais e classes sociais. Detentores de saber, mediadores, produtores e agentes culturais foram eleitos em pleitos e referendados em conferências e fóruns públicos, demarcando e ratificando a noção simbólica da cultura como apreensão e não mais como posição social.

No terceiro capítulo: **Fóruns Nacionais Setoriais – 2012 – As Artimanhas de um processo eleitoral** - tentaremos contrapor como a ótica tecnicista dos gestores do governo federal, dentro do Ministério da Cultura, sobrepôs uma deliberação do Conselho Nacional de Política Cultural e impôs um pleito eleitoral depois da Segunda Conferência Nacional de 2010, em vias da Terceira Conferência Nacional de 2013, ao realizar os Fóruns Nacionais Setoriais no meio do processo conferencista, em 2012, numa dinâmica burocrática dividida em três estágios eleitorais: a) a auto inscrição de candidatos e eleitores a conselheiros (via virtual); b) a eleição estadual, uma seletiva prévia para o encontro nacional, com debate e exposição de propostas para os candidatos (via virtual); c) a eleição nacional presencial em um conjunto de fóruns realizados simultaneamente por áreas colegiadas, cadeiras representativas da plenária do CNPC, denominados Fóruns Nacionais Setoriais, em 2012. Esses estágios da eleição para os conselheiros nacionais tornaram esse processo controverso e os critérios adotados para suas auto inscrições, e o mecanismo virtual da eleição, foram contestados pelos conselheiros nacionais membros da gestão do CNPC (2010-2012) e amplamente criticados pelos grupos e movimentos culturais, por acreditarem que a plataforma foi excludente e burocrática. Nesse capítulo, tentaremos descrever como foi esse processo eleitoral a partir de dois personagens centrais: a) os conselheiros da sociedade civil que estavam no CNPC e participaram de todas as negociações e se posicionaram contra o pleito por vias virtuais, e de alguns conselheiros que se elegerem nesse pleito. Importante destacar que o Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC - foi (re) implantado no dia 19 de dezembro de 2007, como uma ação decorrente da proposição da PEC 416/2005 que vislumbrava a implantação do Sistema Nacional de Cultura, que, por conseguinte, elaboraria o Plano Nacional de Cultura a partir do CNPC, e suas instâncias democráticas e representativas como os fóruns, consultas públicas, encontros, seminários, conferências nacionais, estaduais e municipais. (PEREIRA, 2013). Evidenciando

que a orientação das políticas públicas seguia ordem horizontalizada, mais participativa e representativa, conforme os preceitos do governo Lula e da gestão de Gilberto Gil.

Ao recortamos esses três capítulos, didaticamente dialogando entre si, fazemos opção metodológica política porque entendemos que esse conjunto de diretrizes, formulado em âmbito nacional, interfere diretamente nos âmbitos estaduais e municipais. Dessa forma, uma mudança conceitual na direção política estabelecida pelo governo Lula implicou também numa reorientação horizontal das políticas públicas nos outros âmbitos da federação. Todos os estados e municípios foram orientados a aderirem ao Sistema Nacional de Cultura – SNC- e adequarem-se às políticas nacionais, por isso, as conferências públicas, fóruns setoriais, Sistema Municipal e Estadual de Cultura, Plano Municipal e Estadual de Cultura e Conselho Municipal e Estadual de Políticas Culturais foram implantados a partir do SNC, conforme estabelece a primeira meta do Plano Nacional de Cultura, regido pela Lei 12.343/2010.

Nesse sentido, o nosso estudo não está deslocado das políticas nacionais. Pelo contrário, ele está imbricado na implantação delas. Por isso, é salutar pesquisar os marcos legais das políticas culturais no Brasil, para enfim entendermos o pleito de 2012. A eleição de 2010 aconteceu por ocasião da Pré-Conferência de Cultura, na qual inúmeros encontros presenciais setoriais elegeram seus representantes para os colegiados. Porém, em 2012, a normativa adotada pelo gestor público aconteceu em discordância com os membros da sociedade civil, representantes eleitos em 2010, membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC.

A opção de estabelecer Fóruns Nacionais em plataformas virtuais, que elegessem candidatos e eleitores em suas respectivas regiões, foi implantada pelo governo. Porém, o processo eleitoral foi controverso e surgiram mais vagas que candidatos. Alguns conselheiros se habilitaram para o pleito nacional e se elegeram com seu único voto. O capítulo final da monografia, sobretudo, é a vértebra dessa pesquisa, porque, sob a ótica dos sujeitos envolvidos no processo eleitoral, estaremos discutindo o processo dentro de suas incongruências, obstáculos e desafios. Por fim, as considerações finais trazem objetivamente alguns apontamentos para o prosseguimento da pesquisa e uma possível continuação.

Deste modo, o Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais do Prodep – Programa de Democracia Participativa da Faculdade de Ciências Políticas, possui metodologia de ensino que em seu âmago partiu da nossa prática, para (re) pensarmos o mundo que trabalhamos, estudamos e, principalmente, militamos. Um curso destinado para Conselheiros Nacionais foi o que impulsionou o meu entender sobre o

que faz de fato um conselho nacional, o que é um conselho participativo e representativo e quais as nuances e desafios da nossa democracia contemporânea. Esse trabalho monográfico, sobretudo, é resultado de uma equação que soma a prática com a teoria num vislumbamento de transformação da realidade objetiva, a fim de democratizarmos ainda mais a nossa recente democracia republicana.

## CAPITULO 1

### NAS TESSITURAS DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

O levantamento teórico que se apresenta pretende evidenciar que desde o século XVIII existem inúmeras definições acerca da teoria democrática e suas multideterminações históricas. Para entendermos o processo histórico do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e seus múltiplos Colegiados Setoriais faz-se necessário, realizar um levantamento teórico para elucidar como o pensamento democrático brasileiro forjou-se a partir de um movimento histórico internacional de estabelecimento do Estado Nacional. Esse movimento dialético se refez durante o século XX e o estabelecimento da república no Brasil, e definitivamente, a democracia, é fruto de um processo histórico antagônico.

Esse capítulo apresenta alguns apontamentos sobre esse movimento histórico à luz de um levantamento teórico que evidenciará que o tema proposto por essa monografia é, sobretudo, um resultado desse processo. Consequentemente, uma reflexão sobre as novas modalidades de participação e representação se inserem nessa abordagem teórica para subsidiar a pesquisa.

O nosso recorte temporal, apesar de apresentar um período curto para análise,<sup>3</sup> necessita de elementos que insiram a história da democracia participativa e representativa após a abertura política, no final do século passado, na década de 1980, para elucidarmos as vicissitudes do fazer democrático advindo legalmente com a Constituição de 1988, principalmente no caso dos conselhos públicos. Entendemos que todo esse movimento é fruto de uma retroalimentação e mutação dos próprios movimentos políticos e sociais que imputaram nova configuração da ordem do pensamento democrático atual.

Muitos teóricos da modernidade discutiram o conceito de democracia política, tendo como foco a questão da soberania popular desde o início da Revolução Francesa (1789). Por isso, é imprescindível entendermos o movimento da teoria democrática moderna, para, enfim, compreendermos a ideia de democracia de baixa intensidade e sua relação histórica de disputa hegemônica de poder. Para envolvermos as novas percepções de democracia sob o viés da

---

<sup>3</sup> Nos detivemos em analisar um processo eleitoral para conselheiros nacionais, os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012 do CNPC/MinC (como já foi explicado na introdução dessa monografia).

participação e representação – condições *sine qua non* para o estabelecimento da democracia de alta intensidade, principalmente nesses tempos atuais.<sup>4</sup>

O sentido da democracia e as questões da representatividade e da participação política são centrais para o entendimento das novas formas de participação e de representação. Por isso, esse capítulo insere o exercício de pensarmos democracia de alta e de baixa intensidade como conceitos ligados à democracia participativa e representativa como formas de subsidiarmos nossa discussão posterior, o Conselho Nacional de Política Cultural e a eleição de seus conselheiros.

### **1.1 Democracia de alta e baixa intensidade: apontamentos necessários**

A democracia é um fenômeno histórico. Como um movimento dinâmico de contraposição e ruptura às velhas ordens e valores políticos, a democracia se configura no Estado moderno pela égide do liberalismo econômico e, por isso, torna-se liberal sob o ponto de vista político da organização do Estado e seus procedimentos reguladores. Porém, se observarmos esse movimento, veremos que em várias partes do mundo ela se faz e refaz, se expande e se comprime conforme as conjecturas políticas estabelecidas em movimentos antagônicos temporais.

Avritzer (2013b), ao relacionar a ascensão da democracia no século XX, coloca a questão da restrição da soberania no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial 1937-1945), como uma característica da democracia de baixa intensidade, ou seja, uma forma de organização de governo pela via eleitoral. O período entre guerras gerou no século XX, disputas entre territórios e nações, e a democracia tornou-se uma espécie de consenso europeu no pós-guerra. Esse fator é considerado como a primeira onda de democratização mundial, os países derrotados na Segunda Guerra Mundial tornam-se democráticos, como é o caso do Japão, que se reorganizou e adotou a forma democrática. Na Europa Ocidental e na América, muitos países tornam-se democráticos, com exceção, por exemplo, na Europa, de Portugal e Grécia. Porém, a democracia que se consolida em alguns países no pós-guerra é a de baixa intensidade. A democracia existe, mas o povo é soberano unicamente para a constituição de governos, parafraseando Rousseau. Não existem processos participativos, países como

---

<sup>4</sup> Interessante ratificar aqui o embate ideológico entre a Presidência da República e o Congresso Nacional acerca do decreto 8.243/14, assinado pela presidente Dilma Roussef no dia 21 de maio de 2014, ao criar a Política de Participação Social (PNPS).

Alemanha, França, Inglaterra, EUA, consolidaram uma democracia de baixa intensidade, instauraram a democracia com restrições e instalaram um elitismo democrático.

O autor reitera que a década de 1960 inaugurou a primeira “crise” internacional do sentido da representação caracterizada pela democracia de baixa intensidade. Um dos fatores que contribuíram para essa crise foi a inserção dos meios de comunicação no pós-guerra na vida das pessoas. Os eletrodomésticos começaram a fazer parte do cotidiano, por conseguinte, assuntos públicos tornaram-se assuntos privados dentro das residências. As pessoas começam a obter informações sobre os processos políticos e sobre a atuação dos políticos e discuti-los nos seus lares e trabalhos. Apesar de que, em muitos casos, a imagem do poder e da democracia eram manipuladas conforme interesses e convenções políticas, como percebemos ainda hoje em alguns veículos de comunicação. Dessa forma, a popularização da comunicação auxiliou a formação da opinião pública.

O surgimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos civis contribuiu igualmente para a crise histórica da democracia de baixa intensidade e a sua reformulação. Novas formas de participação e representação, assim como novas perspectivas de cidadania eram reivindicadas por esses movimentos. Essas, entre outras formas de participação, começaram a surgir e a noção de cidadania tornou-se mais pró-ativa, inclusiva e reivindicativa. Novos sujeitos sociais entraram em cena, desde os movimentos pelos direitos civis nos EUA, como movimentos ambientalistas, estudantis, feministas e sindicalistas na Europa, América e no Brasil. Movimentos contra a Guerra no Vietnã tornaram-se conhecidos e organizados mundialmente. Por isso, a década de 1960 demarcou a ascensão e ampliação conceitual do sentido de democracia, conseqüentemente, da defesa da soberania e participação cidadã. (AVRITZER, 2013c; 2013d)

Após o fim da guerra fria, a polarização política se dará entre democracias populares e democracias liberais. A nova ordem global suscitou embates políticos prós e contras em torno da liberação da economia nacional/global, assim como da autonomia da democracia local e suas variações políticas do Estado.

Em alguns países da América Latina, a democracia no final da década de 1960 era uma penumbra por conta dos governos militares autoritários. Movimentos de direitos sociais, humanitários e operários surgiram e ressurgiram em defesa da soberania e da abertura democrática, defendendo liberdade de expressão e organização. Porém, somente na década de

1970 esses movimentos começaram a pleitear outras formas de participação e representação política.

No Brasil, em 1983, a campanha das “Diretas Já” impulsionou mobilizações em favor da (re) implantação da democracia e da legalidade de outras representações e participações sociais. Campanhas em favor da autonomia e pluralidade partidária, de organização e legitimidade dos movimentos sociais, assim como o direito ao voto com sufrágio universal marcaram a agenda política nesse período. A questão democrática não se restringia mais como dever, mas como direito à expressão ampla e irrestrita da própria democracia. A democracia de baixa intensidade começou a ser abalada e iniciou uma ebulição de mobilizações e articulações políticas para a institucionalização de algumas reivindicações históricas do movimento social.

Por isso, soberania e democracia são articulações sociais da participação popular e da representação política. Quando não há essa articulação, ocorre a baixa intensidade da democracia. E o aumento da intensidade democrática é marcado pela história dos movimentos sociais que em momentos de baixa intensidade se organizaram e se mobilizaram para alcançar além do “direito de ter direito”. Por outro lado, a história da democracia é marcada, no século XX, pelos agentes políticos que defendiam a democracia sob o ponto de vista da participação e representação, mas, também por aqueles que defendiam o direito ao voto como único acesso e participação democrática possível. Esses são casos e exemplos que mostram ser a questão democrática um caleidoscópio com tonalidades, tamanhos e formas múltiplas, dependendo do lugar político que se analise.

Desta forma, indivíduos têm diferentes intensidades de participação em determinadas situações políticas e cotidianas. Alguns acreditam que o governo deve decidir sobre determinados assuntos, e por isso lhe dão a autorização pelo seu voto. Outros defendem que sua participação é necessária para a fiscalização, organização e encaminhamentos de políticas públicas propositivas para os governos. Isso possibilita diferentes articulações sobre a noção de participação e representação social e novos enfoques sobre a democracia brasileira.

Avritzer (2013d) reitera que em países geograficamente complexos, como Brasil, China, EUA, as pessoas vivem em locais onde o Estado muitas vezes não alcança ou não consegue se fazer representar. Por isso, reitera que a participação e representação local e regional não são necessariamente excludentes da participação nacional. É necessário articular

as duas formas políticas de poder local e nacional para ampliar o “cânone democrático” (AVRITZER & SANTOS, 2003).

Após a Constituição Federal de 1988, os conselhos públicos (saúde, assistência social, criança e adolescente, entre outros) tornaram-se institucionais, ou seja, garantiram sua existência por intermédio de um direito constitucional. Eles não tomaram o lugar das representações políticas legisladoras, mas deliberam conjuntamente com os governos sobre questões que os indivíduos setorialmente possuem interesse.

Para o caminho democrático, o estabelecimento da democracia de alta intensidade depende da articulação da participação e representação social. Não é por acaso que há no Brasil mais conselheiros do que vereadores após a Constituição de 1988. Essa dinâmica faz com que se articulem, no interior da teoria democrática, ações institucionais perante o Estado, como orçamento participativo, conselhos e conferências públicas com representação e participação paritárias - representantes da sociedade civil e do Estado (articulação institucional participativa + formas de representação sociais = democracia de alta intensidade).

Avritzer & Santos (2003) rediscutem o Brasil como um dos países mais representativos sob o ponto de vista da participação e representação popular. O país exporta, inclusive, suas formas organizativas de conselhos e conferências públicas como modelo ideal de democracia contemporânea, ou, como paradigma de democracia de alta intensidade, mesmo apesar de todos os problemas sociais e desigualdades econômicas existentes no interior do Estado brasileiro.

Para ratificar essa análise, Avritzer (2007), percorre os caminhos históricos da teoria democrática para, por fim, articulá-la com as novas formas de participação e representação política emergentes no Brasil. Desde a abertura democrática após a ditadura militar, os movimentos sociais reivindicam maior participação política e institucionalizaram algumas ações, principalmente, em áreas como a saúde, educação, assistência social e políticas urbanas.

Desta forma, o Estado começou a lidar oficialmente e institucionalmente com outras formas de representação política. Problemas considerados entraves para o processo democrático, como a abrangência geográfica, estruturas de monopólio territorial de representação, assim como a desigualdade matemática nas representações, fizeram com que

os governos repensassem suas estruturas de poder à guisa de novas instituições democráticas. A convocação de plebiscitos populares, na década de 1990, tornou-se um exemplo dessa nova orientação, organização e deliberação política. Todavia, a dinâmica do jogo democrático, por outro lado, impulsiona o movimento popular a se reorganizar, repensar e institucionalizar algumas bandeiras antigas do movimento social no campo democrático brasileiro.

Com a institucionalização de alguns movimentos sociais e o estabelecimento da ideia de democracia de alta intensidade, surgiu também uma questão controversa: a representação civil seria, desta forma, um processo de superposição de representações sem autorizações ou um exercício de cidadania? Avritzer (*idem*) discute, sob o ponto de vista sociológico, como o pressuposto da autorização vincula-se à ideia de representação e de participação para a consolidação da ideia de democracia de alta intensidade, a partir de três elementos-chave: a autorização, a territorialidade e o monopólio.

Para Avritzer (*ibidem*), apoiado em Pitkin, uma questão torna-se relevante para o início dessa reflexão: Quando os indivíduos assumem ou renunciam suas próprias ações? E como e quando os indivíduos devem renunciar à posse de suas ações? Para esse problema hobbesiano de legitimidade de pactos e acordos entre os representantes e os representados, a democracia apresenta-se como uma variável, passível de acordos, litígios e contradições.

Essas questões elencadas podem sugerir que a primeira variável trata das formas de representação (autorização) e, a segunda, onde a representação acontece (território), numa incidência de revezamento de governos no poder. A ideia de republicanismo e o conceito de democracia limitada (monopólio) à eleição (representação) adquiriu status elitista no século XX, no período pós-guerra, como uma característica da democracia de baixa intensidade. Porém, essas variáveis assumem novas incidências na sociedade democrática atual, como o caso dos conselhos, por exemplo.

Essa reflexão será abordada na monografia quando estivermos discutindo o Conselho Nacional de Política Cultural e seu processo histórico. A redemocratização inseriu novos sujeitos em cena e transferiu práticas e informações do nível societário para o nível administrativo, como, por exemplo, a representação de etnias minoritárias e setores sociais considerados fragilizados nas esferas de representação e participação social.

Essas são conceituações relevantes para entendermos esse dilatamento democrático, como uma ação coordenada por sujeitos sociais, que tanto podem assumir ações sociais na

democracia participativa como simplesmente renunciá-las. Quando há a renúncia, impera, obviamente, uma baixa na democracia, fortalecendo os monopólios políticos. Quando há engajamento, há participação social. Por conseguinte, alta na intensidade democrática percebida na condução da política que se estabelece no interior dos conselhos públicos, por exemplo.

As vulnerabilidades e ambiguidades da participação mostram-se, todavia, ainda, a partir da exclusão de temáticas ignoradas pelo poder público. Porém, as implantações de novas formas de participação redefinem as questões de identidade e pertencimento e aumentam as participações e representações em nível local. Novas bandeiras surgiram, como o “direito a ter direito”. A cidadania começa a ter definição identitária de pertencimento. Uma agenda de transformação social começa a ser percebida em países como Índia, Bolívia, Argentina e Brasil. Desta forma, a democracia de alta intensidade começa se sobrepondo a de baixa intensidade. A política participativa, enfim, envolve um conjunto de significações culturais e ressignificações de práticas políticas.

Para exemplificar essa nova conjuntura, os autores Avritzer & Santos (2003) demonstram que, numa tentativa de estabilizar e controlar a tensão entre capitalismo e democracia, deve haver a nova reorganização e empoderamento da representação pela sociedade civil, como o caso simbólico de San José de Apartadó, na Colômbia, e a luta da comunidade para ter o direito de permanecer em sua própria terra.

## **1.2 Sobre representação e participação social: *advocacy* e *accountability* societal para uma democracia de alta intensidade**

Devemos ponderar os múltiplos entendimentos sobre as políticas culturais emergidas a partir da década de 2000 no Brasil. A atuação dos sujeitos (representantes da sociedade civil e governo) nesse contexto, faz-se necessário para analisarmos conceitos que elucidem sobre as variações das categorias de representação e participação nos conselhos públicos.

Avritzer (2008) reitera que há o problema da afinidade, identidades parciais e autorização/*advocacy* ao pesquisar sobre as formas de participação social no Brasil. Assim, trazemos o conceito da filosofia política de *advocacy* sobre a forma da representação dos conselheiros e a autorização que lhes é imputada. É atribuído ao outro a defesa de, ou a representação de, numa relação de representante e representado. Desta forma, a partir dos

referenciais teóricos, entendemos que esse processo incorre fatalmente num exercício pedagógico de alteridade e autoridade atribuída.

Ao analisarmos um processo eleitoral de democracia representativa e participativa para conselheiros nacionais, percebemos que, sob a ótica dos autores supracitados, surge dentro desse movimento democrático, pós CF- 88, uma dupla face da *accountability*. Se por um lado, os representantes da sociedade civil devem prestação de contas para as entidades que eles representam, essas entidades devem fiscalizar os representantes do Estado e assim por diante, exercendo o controle público. Os movimentos sociais, ao autorizarem determinados nomes para ocuparem postos políticos de representação social, exercem, além da autorização, também a *accountability* societal.

Desta forma, os representantes da sociedade civil, com seus canais de participação – agem e falam em nome de -, ou seja, nas duas esferas (representantes e representados) deve haver o controle e a responsabilização social e institucional, o controle dos controlados e dos controladores, gerando uma equação problema para essa monografia. Se as organizações, em seus rearranjos sociais e políticos, criaram e criam novas atuações e negociações perante o Estado, os ditos representados ou os beneficiários dessa representação, igualmente monitoram ou sofrem as ações e representações que não necessariamente são orgânicas e coletivas dessas organizações. Por outro lado, evidenciam que dentro da democracia participativa e representativa, as práticas sociais se reformulam conforme as conveniências, interesses, negociações e articulações e disputas de poder no jogo democrático.

Para autores como Lavallo & Castello (2008), a *accountability* societal é acionada por atores coletivos que de *jure* ou de *facto* exercem e exerceram esse controle perante o poder público e suas instâncias administrativas, ampliando a perspectiva da teoria política para o futuro das inovações democráticas participativas. Por isso, é necessário criar as condições estruturais de participação. Por isso, o Estado assume papel não só facilitador, mas estratégico no cumprimento dessa ampliação democrática, quando se trata de representação e participação social em conselhos públicos.

Essas novas práticas sociais se situam na fronteira da inovação democrática, principalmente a partir da década de 1990, como já foi citado anteriormente. Além disso, suas implicações para a democracia não dependem apenas de faculdades e capacidades do controle interinstitucional e incidência do poder público em suas estruturas administrativas, ou da

abertura democrática simplesmente, com a criação ou estabelecimento de assentos para sujeitos historicamente excluídos.

[...] mas também das relações que os novos atores da representação mantêm com os eventuais beneficiários, em nome dos quais falam e exercem essa representação. Portanto, o velho dilema do controle dos controladores torna-se iniludível, revelando que a *accountability* societal exige uma análise que leve em consideração as duas faces do controle. (idem p.67)

Para trabalhar com a categoria de *accountability* societal é necessário entendermos que há um estado da arte, de investigação empírica de práticas societárias plurais existentes. Como foi o estudo feito por Lavallo & Castello (2008). Os autores entendem que os movimentos da sociedade civil apresentam o fenômeno da *accountability* como categoria sociológica recente, utilizada nos EUA, em meados da década de 1970. No Brasil e em outros países da América Latina, a partir da década de 1990, com o estabelecimento da democracia. Os autores perceberam que a *accountability* vai se moldando conforme os contextos e perfis democráticos conjunturais existentes.

Os pesquisadores, a partir da investigação empírica realizada em duas metrópoles, São Paulo e cidade do México, chegaram a uma dupla face da *accountability* societal. Para isso, levantaram a questão da representatividade, representação virtual e presuntiva (as organizações civis podem assumir ou rejeitar unilateralmente ou presuntivamente o papel de representantes de seus beneficiários ou representantes) para entender as vicissitudes da *accountability* societal e de sua dupla performance<sup>5</sup>. Desta forma, sobre as organizações civis “[...] a representação presuntiva compõe as grandes constelações de sentidos, e a tipologia as adensa e sistematiza seus elementos centrais.” (Ibidem, p.74)

Nessa pesquisa realizada por Lavallo & Castello (2008:71) seis novas formas justificadas de representação se apresentam: eleitoral, de filiação, de identidade, de proximidade, de serviços e de intermediação.<sup>6</sup>

Neste sentido, a *accountability* opera simultaneamente como núcleo analítico com implicações relevantes para a teoria democrática e como estratégia de investigação. Como núcleo analítico, introduz exigências flexíveis, porém não incontornáveis do ponto de vista da representação democrática, quanto à relação entre representante e representado: a prática do primeiro deve ser informada, em alguma medida e mediante algum mecanismo, pela avaliação do segundo. (idem)

---

<sup>5</sup> Performance é um termo utilizado por Lavallo e Castello (2008) para classificar essas nuances organizacionais dos movimentos e práticas sociais que incorrem no processo democrático participativo e representativo. Autores como Henriques (2011) também utilizam essa denominação como categoria analítica. Usaremos essa terminologia durante o texto.

<sup>6</sup> Retomaremos como essas seis formas de representação se apresentam: eleitoral, de filiação, de identidade, de proximidade, de serviços e de intermediação, quando estivermos analisando os resultados da nossa pesquisa no terceiro capítulo dessa monografia.

Essas constelações de sentido pressupõem que há disputas de hegemonia, de concepção e de diretriz dentro das organizações da sociedade civil. Isso faz com que aja *accountability* dentro e fora das organizações, ou seja, há o controle social das organizações para com o Estado a partir de suas demandas e ainda há um controle interno das ações e articulações que essas entidades civis por ventura venham fazer.

Um conselho público pode tornar-se controle dos controladores (representantes) e dos controlados (representados e Estado), isso determina níveis de investigação, observação e estado responsivo da sociedade civil. A *accountability* societal nessas organizações são delas para seus “representados” (controladores) e delas para o Estado (controlador e controlado).

A *Accountability* societal pode operar dentro de uma invisibilidade, assim como, exerce seu poder objetivamente de monitoria e controle público em conselhos públicos. Para a história da política cultural é necessário uma investigação analítica de como os integrantes de movimentos sociais foram incorporados nos discursos e práticas de organizações políticas promovidas pelo Estado ao criarem redes reivindicatórias.

Para alargarmos a percepção sobre as práticas sociais de organizações políticas, como os conselhos, entendemos como Scherer-Warren (p. 3-4, 2009), que o movimento social adquiriu conotação de rede organizacional que transcende a versão clássica do movimento histórico social, como sindicatos, movimentos por direitos civis, feministas entre outros. Contextos mudam num mundo globalizado de forma muito rápida, e os cidadãos com suas organizações e atividades também:

Em síntese, movimentos sociais na sociedade contemporânea podem ser mais amplamente explicados quando os atores sociais ou formas de coletividade que os compõem forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais. Portanto, quando elegemos como conceito teórico a noção de *rede* de movimentos sociais referindo-nos à síntese articulatória, à amálgama ou às redes das redes do agir e pensar coletivo representadas através de diversos formatos organizacionais não estamos abandonando a tradição de análise já clássica na literatura dos movimentos sociais, ou seja, a ideia de que um movimento social existe quando há: - um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania; - a definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo; - a construção de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico.

Um formato de organização em redes cria uma cadeia de ambivalências múltiplas, que por sua vez, atua no campo das representações e participação social ao propor mudanças estruturais e políticas pontuais. Já a característica de um movimento histórico social pretende a transformação estrutural de uma sociedade, um vislumbre de um novo projeto de nação. Há

um *frame* organizacional que coloca os sujeitos históricos em movimentos sociais institucionalmente reconhecidos pelo Estado.

Bourgon (2010) reitera que os governos públicos colocam-se além das fronteiras tradicionais do Estado, para a formulação de agendas que coloquem a participação social em xeque, como forma de garantir governanças colaborativas, ou seja, em vez de prestador de serviços para o cidadão, um proponente de políticas com o cidadão.

Porém, Faria (2007) trará Habermas, Cohen e Bohman, e discutirá as formas da democracia deliberativa à luz das possibilidades de participação e representação, apoiada nesses autores:

Bohman, tal como Habermas e Cohen, busca analisar “como as instituições públicas podem tornar-se mais democrática através da qualificação dos métodos e das condições de debate, discussão e persuasão, enfim, através da deliberação pública” (Bohmann, 1996, p.2). Assim como esses autores, Bohman também parte do pressuposto de que a democracia implica alguma forma de deliberação pública e que a teoria deliberativa possui como desafio mostrar como a ideia central desse modelo – a legitimidade das decisões se qualquer governo deriva do julgamento crítico dos cidadãos livres e iguais – ainda pode ser operacionalizada nas sociedades complexas e pluralistas. (FARIA, 2007: 58-59)

A autora analisa que para definir, decidir políticas, é necessário articular as diferentes formas de participação e representação para a formação da democracia deliberativa. Também amparada em Habermas, demonstra que essa política deliberativa nada mais é do que a formação da vontade democrática construída em espaços constitucionais e a elaboração da opinião informal em espaços extra-oficiais – argumentos públicos entre pares – associação democrática da participação e da representatividade.

Destarte, Faria & Ribeiro (2010) discutem e apontam como variáveis da democracia, nos quesitos participação e representação, o seu alargamento ou não como dependentes do estabelecimento ou supressão das condições políticas apresentadas pelos governos e movimentos sociais.

Na análise dessa pesquisa, novamente, entra em discussão a questão da representação e de suas novas formas de participação, e um dos dilemas atuais dos movimentos sociais, o processo de “ongnização<sup>7</sup>” (DAGNINO, 2004). Algumas instituições sociais são criadas, não com o caráter de movimento social, mas para assumirem ações dentro do Estado, ou são incentivadas pelo próprio Estado, para o cumprimento de demandas que não seriam

---

<sup>7</sup> Percebe-se que em muitos conselhos, a partir da nossa observação empírica, que há no lugar de movimentos sociais constituídos, muitas ONGs, que se colocam como representantes de determinados setores sociais. Por isso, é necessário um estudo mais aprofundado nesse caso. Mas, é importante salientarmos que inclusive esse movimento de “ongnização” é também fruto desse novo *frame* organizacional dos movimentos sociais e da forma como o Estado instituiu algumas políticas públicas a partir da década de 1990, quando houve um incentivo para a formação dessas ONGs, principalmente nos governos de FHC.

necessariamente função dos movimentos civis, como prestação de serviços assistenciais, por exemplo.

No terreno analítico da teoria democrática, privilegiado nessas páginas, os argumentos de representação presuntiva examinados expressam as justificativas invocadas pelas distintas organizações civis para sustentar publicamente a legitimidade de suas práticas de representação, apesar e, precisamente, diante da inexistência de um componente *sine qua non* do modelo de representação política consagrado nas democracias: a autorização. (ibidem, p.82)

Enfim, esses apontamentos conceituais levantam possibilidades de fundamentação teórica que demonstram que para o desenvolvimento da democracia participativa e representativa, é necessário entendermos as vicissitudes que permeiam esse debate, no que se refere aos mecanismos de representação e participação, como a *accountability* societal e *advocacy* e autorização para entendermos os conceitos de corresponsabilidade para a mobilização social, que será abordada antes de iniciarmos o histórico do Conselho Nacional de Cultura e seu desdobramento em conselho participativo e representativo.

### **1.3 O processo de mobilização social: a corresponsabilidade necessária**

Para efetivarmos a democracia de alta intensidade, precisamos de um processo de mobilização social para a organização da representação e participação. Henriques (2012) reitera que sem comunicação não há mobilização social. Ou seja, como se viu no início desse capítulo, a criação de demandas pelos movimentos sociais impulsionou um dilatamento da democracia. Porém, algumas demandas são bandeiras históricas e outras emergem espontaneamente dentro do movimento social na sua existência, e outras lhe são atribuídas.

A comunicação no movimento social é essencial para sua sobrevivência. E interfere drasticamente no processo mobilizatório, organizatório e reivindicatório desses movimentos. Se não existir canais de comunicação eficientes, não há mobilização, tampouco, a criação de demandas, muito menos a criação de corresponsabilidades. No caso do Conselho Nacional de Política Cultural, desde sua criação, como veremos adiante, o Estado foi uma instituição política importante para esse processo mobilizatório,.

Ao investigarmos a instância de legitimidade do CNPC e seu processo eleitoral, consideramos inúmeras hipóteses levantadas a partir dessa fundamentação teórica sobre o conceito de *advocacy* e mobilização social. E, conseqüentemente, a atuação do movimento social, partindo do ponto de que a autorização é concedida ou transferida para determinado

representante, ou quando há a noção de corresponsabilidade dessa representação com o grupo envolvido no processo participativo. Essa provocação resulta da análise do vínculo ideal que BRAGA, HENRIQUE & MAFRA (2002) trabalham como corresponsabilidade dentro de um processo mobilizatório.

Mas o que acontece quando o Estado assume esse caráter mobilizatório? Destarte, Henriques (2012) nos adverte que para a estruturação de uma democracia participativa e representativa, o Estado assume ações mobilizadoras:

[...] devemos considerar a mudança no próprio exercício da política. Se tomarmos como base o fato de que a construção de uma democracia participativa exige ações de mobilização, esta passa a ser fundamental para o exercício da cidadania. Num formato em que se torna imprescindível uma interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil, a organização dos sujeitos em torno dos temas de interesse público é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público e chegar em instâncias deliberativas. Mas, se por um lado, a geração de movimentos sociais afirma-se como uma forma de luta que visa alcançar as esferas de deliberação no jogo político, num regime de democracia participativa, o próprio Estado toma iniciativas mobilizadoras, na mediada em que cria instâncias de participação da sociedade civil, tais como, conselhos, comitês, grupos de trabalho. Esses mecanismos, sejam consultivos, deliberativos ou executivos, são importantes para, de alguma maneira, descentralizar o poder na formulação e na implementação de políticas públicas. (idem, p. 08)

Por isso, os movimentos sociais, com sua organicidade pautada na visibilidade social para a constituição de públicos, criam e inventam suas demandas na reinvenção da sua prática política, caso da democracia participativa e representativa que é constantemente negociada e barganhada com os representantes do Estado. Dentro dessa análise, o autor reitera que a ação coletiva se dá de formas difusas e reticulares, e são inerentes, antagônicas e heterogêneas no seu processo mobilizador, por isso há de se observar os novos circuitos de comunicação social:

Essas ideias comportam desafios para a compreensão dos processos mobilizadores pelas lentes da comunicação, como os de compreender quais são as novas modalidades de interação postas em prática, quais são as lógicas e as dinâmicas desses circuitos comunicativos, como se constroem por meio de tais circuitos os significados da ação social e quais são os sentidos que, coletivamente gerados e afirmados, sustentam publicamente a própria ação. (HENRIQUES, 2012, p. 04)

Se a visibilidade sempre se dirige a alguém, ou a um determinado grupo com interesses comuns, ela cria uma grupalização, gerando mobilização em torno de alguma causa. Consequentemente, gera nessa ação “[...] elementos proeminentes afetação, controvérsia, virtualidade e *performance*.”(idem, p.07)

Porém, a mobilização institucionalizada, realizada por especialistas, de certa forma pode impedir ou transformar a mobilização da sociedade civil, tímida e incipiente em processos eleitorais da democracia participativa e representativa, e não gerar vínculos, o que é crucial para um processo mobilizatório. BRAGA, HENRIQUE & MAFRA (2002, p.41) propõem oito níveis de escalonamento de vínculos: localização espacial, informação, julgamento, ação, continuidade, coesão, corresponsabilidade e participação institucional.

Dessa forma, a noção de comunidade e territorialidade é altamente fragilizada frente aos agrupamentos urbanos existentes e a porosidade política provocada pelos avanços tecnológicos modernos, considerando os vínculos propostos. Enquanto existem comunidades informatizadas, atentas às novas tecnologias, vemos outras que nunca ouviram falar em internet. Portanto, toda comunicação é sempre um processo dialógico, pedagógico, de leitura, apreensão e intervenção no mundo que se vive, o que Henriques (2009) chama de rede de aprendizagem. Não há mobilização social sem comunicação. E toda comunicação é pedagógica. Quando há mobilização sem comunicação, há riscos possivelmente de atravessamento de informações que podem ser de manipulação, cooptação, entre outros.

Para lidar com a dificuldade de fazer com que a comunicação alcance lugares e agrupamentos marcados pela heterogeneidade e pela diversidade, numa democracia representativa e participativa, torna-se necessário pensar além da tecnologia. O autor propõe criar estratégias de mobilização que alcancem efetivamente grupos e atores sociais longínquos e distintos para que a comunicação seja planejada pedagogicamente, em primeiro plano, para um projeto mobilizador, que atenda efetivamente informação qualificada, não no sentido do tecnicismo, mas que a informação consiga chegar ao destino e consiga ser compreendida pelo sujeito receptor.

Quando se pensa a importância dos conselhos, fóruns e conferências na formulação das políticas públicas, é imprescindível que haja interlocução de determinadas informações, para que a informação seja qualificada e esteja de forma equânime distribuída para o público interessado. Atentar para o fato de que nem todas as pessoas são especialistas em políticas públicas e ampliar o debate para os grupos historicamente excluídos desses processos políticos, talvez seja uma forma de implementar um projeto mobilizador para um conselho. Nesse caso, veremos mais adiante que um conselho, como o de Cultura, precisa possuir estratégia de comunicação eficiente, para que sujeitos detentores de saberes tácitos sejam

inclusos, não socialmente com cotas de participação em formas de colegiados apenas, mas conscientes de sua atuação social, por meio do mecanismo de *accountability* societal e com vínculos estruturados de pertencimento e de corresponsabilidade garantindo a *advocacy*.

Como sugerem outros autores (MIGUEL, 2003), as organizações da sociedade civil, imputadas das representações justificadas por Lavalle & Castello (2008) como eleitoral, de filiação, de identidade, de proximidade, de serviços e de intermediação, trazem à tona novas configurações no cenário das inovações democráticas presente nas grandes metrópoles, como uma relação sintomática das novas formas e entendimentos da representação plural que a sociedade civil se propõe frente às demandas neoliberais do Estado. Vê-se que “[...] os argumentos da representação presuntiva não se comportam como um repertório de lugares-comuns igualmente acessível a todas as entidades.” (Idem, p.82) Desta forma, pode-se questionar o que é representação, e as supostas autorizações concedidas pelos representados e qual o papel político da representação, por meio de um projeto mobilizador.

Os artigos de Faria (2007), Lüchmann (2007) e Miguel (2003) apresentam pontos elucidativos e contribuem, sob a perspectiva da democracia de alta intensidade, sobre as problemáticas conceituais e organizacionais da participação e representação atuais. É imprescindível discutir e contrapor as apropriações teóricas emergentes dessa nova configuração política para adentrarmos no exercício teórico de entendimento histórico do pensamento democrático para o vislumbre dele no final do século XX e início do século XXI no Brasil.<sup>8</sup>

Esse é o risco que determinadas políticas públicas, como o Orçamento Participativo, correm quando não são institucionalizadas e garantidas legalmente em âmbito federal. Porém, essas instituições políticas não podem ficar reféns de ações sazonais ou partidárias, como o OP, mas devem ser horizontais, paritárias, deliberativas e democráticas. Até porque essa construção histórica da democracia incorre em alguns processos que são controversos. A

---

<sup>8</sup> Luchmann (2007) discorre sobre as trajetórias de democracia participativa e representativa e retoma como reflexão central o orçamento participativo – OP - no Sul e em outras regiões do Brasil. Insere o OP como uma fonte de pesquisa importante para o entendimento das novas formas de participação e representação democrática brasileira da atualidade. Porém, enfatiza a existência e implantação do orçamento participativo como uma ação de governo, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores, o que o coloca como refém de uma política partidária e muitas vezes dissociada e desamparada institucionalmente no âmbito da federação.

existência dos conselhos não garante a isonomia e paridade nas decisões, nem tampouco o controle público sobre as políticas de governo.

Por outro lado, o OP colocou o Brasil na cartografia mundial como fonte investigativa de estudiosos da teoria social pelo mundo. Nossos modelos de participação e representação democráticas, como o orçamento participativo e o desenho dos conselhos públicos, são reconhecidos internacionalmente. Existem inúmeros estudos sobre essa questão. Ou seja, dependendo da orientação governamental, pode haver incentivo à representação da sociedade civil, ou um esvaziamento dela, promovida por gestores públicos. Assim como a cooptação e manipulação de deliberações.<sup>9</sup>

E, por isso, na sua aplicação ele pode variar da democracia de alta intensidade para a de baixa intensidade. Como garantir uma horizontalização dos conselheiros nesses processos participativos de formulação, inquirição das políticas públicas, se não for pela organização da sociedade civil?

Como os conselhos são palcos de disputa política e negociações, muitas vezes, há uma aquiescência social incentivada pelo Estado dentro de alguns conselhos. O que nos faz voltar para aquilo que Avrtizer (2007), apoiado em Pitken, trouxe para o debate sobre a renúncia da ação social. Quando os indivíduos assumem ou renunciam às suas ações ou quando os indivíduos são levados a renunciar suas ações em favor de uma corrente supostamente hegemônica inserida do debate político. Para que os conselheiros tenham como causas as suas demandas setoriais dos movimentos sociais a que pertencem, não incorporem as demandas que são do Estado, nem tampouco o discurso técnico e burocrático para justificativa da ineficiência das implantações das políticas públicas.

Como veremos no próximo capítulo, o caso do CNPC para nós é um exemplo empírico. Já que congrega no seu bojo o que Lüchmann (2007) cita como “auto-apresentação” de entidades, movimentos sociais. Contudo, nesses espaços deliberativos, paritários, a sociedade civil deve estar organizada para compor uma agenda política para tornar sua representação orgânica e autorizada dentro dos conselhos públicos. Quando não há essa

---

<sup>9</sup> Inserimos essa discussão, não para explorá-la, teoricamente porque entendemos que ela necessite o devido cuidado acadêmico, para não transformarmos um debate importantíssimo numa esfera de avaliação superficial, mas apenas para demonstrar que esse processo de participação e representação também é antagônico e depende de uma política de Estado e não de governo, como foi o caso do Orçamento participativo, estudado por muitos autores brasileiros e estrangeiros, inclusive, como paradigma democrático da participação e representação de baixo para cima.

organização, a aquiescência social é percebida facilmente porque não há *feedback* de ações e diálogos com a base de representação do conselheiro.

Como resultante geral, a composição dos conselhos conjuga, digamos, participação coletiva (auto-apresentação das entidades escolhidas como tal) com representação coletiva (entidades escolhidas por representarem – por critérios variados – outros setores sociais). Aqui, a representação por entidades, ou organizações da sociedade civil, está difusamente ancorada na legitimidade destas organizações em promover, de diferentes formas, a defesa das variadas “causas” sociais e de demandas e interesses de grupos e setores sociais historicamente excluídos dos processos de decisão política. Poder-se-ia dizer, portanto, que a representação nos conselhos apresenta maior grau de independência, na medida em que está relacionada com a formulação de políticas públicas e, portanto, pautada na perspectiva de representação de interesses gerais. No caso das experiências de orçamento participativo, embora também ocorram variados mecanismos de participação e representação – de acordo com cada experiência concreta –, constitui-se como um modelo que institui o tipo de representação delegada que, de acordo com Bobbio (1987), apresenta vínculos mais estreitos com a defesa de interesses mais específicos e/ou particulares. De maneira geral, entende-se o orçamento participativo como modelo de gestão, que abre a participação da população nas discussões e definições da peça orçamentária, fundamentalmente na esfera municipal. Diferente dos Conselhos que estão previstos em legislação, sua implementação está mais diretamente vinculada à conquista de diversas prefeituras por parte de governos de esquerda, notadamente do Partido dos Trabalhadores (LÜCHMANN, 2007: 154-155)

Miguel (2003) amplia e reforça, de maneira tridimensional, a perspectiva e profundidade da democracia de alta intensidade sob a lógica da participação e representação de grupos e movimentos da sociedade civil ao Estado, de forma orgânica e autônoma para a garantia de uma agenda social democrática que inclua a expressão da diversidade e pluralidade de identidades, interesses e representações. Essas questões levantadas pelo autor são norteadoras quando discutiremos a questão da formação setorial do CNPC, aprofundada no próximo capítulo. O autor identifica na disputa teórica entre pluralistas e elitistas, o arcabouço problemático e teórico necessário para sua ampliação democrática, em três dimensões. Ancorado em autores como Dahl, Habermas e Phillips ele apresenta possíveis caminhos para se percorrer a trajetória de construção da democracia contemporânea.

Dentro da ótica da participação e da representação social, a autorização é um ponto nodal, e uma categoria de análise que determinará a argumentação e embasamento teórico dessa monografia. As chamadas autorizações, como uma atividade do representado ou a *advocacy* como função do representante, fazem das organizações da sociedade civil, imputadas das representações justificadas por Lavallo & Castello (2008) como eleitoral, de filiação, de identidade, de proximidade, de serviços e de intermediação, e trazem à tona novas configurações políticas no cenário das inovações democráticas presentes nas grandes

metrópoles como uma relação sintomática das novas formas e entendimentos da representação plural que a sociedade civil se propõe frente às demandas do Estado, e vice-versa.

A crescente integração de Estado e sociedade civil — ou seja, a extensão das políticas tendentes a assegurar o equilíbrio dos interesses emergentes — encontra na análise das despesas públicas o instrumento privilegiado da pesquisa, destinada a esclarecer o alcance e resultado da estreita articulação do Estado e da sociedade. Mas a análise da *política* não é ainda a análise do *político*, ou seja, das estruturas institucionais do Estado. Contudo, partindo do fundamento da política, poder-se-ão indagar as transformações históricas do político e seu nível de adequação funcional à nova complexidade da sociedade civil. (BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola. PASQUINI, Gianfranco 1986, p.405)

Sendo assim, o Estado, segundo os autores italianos, se coloca não mais apenas como um regulador social, mas, sobretudo, como um integrador de interesses afins. Isso pode ser explicado ao analisarmos a reformulação do Estado neoliberal, das décadas de 1980 e 1990 do século passado, para uma perspectiva, hoje, de governo colaborativo. O Estado pós-guerra, pós-bem estar social, pós-neoliberalismo, hoje estrutura-se numa condição, pró-governança participativa, com estímulos concretos à participação do cidadão, em todas as esferas de decisão do governo.

Para finalizar esse capítulo, é necessário considerar o início do percurso teórico, do nosso entendimento do que é a teoria democrática e suas vicissitudes. A necessidade do levantamento do estado da arte sobre a teoria democrática faz-se presente, por conta dos conceitos de representação, autorização e de baixa e alta intensidade democráticas.

Para iniciarmos nossas reflexões do Conselho Nacional de Política Cultural, entendemos que a democracia se configura historicamente e de acordo com os interesses sociais, econômicos e culturais dos lugares onde ela é estabelecida. Enfim, o papel da organização civil e o empoderamento da população tornam-se condições cruciais para o estabelecimento da democracia de alta intensidade. O Estado deve ser um facilitador para o estabelecimento e o alargamento da democracia representativa e participativa. Organismos políticos institucionalizados como conselhos públicos, comitês gestores, conferências e fóruns de discussão, devem ser pautados em deliberações paritárias derivadas de acordos e negociações entre os representantes da sociedade civil e do Estado, para o dilatamento da democracia. Por isso, a democracia de alta intensidade é uma via de mão dupla com participação e representação, uma ação de Estado e não de governo. E dentro dessa dualidade tentaremos agora refazer o percurso histórico da participação e representação social do movimento cultural no Brasil a partir da institucionalização dos seus conselhos de cultura e suas configurações societais.

## **CAPITULO 2**

### **CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL**

#### **UMA FABRICAÇÃO DE SENTIDOS**

O presente capítulo pretende trazer à luz da história os conselhos nacionais de cultura no Brasil. Para identificarmos o processo participativo e representativo na história do Conselho Nacional de Política Cultural, é importante ressaltar que ele esteve alicerçado em um movimento histórico datado, ou seja, a partir do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Entretanto, não podemos desconsiderar o lastro histórico da participação de determinados grupos e intelectuais na história do Brasil, que possuíam uma perspectiva de cultura ampla e não dissociada entre popular e erudita, mas pautada na horizontalização das políticas culturais no movimento da década de 1930, apesar do governo estadonovista autoritário de Vargas. Por outro lado, é importante perceber as nuances políticas imbricadas a partir da criação do Conselho Nacional de Cultura – CNC - em 1938.

O escopo desse retrospecto histórico demarca a formulação das políticas culturais no Brasil desde a criação do Sphan (1937) e do CNC em 1938. Esse capítulo demonstra que o Conselho Nacional de Políticas Culturais possuiu uma ressignificação pós-Lula com o estabelecimento de áreas colegiadas consultivas, uma mudança da orientação política em reforçar a participação e representação, características da democracia de alta intensidade não só como direito cultural, mas como direito constitucional.

### **2.1 Conselho Nacional/Federal de Cultura**

As histórias dos conselhos de cultura no Brasil marcam a história da República, especificamente no segundo governo Vargas, com o Estado Novo (1937-1945). O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan – foi criado em 1937, em seguida, o seu Conselho Consultivo foi instituído por meio do Decreto Lei n. 526 de 1938. Em julho de 1938, o Conselho Nacional de Cultura – CNC é decretado como órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde - MES. O CNC foi criado em uma ditadura civil e esteve em funcionamento até 1966. Após 1966, em plena ditadura militar, é (re) instituído pelo Decreto Lei n. 74, agora como Conselho Federal de Cultura – CNF. Com 24 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, em áreas específicas de atuação, divididas em: a) artes; b) letras; c) ciências humanas; d) patrimônio histórico e artístico nacional. Em diversos estados e

municípios brasileiros, foram instituídos também conselhos de cultura, a exemplo do Conselho Federal.

Com seu surgimento marcado por momentos autoritários, de imediato, cabe anotar o caráter elitista e não democrático que conforma esses conselhos. Eles, em geral, são imaginados como conselhos de “notáveis”. Isto é, compostos por personalidades que, em tese, se destacaram no campo cultural. Mas, como a indicação dos membros, quase sempre é prerrogativa do poder executivo (autoritário, nessas circunstâncias), os “notáveis” escolhidos são, em sua imensa maioria e antes de tudo, personagens afinados com os regimes autoritários. Ou seja, intelectuais que compartilham visões conservadoras. Por certo, existem exceções, mas elas sempre servem para confirmar a regra. Deste modo, a composição desses conselhos demarca sua existência como extensões dos estados autoritários. Eles, inclusive, terminam por conferir certa legitimidade aos regimes ditatoriais. (RUBIN, 2010 p.147-148)

Em consonância com as criações de conselhos na área da cultura, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é fundado em 1951, oriundo do Estado longevo de Vargas, que segundo MATA-MACHADO (2010, p. 218), apesar de ser denominado conselho, nada mais era que uma autarquia do governo federal:

A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que nasce com o nome de Conselho Nacional de Pesquisa, veio no rastro da II Guerra Mundial, que tornou imperativo para a segurança do país o incentivo a investigação na área da energia nuclear. O CNPq sempre funcionou como uma agência de fomento da pesquisa básica e aplicada, por meio da concessão de bolsas de pesquisa e formação e aperfeiçoamento de pesquisadores. Em 1974, já com o nome atual, transformou-se numa fundação, hoje vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Embora, tenha o nome de “conselho”, desde o início o CNPq possui estrutura de órgão público autárquico [...]

Ortiz (1998) discute o Estado autoritário e sua relação com a organização e produção da cultura brasileira, no envolvimento direto com a criação de bens simbólicos, conselhos e instituições. O autor, ao analisar a composição do Conselho Federal de Cultura e a preocupação do Estado em legitimar os “intelectuais tradicionais”, recrutando-os da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Brasileiro de Geografia, assim como do Sphan, conferia à cultura um caráter erudito.

Maia (2010) afirma que os conselheiros do Conselho Federal de Cultura eram chamados “cardeais da cultura” e tinham a missão de imputar conotação cívica às políticas de preservação e difusão da cultura nacional. A autora remonta à alcunha dos “cardeais da cultura” uma referência a Gilberto Freyre, que assim denominava os conselheiros. Freyre considerava o trabalho de alguns intelectuais como vocacional e pontificado, tratando a cultura como algo a ser sacralizado.

No Brasil, durante muito tempo a literatura procurou enquadrar a formação cultural do povo brasileiro, numa miscigenação de raças e por isso, uma confluência da cultura erudita com

a cultura popular. A cultura dos intelectuais com C maiúsculo interagiu com a formação cultural do homem “simples” pela difusão do folclore, numa clara dissociação do trabalho intelectual/erudito e do trabalho braçal/folclórico. Somente os homens com notório saber poderiam pensar a política cultural na esfera pública.

Assim, a obra de Gilberto Freyre tenta ao mesmo tempo ser uma obra sobre a miscigenação, sobre a esfera privada e sobre o trânsito cultural brasileiro. No decorrer da obra o aspecto da dominação patriarcal da esfera privada praticamente desaparece, sendo substituído por uma teoria da democracia na formação democrático-igualitária da elite agrária brasileira. Para Freyre, o trânsito entre a senzala e a casa grande criou outro tipo de relação na esfera privada brasileira. (AVRITZER & GOMES, 2013, p. 49)

Os autores reiteram que no Brasil existiu a defesa de alguns intelectuais sobre a dupla tipologia de valorização da miscigenação como mérito cultural nacional, porém, advertem, na esfera privada e pública havia uma dominação hierárquica, um mando de poder que podia ser, e ainda é, percebido nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Sendo assim, os trabalhos de intelectuais ufanistas como Freyre patenteavam o processo miscigenatório como responsável pela origem democrática da formação cultural das elites brasileiras. Avritzer & Gomes (2013) reforçam que esse hibridismo, essa miscigenação que supostamente cria a sociedade cultural harmoniosa, nunca existiu, pelo contrário, houve uma dominação patriarcal da elite agrária brasileira e, posteriormente, da elite industrial que associava desenvolvimento econômico com progresso e cultura/educação como acesso e ascensão social.

Calabre (2010) reitera que os conselhos de cultura foram criados como conselhos técnicos e científicos para orientar ideologicamente essa suposta formação cultural brasileira. E a cultura começou a ser apartada da educação lentamente, como área específica que necessitava de projetos, leis e órgãos administrativos. Para isso, foram chamados homens que entendiam e estudavam a formação cultural brasileira, mas também possuíam experiências na gestão pública, como Afonso Arinos, Cassiano Ricardo e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa lógica da interpretação e explicação da cultura brasileira perdurou durante a história do Conselho Nacional e depois Federal de Cultura.

O Conselho Federal de Cultura – CFC - e o Ministério da Cultura – MinC - foram fechados em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, e reabertos no governo de Itamar Franco, em 1992. Desta forma, o CFC em 1993 transformou-se em Conselho Nacional de Políticas Culturais:

Em 1992, o Ministério foi recriado através de Lei n. 8. 490 de 19/11/1992, tendo como um dos seus órgãos específicos o **Conselho Nacional de Políticas**

**Culturais**<sup>10</sup>, regulamentado através do Decreto n. 823 de 21/05/1993. Apesar de recriado o conselho não teve uma forte atuação. Inicialmente formado por quatro membros, foi tendo seu número de participantes reduzidos, chegando a 9 membros. Já na segunda gestão do Ministro Francisco Weffort, os mandatos dos conselheiros foram terminando, sem que ocorressem substituições, fazendo com que o órgão deixasse de existir, ainda que não tivesse sido extinto por lei. (CALABRE, 2010, p. 1994)

A gestão de Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), foi acusada de ser uma gestão neoliberal, caracterizada por paralisação das políticas culturais e restrita às leis de incentivo fiscal. Segundo os críticos de sua gestão, não havia vontade política de implementar políticas culturais substanciais porque a política que se instaurou no governo FHC era do Estado mínimo, conforme Félix (2011). Eram características do governo FHC, privatização de serviços públicos, esvaziamento e não investimento nas políticas sociais e culturais.<sup>11</sup>

No caso do Conselho Nacional de Políticas Culturais, sua gestão esvaziou o conselho de cultura, conforme denuncia Calabre (2010). Havia uma prepotência da academia, percebida nos discursos de Weffort, FHC e entre aqueles que “pensavam” o Brasil e os que “trabalhavam” no Brasil, ou seja, uma visão dualística de trabalho intelectual e braçal, percebida na compreensão da elite econômica brasileira representada na condução ideológica do PSDB, no governo, nas mãos de um sociólogo, que ficou conhecido na literatura popular e acadêmica com a célebre frase “esqueçam o que eu escrevi”<sup>12</sup>.

## **2.2 Conselhos públicos e cultura como direitos constitucionais**

Os conselhos públicos pós Constituição Federal de 1988 romperam com o lastro autoritário e seletivo dos regimes ditatoriais que se desenvolveram no Brasil em meados do século XX. A CF-1988 determinou novas formas de participação e outras configurações de representações sociais em instituições políticas, contrapondo a composição histórica dos conselhos. Os intelectuais e figuras notáveis “que ajudaram e explicaram a formação do país”, como se referia Weffort, ainda eram escolhidos cuidadosamente pelos governos para tratar de

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

<sup>11</sup> Weffort era sociólogo, petista e entrou no governo do PSDB com propostas de mudanças na área cultural porque ele se considerava um remanescente dos “cardeais da cultura” ou, segundo ele em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional “Weffort definiu-se como um “franco-atirador”, alinhando-se a mestres como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que “escreveram o que pensaram” e com seus ensaios ajudaram a explicar a formação do país” (GARCIA, 2013).

<sup>12</sup> Em entrevista ao Programa Roda Viva, em 21/07/1994, FHC retificou que nunca havia dito isso, mas sim “A gente escreveu tanta coisa, então é cobrado sempre pelo que escreveu”: esta teria sido a frase de FHC, e não a famosa “Esqueçam o que escrevi” Fonte:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/782/entrevistados/fernando\\_henrique\\_cardoso\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/782/entrevistados/fernando_henrique_cardoso_1994.htm). Acesso em: 19/09/2014

assuntos especializados, como o patrimônio cultural, história, educação, geografia, demarcando a cultura como assunto elitizado, destinado a um grupo de notório saber.

Após a reabertura democrática e a inclusão de pautas advindas das assembleias constituintes, a CF-1988 recebeu a alcunha de Constituição Cidadã. Em seu texto, emergiram novos sujeitos de direitos silenciados pela intelectualidade pensante do Brasil. Criaram-se novas agendas de participação e representação que resultaram em novas práticas de negociação e de articulação entre a sociedade civil e o poder público, ao incorporar reivindicações históricas do movimento social e popular.

A CF-1988, ao instituir mecanismos de participação como os Conselhos de Saúde, Criança e do Adolescente, Assistência Social, criou agendas de investigação societais perante o Estado. Esses conselhos assumiram, no cenário político brasileiro, pós-reabertura democrática, o mesmo status que instituições consagradas e tradicionais do nosso sistema federalista de poder, como o parlamento, o executivo e o judiciário. Porém, seus avanços demoraram a sair do campo retórico para adentrar na prática social da política brasileira.

Segundo Avritzer (2012), é importante observar a história da democracia no Brasil, tendo em vista os movimentos históricos que antecederam a democratização do país, principalmente o movimento pelas “Diretas Já” (1984), que reivindicava a livre organização social e a participação efetiva dos cidadãos nos rumos do Estado brasileiro.

A CF-1988 no Art. 1º, parágrafo V, patenteava: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Dessa forma, incluía e legitimava o aumento gradativo da participação e representação social, incluindo aí os conselhos e as conferências nacionais, estaduais e locais como condições para o estabelecimento da “democracia de alta intensidade”. A longa trajetória organizativa e histórica do movimento social no Brasil resultou numa reformulação dos conselhos públicos. De uma forma indicativa e seleta dos governos para uma via eleitoral com isonomia de atuação e representação.

Dessa forma, a partir do governo Lula, a representação e participação da sociedade civil no Brasil começa a adquirir formato institucional paritário, como preconizava a Constituição de 1988:

Houve, durante o governo Lula, uma expansão das conferências nacionais. Tomando como nosso ponto de referência a primeira conferência nacional de saúde organizada pelo governo Vargas ainda nos anos 1940 e contabilizando as conferências nacionais, percebemos que estas alcançaram a marca de 115 conferências realizadas desde então. Destas, 74 ocorreram durante o governo Lula, o que mostra a sua centralidade nas políticas participativas deste período. (AVRITZER, 2012 p. 7-8)

No caso do Ministério da Cultura – MinC -, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando assumiu a Presidência da República indicou Gilberto Passos Gil Moreira (2003-2008) para assumir essa pasta. A partir daí a história da política cultural adquiriu nova configuração. O MinC estimulou a participação social de diferentes segmentos para a construção das políticas públicas. Em 2003, realizou o “Seminário Nacional Cultura para Todos” e em 2004, secretários e agentes de cultura de vários países reuniram-se em Barcelona e elaboraram o documento “Agenda 21 da Cultura”, do qual o Brasil foi signatário.

Essa nova conjuntura internacional estimulou a participação social de grupos historicamente aliados nas políticas públicas em todas as nações, a fim de firmar um compromisso com a cultura, e foram reforçadas nesses documentos novas formas de intervenção política, como os fóruns, as consultas públicas e os plebiscitos. (SOUZA, 2013)

Em 2005, é realizada a Primeira Conferência Nacional de Cultura, como resultado da reivindicação sistemática dos movimentos culturais no Brasil. O texto final da Conferência apontava que deveria existir uma espécie de SUS (Sistema Único de Saúde) para a Cultura, ou um Sistema Nacional de Cultura - SNC. Fruto do resultado das discussões públicas em todo o território nacional, ainda em 2005, o movimento cultural consegue uma vitória emblemática ao colocar a cultura como um direito constitucional.

Como indicativa do documento final da Conferência Nacional, é inserida uma emenda constitucional de nº 48 no artigo 215 da Constituição, referente ao Plano Nacional de Cultura (PNC):

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à: Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; Produção, promoção e difusão de bens culturais; Formação de pessoal qualificado para a gestão de cultura em suas múltiplas dimensões; Democratização do acesso aos bens de cultura; V- Valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2005).

No artigo 216 da Constituição foi inserido um parágrafo sobre o Sistema Nacional de Cultura e o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Emendas que reforçaram o texto original de 1988, referentes às políticas de patrimônio cultural. No entendimento do governo, somente um Plano Nacional<sup>13</sup> alicerçado num Sistema Nacional com base consultiva, deliberativa e

---

<sup>13</sup> O Plano Nacional de Cultura, apesar da emenda constitucional em 2005, foi regulamentado somente em 2 de dezembro de 2010, pela Lei nº 12.343 e com suas metas aprovadas em 2012 pelo Congresso Nacional, com 275 ações e 53 metas para o decênio da gestão da cultura (2010-2020). O PNC prevê revisão após quatro anos de sua aprovação, ou seja, em 2014 ele deveria ser revisto.

paritária daria conta de trazer para o debate público representantes de todos os segmentos culturais. Assim, foi se desenhando o Conselho Nacional de Política Cultural. Era necessário garantir que o artigo 216, que preconizava sobre o patrimônio material e imaterial, viesse para a prática, enfim, a cultura como direito constitucional.

A ação decorrente da proposição da PEC 416/2005, que orientou a implantação do Sistema Nacional de Cultura, é a mesma que dará origem ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), antigo Conselho Nacional de Políticas Culturais, extinguido no governo Collor, reimplantado no governo de Itamar Franco em 1993 e enfraquecido no governo de FHC.

O CNPC foi criado com a tentativa de articular organicamente as políticas culturais, (re) implantado em 19 de dezembro de 2007, redesenhado, levando em conta a nova configuração das políticas públicas pós CF-1988. Esse processo incluiu novos sujeitos como conselheiros e a atuação destes determinou o conjunto de marcos regulatórios orientadores da política de cultura em nível nacional. Patrimônio cultural, linguagens artísticas e manifestações populares foram tratados como políticas inclusivas dentro do Estado.

O aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos. Tais símbolos se expressam em práticas culturais diversas, como nos idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas (teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc...) assim, essa dimensão está relacionada às necessidades e ao bem-estar do homem enquanto ser individual e coletivo. (MINISTERIO DA CULTURA, 2012 p. 16)

A necessidade de incluir essas políticas dentro de uma ação de Estado, e não de governo, fizeram com que o Plano Nacional de Cultura tornasse prioridade a horizontalização dos conselhos de políticas culturais em todas as esferas da federação, a partir da adesão dos municípios e estados ao Sistema Nacional de Cultura.

Gilberto Gil, no Ministério da Cultura, tornou-se um marco simbólico, e para alguns autores, tornou-se o ápice da história da política cultural no país. Alguns trabalhos como CORTES (2010), o tratam com a mesma reverência histórica que foi atribuída a Rodrigo Melo Franco de Andrade no período que dirigiu o Sphan (1937- 1967) como “fase heroica” do patrimônio cultural no Brasil (IPHAN, 2014).

A Conferência Nacional de Cultura, a nova composição do Conselho Nacional de Política Cultural, a elaboração e o desenho institucional do Sistema e do Plano Nacional de Cultura a partir da gestão de Gilberto Gil seguiu nova orientação política.

Foram convidados a participar desse processo político os detentores dos conhecimentos populares, mediadores, agentes e produtores culturais. Inaugurou-se uma “concepção antropológica” da cultura, pautada na multiplicidade dos saberes e das manifestações culturais no Brasil e não mais na perspectiva dos “cardeais da cultura” ou da elite pensante escolhida e indicada pelos governantes do Brasil.

O Conselho Nacional de Política Cultural foi reinventado com áreas colegiadas em instâncias deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas. Segmentos como circo, dança, artes visuais, livro, leitura e literatura, *design*, artesanato, patrimônio material e imaterial, arquitetura e urbanismo, culturas indígenas, cultura afro brasileira, cultura popular, música, audiovisual, museus, moda e arquivos deveriam ser eleitos em fóruns setoriais públicos de forma equânime.

Dessa forma, os respectivos colegiados setoriais, no que tange ao entendimento da política cultural, foram atrelados à cultura como direito constitucional. Esse processo é congênere e não pode ser problematizado isoladamente porque o ponto de vista histórico é sempre imbricado numa disputa e negociação, por mais que aja em alguns casos uma “cosmética da democratização”, como afirma Rubim (2010, p. 151).

Os conselheiros nacionais de cultura, protagonistas dessa nova configuração conjuntural que se estabeleceu no início do século XXI no Brasil, foram sujeitos que romperam com a tradição dos conselhos como instituição composta de notáveis. Destarte, o Conselho Nacional de Política Cultural abriu o hiato histórico de uma gestão administrativa elitizada da cultura erudita (feita pelos intelectuais) para outra composta por sujeitos da cultura popular (objetos de pesquisa desses intelectuais). Uma transição emblemática. Para refletirmos acerca disso é imprescindível pensarmos a cultura em sua dimensão simbólica.

### **2.3 Dimensão simbólica da cultura: De Mário de Andrade a Gilberto Gil**

Nessa seção, tentaremos contrapor o histórico dos conselhos de cultura no Brasil a partir de sua institucionalização como direito constitucional em 1988 e a imbricação da nova percepção simbólica de cultura na gestão de Gilberto Gil à frente do MinC. Uma percepção

pautada na tridimensionalidade da cultura – dimensão simbólica, cidadã e econômica<sup>14</sup>, provocada também pela inserção da cultura como direito constitucional.

Atentaremos para a nova fabricação de sentidos, criada ao ser instituído e reformulado o Conselho Nacional de Políticas Culturais para o Conselho Nacional de Política Cultural. De uma instituição historicamente sacralizada por intelectuais de renome e alcance elitizado, escolhidos para “pensar o Brasil”, transformou-se, em 2005, num espaço composto por sujeitos esquecidos e silenciados pela nossa história política e cultural.

Faremos aqui uma discussão necessária para elucidarmos a participação de alguns intelectuais que desejavam a inserção de novos sujeitos no processo cultural. Tornando essa inserção um aprendizado e uma nova alternativa de proposição de políticas públicas para determinados grupos.

Para isso, precisamos entender como se formulou o conceito subjetivo e simbólico de cultura no Brasil. Esse texto, de certa forma, irá subsidiar o capítulo seguinte da monografia, que discute os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012<sup>15</sup>.

Introduzimos essa temática porque entendemos que a eleição de 15 cadeiras para o Conselho Nacional de Política Cultural, e seus respectivos Colegiados, foi fruto da conquista histórica da dimensão simbólica da cultura no debate central das políticas públicas do Ministério da Cultura.

Muitos intelectuais, ao longo do século XX, construíram um legado teórico para a consolidação das políticas públicas voltadas para a cultura no Brasil. Antes da Carta Patrimonial de Atenas, em 1931, a nossa Semana de Arte Moderna de 1922 denunciava a busca pelo sentido da “brasilidade” e a “revolução cultural” que se forjava no país, materializadas com as publicações de Oswald de Andrade, o Manifesto Poesia Pau-Brasil (1924) e o Manifesto Antropófago (1928). Os dois documentos provocaram uma imersão cultural pelo interior do Brasil. A procura das manifestações culturais “originais” dentro das “origens e peculiaridades” da diversidade cultural do país miscigenado. Durante muito tempo,

---

<sup>14</sup> Essas três dimensões são apontadas no plano Nacional de Cultura como matrizes orientadoras das políticas públicas iniciadas na gestão Gilberto Gil.

<sup>15</sup> Que entendemos que o objeto não se fecha em um determinado período histórico, apesar de que fizemos o recorte, por conta dos limites do trabalho monográfico. Mas, o objeto em si, para entendermos o processo eleitoral de 2012, é preciso entender o que existe por traz das composições e da história das políticas culturais no Brasil. Por isso, sempre tentamos situar o objeto de pesquisa, mas nunca isolado do contexto histórico que o forjou, porque entendemos que a história é processo, e por ser processo é movimento antagônico e dinâmico.

esse foi objeto de trabalho de inúmeros intelectuais, folcloristas e pesquisadores culturais, a incansável busca pelo sentido histórico e formação cultural do Brasil.<sup>16</sup>

O Brasil foi desvelado em inúmeros Brasis, um território dentro de múltiplos territórios. O “lado doutor”, como diria Oswald, se manifestou no século XX em pesquisas e descobertas singulares das manifestações artísticas. A diversidade linguística e étnica demonstrou ser o Brasil um país com um patrimônio cultural dinâmico, antagônico. Porém, rico em potenciais culturais, mas com inúmeros desafios econômicos e sociais. Para além do “gavião de penacho,” do Manifesto de Oswald, orientou-se por criar uma política nacional que vinculasse o patrimônio cultural brasileiro numa ampla perspectiva, com seus múltiplos agentes culturais não mais como fonte de pesquisa, mas como fonte e produção de conhecimento.

Segundo Chuva (2011), é a partir de Mario de Andrade que a figura do agente do poder público é inaugurada para a promoção da cultura brasileira. As incursões pelo interior do Brasil, em busca das manifestações culturais, metodologicamente e cientificamente coletadas e registradas, darão o suporte para a criação em 1947 da Comissão Nacional do Folclore. Sobretudo, será a partir de Mario de Andrade, e especificamente, com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se alicerçará uma política cultural para uma ação do Estado na preservação do patrimônio cultural, em 1939. Essa estruturação da política preservacionista e patrimonialista inicia no Brasil com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan – em 1937, no governo estadonovista de Getúlio Vargas, resultado do trabalho de intelectuais como Mario de Andrade.<sup>17</sup>

Mario de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as suas vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma ação integradora. Embora originados na matriz andradiana e no mesmo contexto político-cultural brasileiro – de um nacionalismo não meramente retórico, mas constituído em política de Estado pelo governo Vargas – os campos do patrimônio e do folclore tiveram suas origens apartadas desde a origem. (CHUVA, 2011, p. 151)

A visão de Mario de Andrade, conforme a autora, diferenciava-se dos outros intelectuais, a exemplo de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, responsável pela implantação do Sphan, e de folcloristas, como Silvio Romero, Gilberto Freyre e Câmara Cascudo.

---

<sup>16</sup> É inegável que desse trabalho muitas referências culturais foram mapeadas, catalogadas, inventariadas e registradas por esses intelectuais que se aventuram no interior do país, a fim, sobretudo de “descobrir” os inúmeros brasis, com suas múltiplas manifestações culturais.

<sup>17</sup> Autor do anteprojeto de criação do Sphan.

Andrade realizou uma espécie de inventário do artesanato, artefatos, grupos étnicos, linguagens, vocabulários, danças, entre outras manifestações culturais, que foram referenciadas como patrimônio cultural imaterial 50 anos depois na Constituição Federal de 1988, no artigo 15: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

A partir daí, o campo de atuação das políticas públicas começaram a adquirir um formato institucional pleiteado por Mario de Andrade. Ao reconhecer a multidimensionalidade da cultura e a necessidade de existir um conjunto de políticas institucionais para a sobrevivência dos coletivos e grupos culturais existentes no Brasil. A CF-1988, no seu art. 216, reiterou como prerrogativa do Estado brasileiro:

**Art. 216** - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

**I** - as formas de expressão;

**II** - os modos de criar, fazer e viver;

**III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

**IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

**V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (idem)

Pode-se afirmar o texto constitucional, nos seus artigos 215 e 216, como reflexo do pensamento e concepção andradiana. A Constituição de 1988 não retoma somente as bases da ação do Estado para a preservação cultural e a formulação de políticas públicas, como defendia Mario de Andrade. Ela também inaugurava o retorno à democracia, com um sistema democrático diferenciado, pautado na participação e na representação social como “Constituição Cidadã.”

Com a junção dessas duas frentes, a democratização do Estado e a proteção do Estado para o patrimônio cultural, as políticas públicas voltadas para a cultura se institucionalizaram a partir da década de 2000, com adendos constitucionais importantes, principalmente, depois do governo Lula de 2003.

A noção de cultura foi (re) ampliada no sentido andradiano a partir da primeira gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, em 2003. A criação de pontos de cultura, a abertura pública para consultas, fóruns e a Primeira Conferência Nacional, em 2005,

precedida pelas conferências municipais e estaduais, foram um divisor de águas na história da política cultural. Uma nova configuração e aplicação do conceito de cultura no Brasil pós-democratização. Reivindicações dos agentes culturais e de intelectuais como Mario de Andrade começaram a ser retiradas do texto constitucional e foram aplicadas na prática social.

O discurso de Gil<sup>18</sup>, na posse ministerial, ratificava seu entendimento de um “governo popular” com posicionamento político contrário ao histórico da semântica cultural que se forjou no Brasil no século passado:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística intelectual”. Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. “Folclore” é tudo aquilo que – não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa – é produzido por gente inculta, por “primitivos contemporâneos”, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe “folclore” – o que existe é cultura. Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas, os signos que fizeram e fazem do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem (MINISTERIO DA CULTURA, 2003)

Essa nova orientação do Ministério da Cultura foi crucial para a composição do Sistema Nacional de Cultura. O qual pretendia ser uma política de Estado para os múltiplos sujeitos culturais. A compreensão de que todas essas políticas eram vinculantes e deviam seguir orientação nacional, por isso, havia a necessidade de trazer para o campo do debate aqueles que foram historicamente “folclorizados” e excluídos das políticas públicas pelos sujeitos de notório saber dos conselhos de cultura de outrora.

Gil enfatizava, em seu pronunciamento, não referir-se mais ao “povo” como uma massa acéfala, detentora de uma cultura primitiva, mas como um organismo vivo, detentor de conhecimento tácito, capaz de gerir suas próprias políticas culturais. Novos tempos políticos se estabeleciam e podiam ser percebidos no operário, torneiro mecânico, oriundo de um curso

---

<sup>18</sup> Gilberto Gil esteve à frente do Ministério da Cultura de 2003 a 2008.

técnico do Serviço Nacional da Indústria - Senai – que era o presidente do País. A ruptura histórica do comando do Brasil é estruturalmente marcante, pois a Presidência da República passa das mãos de um sociólogo formado pela Universidade de São Paulo – USP - para ser conduzida pelas mãos mutiladas de um operário metalúrgico do ABCD<sup>19</sup> paulista.

Na ótica da antropologia aplicada do Ministro Gilberto Gil, podemos problematizar o rol histórico das políticas públicas culturais no Brasil em vários ângulos. Contrapondo o início do século XX, a cultura brasileira sob a perspectiva da democracia racial e da cultura exótica e o brasileiro, enfim, como símbolo da confluência de raças.

Avritzer & Gomes (2013) demonstraram que autores como Gilberto Freyre insistiam que o processo miscigenatório foi responsável pela origem democrática nacional e, conseqüentemente, as políticas públicas eram previstas para essa formação ou conformação cultural do país<sup>20</sup>. Contudo, esse tema dilata o debate sociológico sobre a exclusão de sujeitos que foram silenciados na elaboração e condução das políticas públicas inclusivas. Políticas essas, historicamente coordenadas por pessoas economicamente mais abastadas e culturalmente consideradas mais capacitadas.

Porém, também não podemos correr o risco de trabalharmos a ótica das políticas públicas voltadas para o campo da cultura no Brasil, incorrendo em Mario de Andrade como mito fundador, como adverte Chuva (2011). A autora rediscute a trajetória histórica das construções das políticas culturais no Brasil e de uma participação mais horizontal nas políticas de preservação e na valorização da diversidade cultural, já que a cultura, em âmbito mundial, sofreu as agruras das crises econômicas pelas quais passava o século XX, o que fez esmaecer a ideia de nação em favor de recortes identitários, como étnicos, religiosos e de gênero.

Novas transformações se instalaram, portanto, e a identidade nacional reconfigurada, sofrendo transformações significativas. É nessa conjuntura que ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para tornarem-se patrimônio cultural. De um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objeto de investigação. (CHUVA, 2011, p. 157)

As representatividades setoriais como instâncias do Conselho Nacional de Política Cultural alicerçaram as políticas culturais pautadas nessa nova visão do patrimônio cultural e com essa “guinada antropológica”, a qual se refere Chuva (2011). Podemos perceber essa

---

<sup>19</sup> Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, reduto forte dos sindicatos do ABCD em São Paulo no final da década de 1970 e início de 1980.

<sup>20</sup> E o primeiro a contestar isso foi Florestan Fernandes que, ao participar da pesquisa Ciclos de Estudos da UNESCO em 1953-1956, o sociólogo evidenciou em suas pesquisas ser o problema de raça no Brasil resultado da divisão social do trabalho e da luta de classes sociais. Esse estudo foi citado por Avritzer & Gomes (2013)

compreensão no Sistema Nacional e no Plano Nacional de Cultura como horizontalização das políticas públicas para diferentes grupos sociais, étnicos e identitários.

Nesse sentido, o CNPC foi reorganizado e repensado como uma instituição de múltiplos colegiados setoriais, a partir de 2005. Mas, será que os conselheiros nacionais participaram efetivamente da construção desse processo como protagonistas ou foram convidados a participar como coadjuvantes? <sup>21</sup>

Cunha Filho (2010, p. 308) reiterou que essas áreas colegiadas conferiram uma característica singular ao Conselho Nacional de Cultura pós-redemocratização, em vez de “personalidades iminentes da cultura brasileira” (idem) foi ampliada a participação popular:

Ocorre que, em 24 de agosto de 2005, foi editado o Decreto n. 5.520, que alterou e ampliou substancialmente a composição do CNPC, conservando a representação pública – agora não mais exclusiva da área cultural –, mesclando a ela a representação da comunidade artística e cultural, bem como de entidades relacionadas a tais segmentos; aqui, destaca-se, não obstante a fragilidade da espécie normativa (Decreto), é omitida a exigência expressa de “iminência cultural”, como critério indispensável ao integrante de um colegiado cultural público.

Já Cunha Filho (2010) reitera que a função do CNPC é eminentemente política ao analisar outros conselhos no Brasil pós CF-1988. Afirma categoricamente, ao analisar o regimento e o decreto que instaura o CNPC, que esse possui no seu âmago um caráter potestativo (está ligado diretamente à estrutura do Ministério da Cultura), sendo assim, contém quatro tipos de natureza distinta: 1) Fiscalizatória; 2) Normativa; 3) Consultiva; 4) Executiva.

A **natureza**<sup>22</sup> do CNPC é evidentemente política, não apenas pelo que revela a sua designação, mas por cada uma e principalmente o conjunto de suas competências, todas construídas no sentido de interferir nos rumos públicos adotados para a cultura. Contrastando esta conclusão com a composição do conselho, no qual muitos dos seus integrantes emanam de órgãos de representação cultural, infere-se que esta opção se justifica muito mais por questão de legitimidade que de expertise, posto que versam sobre políticas e não sobre técnicas dos fazeres das respectivas áreas. (idem, p. 103-104)

Portanto, reiteramos que o conjunto das políticas públicas no Brasil, na área da cultura, é reflexo de uma nova ordem mundial que se forjou em meados do século XX, conforme nos advertiu Chuva (2011) a partir de documentos internacionais.

---

<sup>21</sup> Essas são questões que esse trabalho não terá condições acadêmicas de respostas, por conta do objeto e recorte da pesquisa. Mas, pensamos que há uma continuidade provocada por essas indagações nessa pesquisa, que será otimizada provavelmente em um futuro projeto de doutorado.

<sup>22</sup> Grifo do autor citado.

Na década de 1980, a participação social foi incentivada pela Unesco e recomendada pela Declaração do México sobre Políticas Culturais (UNESCO, 1985, p.04): “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e seus organismos culturais”.

A partir da Declaração do México é possível apontar pelo menos quatro características do conceito de participação: a primeira, e a mais fundamental, é a que reserva o uso do termo aos atos de tomada de decisões políticas; a segunda situa a participação na relação entre a sociedade e os segmentos culturais, ou seja refere-se ao Estado; a terceira estabelece que essa relação é direta e pela via do diálogo. Caso fosse indireta, estaríamos diante da representação, que significa “agir no lugar ou em nome de alguém”. Por último, quando se diz que o diálogo é com a população, pressupõe-se que o agente da participação seja um ator social, ou seja, alguém que representa interesses coletivos. (MATA-MACHADO, 2010, p. 256-257).

Para alguns intelectuais a cultura ainda é campo de litígio, requerido por diversas áreas do conhecimento e pleiteado por diversos atores sociais como os detentores, os mediadores e os fazedores de cultura, como no caso do patrimônio cultural. O Sistema Nacional de Cultura, pleiteado em 2005, na Primeira Conferência Nacional de Cultura, já denotava esse lastro histórico fruto de disputas e negociações que marcaram sua trajetória e implantação.

Souza & Lima (2012) analisam essa dificuldade histórica dos conselhos nacionais de políticas públicas incluírem determinados grupos marginalizados historicamente no Brasil, como os indígenas, os povos de matriz africana, as mulheres e a população LGBT. E essa transformação será vista em múltiplos conselhos que serão criados a partir de 2003, que tentam atingir públicos considerados minorias, ou públicos fragilizados historicamente pelas políticas públicas.

Os autores afirmam que há um insulamento de determinadas políticas que se tornam paliativas e minimalistas e não conseguem fazer-se avançar no sentido de realizar de fato uma inclusão de sujeitos marginalizados e grupos identitários. Ao realizar um mapeamento dos conselhos nacionais, os autores observaram que: “Dos 60 conselhos mapeados, 41 são de política, 11 de direitos e 7 de fundos (SOUZA & LIMA, 2012, p. 08)”.

O Conselho Nacional de Política Cultural a partir dessa análise foi classificado como conselho de política, os autores definiram os conselhos por temas e objetivos. A configuração interna do CNPC e de seus múltiplos setoriais, na nossa perspectiva, avançam para uma política que auxiliou no rompimento desse insulamento tradicional dos conselhos de cultura nas três esferas da federação.

Seus 17 Colegiados Setoriais foram contemplados como instâncias consultivas, fiscalizadoras e deliberativas de poder dentro da plenária do CNPC, junto ao Ministério da Cultura, haja vista que o Conselho Nacional de Política Cultural, como já foi referido, possui

instâncias representantes de: (1) circo, (2) dança, (3) artes visuais, (4) livro, leitura e literatura, (5) *design*, (6) artesanato, (7) patrimônio material, (8) imaterial, (9) arquitetura e urbanismo, (10) culturas indígenas, (11) povos de matriz afro brasileira, (12) cultura popular, (13) música, (14) audiovisual, (15) museus, (16) moda e (17) arquivos. Esse desenho institucional<sup>23</sup> foi fruto de uma tentativa de abarcar todos os segmentos das manifestações culturais brasileiras, nessa visão 3D da cultura, dentro da perspectiva de “antropologia aplicada” advogada por Gil.

Podemos perceber uma política de Estado inclusiva ao analisarmos as 53 metas que compõem o Plano Nacional de Cultura, como tentativa de reforçar a matriz andradiana e a filial gilbertiana (não na perspectiva teórica de Freyre, mas na de Gil), tanto na sua composição política e fiscalizatória e deliberativa, conforme alguns teóricos (CORTEZ, 2010) e (MATA-MACHADO), como na perspectiva de uma construção política pautada num plano decenal de cultura:

Do PNC, a meta de número 01 prevê o Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação e (UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados, já a meta 03 potencializa que deverá ser realizada uma cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro, a meta 04 vislumbra uma política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada no Brasil até 2020, assim como a meta 05 um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas, a meta 06 requer que 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, e a meta 07 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas trabalhando dentro da lógica da meta 08 conceitualmente o patrimônio cultural imaterial dentro dos territórios criativos. (SOUZA, 2013, p.08)

Por isso, a análise da construção das políticas públicas culturais no Brasil deve considerar as continuidades de pensamento e ação, mas também as discontinuidades, anacronismos e o (re) fluxo das políticas culturais historicamente antagônicas. Uma dinâmica arquitetada para e por sujeitos sociais plurais dentro de tramas de relações negociadas e conflituosas.

Para tentarmos exemplificar a mudança nessa condução política, traremos a discussão de três metas do Plano Nacional de Cultura, para vislumbrarmos essa mudança de rota, assumida a partir do CNPC.

---

<sup>23</sup> Haja vista que alguns colegiados foram criados posteriormente, como é o caso de patrimônio Imaterial. Mas, ainda hoje existe a possibilidade, conforme as demandas levantadas nas Conferências de Cultura, de se criar, conforme aprovação do CNPC, outras cadeiras. Na última Conferência, de 2013, surgiram algumas moções pleiteando cadeiras na Plenária do CNPC em forma de Colegiados Setoriais, como o caso da Cultura LGBTT, Cultura Alimentar, Capoeira e Hip Hop.

Se analisarmos a Meta de número 03 do PNC, que pleiteia a realização de uma “cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro” (MINISTERIO DA CULTURA, 2012, p. 26), poderemos inquirir: Como os conselheiros pensam ser essa cartografia? Quem seleciona a diversidade e a expressividade cultural a ser mapeada? Quais os grupos e agentes culturais a serem mapeados?

Essa meta foi elaborada pelos representantes da sociedade civil e sob o ponto de vista do governo, ou gerida por intelectuais representantes de órgãos como Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional? Com o CNPC e as Conferências de Cultura, essa meta passa a ser discutida amplamente pelos conselheiros representantes da sociedade civil e do governo em pé de igualdade, inclusive, determinando quais as regiões a serem atendidas prioritariamente, ou quais as manifestações devem ser protegidas por um inventário, ao propor, inclusive, recomendações para o Conselho Consultivo do Iphan.

Já na Meta de número 04 (idem, p.28) o texto vislumbra uma “política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais” - o que seriam sob o ponto de vista dos conselheiros do governo e da sociedade civil, culturas populares e tradicionais? Seria mais uma forma de empoderar determinados grupos sociais ou tratá-los na perspectiva da vitrine cultural, do folclore, do inusitado, como vimos em momentos históricos distintos da política nacional em cultura?

A Meta número 07 (ibidem, p. 36) prevê 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas, trabalhando dentro da lógica da meta 08, conceitualmente, o patrimônio cultural imaterial dentro dos territórios criativos<sup>24</sup> - essa meta subentende uma demanda da sociedade civil, do poder público, ou do turismo de negócio do empreendedor? Essas são questões para um trabalho mais profundo de pesquisa, para além desta monografia, mas servem para refletirmos outra ótica de composição do CNPC nessa conjuntura pós-Lula. Mas, sublinhamos que todas essas metas exemplificadas significam essa dimensão tridimensional da cultura, sob o ponto de vista simbólico, econômico e cidadã, (re) criado no Brasil dos anos 2000.

---

<sup>24</sup>Esse debate controverso sobre a Economia Criativa foi importado da Austrália. “[...] como uma espécie de *foundingfather* da temática das indústrias criativas. Em 1994, o governo australiano, por iniciativa do seu Ministério da Cultura, criou o conceito de *Creative Nation* como base de uma política voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país”. (MINISTERIO DA CULTURA, 2013, p. 13) No Brasil, ela tomou corpo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations – UNESCO) e, em 2011, se tornou um órgão ligado ao Ministério da Cultura, a Secretaria de Economia Criativa (SEC).

Por outro lado, se analisarmos determinadas metas sob o ponto de vista da patrimonialização, entendemos que há uma corrente de intelectuais pós-Gil no MinC, que defendem o patrimônio cultural de forma ampla e universalista. Ou seja, em tudo há uma interpretação simbólica ou uma imbricação com o patrimônio cultural, principalmente, o imaterial, que por ser subjetivo (modos de fazer, saber, celebrações, manifestações, ofícios e inclusive edificações<sup>25</sup>) remeteria a uma concepção ampla da cultura ao incluir novos (velhos) sujeitos historicamente aliados das políticas públicas, não no debate, mas na condução dele.

Referências são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2010)

Sendo assim, há de fato um entendimento/consentimento teórico e político dos conselheiros dessas metas, na orientação e formulação delas? São questões que impulsionam o próximo passo a ser explicitado dessa pesquisa, se há de fato protagonismo na elaboração dessas diretrizes políticas, se há reconhecimento dessas políticas ou se há aquiescência social. Essas questões em um processo eleitoral de escolha de conselheiros são cruciais para o monitoramento e a aplicação de um Plano Nacional de Cultura com uma pretensão simbólica tão abrangente e inovadora.

Porém, também, não podemos deixar de citar que essas metas são vislumbradas à luz da historicidade das mudanças que o conceito de patrimônio cultural adquiriu no Brasil, com a ampliação da noção de cultura e de patrimônio e a criação de um Departamento de Patrimônio Imaterial no Iphan DPI, pelo Decreto n. 5040 de 04 de abril de 2004:

O Plano Nacional de Cultura ratifica documentos internacionais como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, e programas da própria instituição como a Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da humanidade. Apesar da Constituição de 1988, nortear e orientar, o que são bens de natureza material e imaterial foi, somente com o decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 que estabelece o Registro Nacional de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por isso o PNC é um documento crucial para o estabelecimento de uma política de Estado para a cultura. (SOUZA, 2013 p.07)

Por meio, desse exemplo de metas do Plano Nacional de Cultura, remontam aos direitos culturais negados, reivindicados e forjados, como o caso do patrimônio cultural

---

<sup>25</sup> Essas são as categorias de análise do IPHAN segundo o Inventário Nacional de Políticas Culturais - INRC (2010)

imaterial e a noção ampliada das subjetividades culturais apontados historicamente no desenvolvimento dessa monografia. Os movimentos sociais possuem o *empowerment* na construção desse plano, dessa política nacional, quando eleitos para o CNPC? Há democracia de fato, ou uma democracia cosmética, como afirma Rubin (2011) analisando a eleição para o Conselho Nacional de Política Cultural?

A organicidade dessas atuações, o controle público, a fiscalização e a representatividade e efetividade da participação pode ser figurativa ou não. E a direção das políticas culturais está nas mãos dos notáveis do movimento cultural, como funcionários públicos, técnicos, como uma nova elite cultural, ou o processo eleitoral para os colegiados, demarcou uma relação, mais democrática e inclusiva? Todos os atores conclamados por Gilberto Gil se fizeram representar na eleição de 2012 ao CNPC?

**CAPITULO 3**  
**FÓRUNS NACIONAIS DE CULTURA – 2012**  
**AS ARTIMANHAS DE UM PROCESSO ELEITORAL**

Nos dois primeiros capítulos, fizemos uma iniciação teórica e temporal para entendermos as origens do processo democrático e suas vicissitudes históricas. Compreender as variações de uma democracia de alta e baixa intensidade na área de cultura e como ela se processou na história recente da democracia participativa e representativa a partir da Constituição Federal de 1988. Retomamos a discussão sobre a história dos conselhos públicos a partir da criação do Sphan – Serviço Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) e do Conselho Nacional de Cultura, em 1938, e apontamos suas respectivas criações imbricadas em um contexto nacionalista de cultura, uma perspectiva de cunhar símbolos a partir da miscigenação de raças.

Se por um lado, tivemos dentro do Conselho Nacional de Cultura e do Sphan conselheiros que incorporaram o discurso ufanista e se colocaram como intelectuais pensantes do Brasil em formação<sup>26</sup>, por outro lado, tínhamos no seio da história cultural o movimento modernista brasileiro de 1922 e a elaboração de uma dimensão simbólica da cultura voltada para uma noção antropológica de cultura.

A partir desse capítulo, contrapomos o levantamento histórico realizado nos dois primeiros capítulos, com o papel e a gênese dos conselheiros de cultura, na nova configuração do CNPC a partir de 2003. Essa formulação foi encabeçada pela gestão Gilberto Gil (2003-2008) e continuada por Juca Ferreira (2008-2010). Para entendermos o processo eleitoral do CNPC em 2012 e seus conflitos perante o Ministério da Cultura, na gestão de Ana Maria Buarque de Hollanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012- atual) faremos breves incursões históricas.

### **3.1 CNPC – as vicissitudes de um jogo democrático**

Avritzer & Santos (2008) afirmam que o crescimento e a expansão democrática se dão a partir da articulação entre participação e representação na pós-redemocratização. Por isso a relevância desse estudo e desse aprofundamento teórico analítico à guisa de compreender o processo histórico dos personagens que compuseram e arquitetaram as políticas públicas a partir de 2003.

---

<sup>26</sup> Grupo formado por intelectuais considerados notáveis da sociedade brasileira.

O estabelecimento da Primeira Conferência Nacional de Cultura e a (re) criação do Conselho Nacional da Cultura, em 2005, foram marcos para a história do movimento cultural. A Conferência Nacional foi precedida por mais de 400 encontros estaduais, regionais e municipais, e mobilizou mais de 60 mil pessoas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012).

As resoluções da Conferência Nacional de Cultura foram o ponto de partida para a elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Dados e diagnósticos de diversas fontes também contribuíram para a elaboração das diretrizes do PNC. São exemplos o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), e os estudos sobre economia da cultura e políticas culturais, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também foram úteis documentos resultantes de encontros sobre cultura ocorridos entre 2006 e 2007, como o 2º Seminário de Políticas Públicas para as Consultas Populares, o Seminário Nacional de Direitos Autorais, o 1º Fórum Nacional de Tvs Públicas, e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural. (idem, p. 150)

Como percebemos pelo documento acima, houve uma orientação horizontal na construção dessas políticas públicas. A chamada de agentes culturais para participar do processo, não como coadjuvantes, mas como protagonistas. Importante destacar que institutos como a Munic, IBGE e Ipea não estavam por acaso nessa construção. O diagnóstico da realidade brasileira se fazia necessário para alcançar a perspectiva tridimensional da cultura: simbólica, econômica e cidadã, pois, era imprescindível realizar um levantamento prévio da situação geográfica do Brasil nas suas vertentes culturais, econômicas e sociais para, enfim, se construir o projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura<sup>27</sup>, levado ao Congresso Nacional em 2006, e após muitas discussões e consultas públicas, tornou-se direito constitucional com a aprovação da Lei nº 12.343/2010.

A área da cultura não é diferente das outras áreas sociais no Brasil quando se trata de políticas públicas. A negociação, a barganha, o percurso burocrático para aprovação e consolidação de leis é um processo moroso e difícil. Por isso, esse arcabouço legal interfere diretamente na consolidação do Conselho Nacional de Política Cultural. O CNPC teve como principal função elaborar, monitorar e fiscalizar o cumprimento do Plano Nacional e o estabelecimento do Sistema Nacional de Cultura. Isso demarca politicamente a importância do CNPC e a eleição de seus membros nesse contexto. A primeira eleição para os representantes do CNPC aconteceu em Fóruns Nacionais Setoriais abertos em 2009, como prerrogativa da

---

<sup>27</sup> Já referendada e aprovada como Emenda Constitucional nº 48, em julho de 2005, que determinava a realização de um Plano Nacional de Cultura.

Segunda Conferência de Cultura, em 2010 com intuito de escolher os representantes para o biênio 2010-2011<sup>28</sup>.

Charles Narloch, eleito no Fórum de 2009, em Santa Catarina, para o Colegiado de Artes Visuais e, na Conferência de Cultura, foi eleito como titular no CNPC, esclarece essa experiência:

Primeiro, você precisava cadastrar por email sua candidatura como delegado estadual para a Conferência Setorial de Artes Visuais. A princípio, eu não tinha intenção de concorrer, o fiz a pedido de colegas da área, especialmente os de Florianópolis. E veja que, mesmo atuando como gestor público, tal participação se deu independentemente dessa função, já que não fui indicado como representante governamental. Após esse cadastro, fomos com uma delegação de 12 pessoas de Joinville a Florianópolis, participar da reunião presencial, que ocorreu no Museu Victor Meirelles, que serviu para que os membros do colegiado fizessem um relato das atividades da gestão anterior e houvesse a eleição dos 3 delegados para a Conferência Setorial. Esta reunião presencial foi coordenada pelo Diretor de Artes Visuais da Funarte, Ricardo Resende, e pelo membro titular do Colegiado à época, o artista Roberto Moreira Filho, o Traplev. Fui o mais votado dentre os candidatos inscritos, com cerca de 35 votos. Além de mim, foram eleitos como delegados o Yiftah Peled, de Florianópolis, e a Anne Kronbauer, de Itajaí. Os 3 delegados participaram da Conferência Setorial de Artes Visuais em Brasília, no início de 2010. Nesta conferência, fui eleito membro titular do Colegiado Setorial de Artes Visuais, representando a Região Sul. Cerca de um mês depois, na primeira reunião ordinária do Colegiado Setorial de Artes Visuais, também presencial, fui eleito como membro titular do CNPC, representando aquele colegiado. (NARLOCH, 2014)

Sem a distinção clássica entre cultura popular e cultura erudita, agora, todos tinham acesso e poderiam se candidatar ao processo eleitoral do CNPC. É importante destacar que nesse primeiro processo houve também inscrição no site do Ministério da Cultura, mas o que legitimava e elegia as candidaturas eram os Fóruns Estaduais em formato presencial e, para a representação do CNPC, a Conferência indicava e validava a candidatura, como explicou Narloch.

A partir dessa experiência na primeira eleição, nos perguntamos: Que fabricação de sentidos é realizada ou é percebida pelos atores em questão quando colocamos na mesma mesa de negociação (porque o Conselho Nacional de Política Cultural e a Conferência de Cultura são, sobretudo, campos de litígios) indígenas, circenses, ribeirinhos, caboclos, negros,

---

<sup>28</sup>Os objetivos dessa eleição eram: Promover o debate e a reflexão valorizando a complexidade e a diversificação de atividades em cada um dos campos setoriais. Debater e encaminhar propostas para as políticas públicas de cultura e as políticas setoriais específicas para cada um dos segmentos envolvidos no processo, de forma a contribuir com a formulação dos Planos Nacionais Setoriais. Eleger os 200 delegados setoriais para a plenária geral da II CNC. Instalar os colégios eleitorais setoriais, responsáveis pela eleição dos membros dos Colegiados Setoriais e pela elaboração de listas tríplexes com indicação de nomes que comporão a representação setorial do Plenário do CNPC. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/sobre-as-setoriais/>. Acesso em: 07/09/2014

ciganos, artesãos, pesquisadores, mestres (detentores do conhecimento tradicional, mestres tradicionais da cultura popular e mestre e doutores da academia), junto com representantes do governo e do Estado?

Essa questão não será, evidentemente, respondida aqui, mas foi inserida para contrapor a conformação clássica de conselhos de notáveis, para outra, um conselho de pessoas comuns, dos trabalhadores e fazedores da cultura.

Se há autonomia de participação e representação da sociedade civil nessa nova reformulação democrática institucional é outra questão controversa. Tendo em vista que historicamente sempre houve disputa pela hegemonia de espaços políticos e instâncias deliberativas, sendo o Estado, um aparelho ideológico regulador com a função de chancelar, sancionar e coordenar a instalação do processo institucional da composição e organização da política cultural no Brasil. Porém, é inegável, que essa nova composição do conselho de cultura foi o maior legado da gestão Gilberto Gil, como ministro da Cultura.

Foram materializadas representatividades regionais e setoriais para as instâncias do CNPC. No entendimento do Ministério da Cultura, arquitetadas as áreas colegiadas, não somente para legitimar ações coletivas, mas para respaldar uma agenda social que conseguisse abarcar as representações identitárias plurais existentes no país. A antropologia aplicada de Gil ratificava o cerne do debate para aqueles que de fato faziam, produziam e divulgavam a cultura brasileira na sua ampla diversidade.

Em uma sociedade complexa geograficamente e politicamente, como o Brasil no campo das políticas culturais, isso não é tarefa fácil. Por isso, a eleição dos representantes da sociedade civil para o pleito do CNPC tornou-se uma questão a ser reforçada nas políticas federais desde a gestão de Gil no Ministério da Cultura.

Esse exercício teórico, ao ser aplicado em relação aos conselheiros nacionais e sua participação, provoca elucidar entendimentos da construção desse processo e da postura do Estado frente a ele. Os agentes culturais apoiaram, aderiram ou de fato construíram as políticas nacionais por afinidade política, ideológica, corporativa, ou por relações de identidades? Exerceram os representantes eleitos a *advocacy* que lhes foi concedida pelos seus representados como autorização para assumir uma posição como conselheiro de cultura? A posição do conselheiro eleito estava a serviço do Estado ou com o Estado, numa perspectiva de coletividade, de uma organização institucional demandada pelo movimento social? Como

o processo de eleição desses conselheiros para uma instituição nacional importante como o Conselho Nacional de Política Cultural pode contribuir nesse sentido?

Destaca-se, além da Conferência Nacional a criação das Conferências Distritais, Estaduais, Intermunicipais, Livres, Municipais e Setoriais que foram impulsionadas pelo Ministério da Cultura desde 2005. Se a primeira Conferência Nacional de Cultura teve a participação de 60 mil pessoas em 400 encontros estaduais, municipais e setoriais, a segunda Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2010, envolveu mais de 3.200 municípios e 225 mil pessoas em outras modalidades de conferências públicas.

Dessa forma, entendemos os movimentos sociais culturais a partir da história do tempo presente, como afirmações identitárias de grupos historicamente marginalizados, surgidos na cena política brasileira após a redemocratização. Populações ribeirinhas, indígenas, caboclos, povos de matriz africana, quilombolas, são exemplos dessa negação histórica e desse (re) surgimento.

Antes de 2003, essas populações existiam visivelmente nos livros, nas enciclopédias ou nos cadernos de folclore. Durante muito tempo, foram objetos de estudo, análise e pesquisa de intelectuais.<sup>29</sup> Quando estes foram chamados para decisões públicas, para ajudar a definir políticas em processos decisórios, como a elaboração do Plano Nacional, Conferência Nacional de Cultura, consultas públicas, foram de fato inovadoras para o processo democrático que se estabeleceu.

Finalmente, a partir da gestão de Gilberto Gil, o conceito de cultura foi retirado do art. 216 da Constituição Federal de 1988 “formas de criar, fazer e viver”. A cultura é colocada na prática, não somente como preceito constitucional. Ao afirmar-se etnicamente, um grupo marginalizado, por exemplo, anula o jargão pejorativo que por diversas vezes a classe trabalhadora foi enquadrada, como “sem cultura”, “sem educação”. Ser pobre, negro, favelado, indígena, significava estar ausente dos debates públicos. A CF-1988 conferiu esse direito para uma parcela hegemônica de cidadãos brasileiros.

Quando um determinado grupo é convidado para participar com voz ativa em uma instância legítima de poder, como o CNPC, em pé de igualdade com técnicos, gestores, há

---

<sup>29</sup> Destacamos que esses trabalhos acadêmicos muitas vezes foram cruciais para o registro e garantia de existência e salvaguarda de determinados grupos, a exemplo dos quilombolas.

uma inovação e ampliação da democracia representativa e participativa. Grupos até então considerados “minorias” começam a ser percebidos e ouvidos nos fóruns públicos e em instituições participativas paritárias como os conselhos e conferências públicas.

O movimento cultural é marcadamente dinâmico e antagônico. E a política pública é refeita conforme as disputas, os jogos de poder, pela hegemonia que se estabelece cotidianamente no interior da sociedade. Entretanto, muitos desses grupos e representantes podiam ter o seu acesso incentivado e facilitado, como podem ainda ficar excluídos do processo, isso depende da orientação política conferida e administrada na condução desses processos eleitorais, como foi o caso do pleito eleitoral de 2012.

### **3.2 Revisitações do processo eleitoral do CNPC**

Procuramos analisar o processo eleitoral sob a perspectiva de membros do CNPC e de quem se elegeu nesse processo eleitoral para aventarmos outra possibilidade de debate teórico. Para alguns membros eleitos no processo eleitoral dos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, enviamos pelo correio eletrônico um chamado e tentamos contato com alguns representantes dos Colegiados do Circo, da Dança, Patrimônio Cultural, Livro e Leitura, Arquivos, Patrimônio Imaterial, Design, Artes Visuais, Cultura Popular, Povos de Matriz Africana, Indígenas.

Num primeiro momento, nos detivemos aos membros de Santa Catarina por conta de estabelecer uma delimitação geográfica. O Estado catarinense obteve participação considerável no processo eleitoral. Porém, decidimos trabalhar com respostas espontâneas por acreditarmos que dentro da democracia representativa e participativa a autonomia é crucial para a autodeterminação das ações políticas e o processo de transformação da consciência de si para consciência em si. Ou seja, a partir do momento que nos dispomos a responder ou refletir sobre nossas práticas políticas, conseguimos reavaliar nossos posicionamentos, nossa organização e nossa apreensão da realidade em que estamos inseridos.

Desta forma, separamos questões em blocos, dentro do contexto dos Fóruns Setoriais Nacionais, ou seja, para serem respondidas pelos conselheiros. No primeiro momento, os conselheiros foram abordados sobre sua trajetória individual e política. No segundo momento, sobre seus conhecimentos acerca das instâncias políticas do Ministério da Cultura, como as conferências, os conselhos, participação em editais públicos, informações sobre a estrutura híbrida do Conselho Nacional de Política Cultural. E, num terceiro momento, sobre o processo eleitoral do CNPC. Como teve conhecimento do processo eleitoral do CNPC e como

foi o desenvolvimento da sua inscrição, desde a iniciativa de candidatar-se ou ser escolhido para representar um grupo, até a percepção do processo e sua análise depois do pleito concluído.

Então, a partir de agora, iremos apresentar por blocos de temáticas, algumas entrevistas: considerando que tivemos a participação de dez conselheiros eleitos no pleito de 2012, desses, nove são membros titulares de Colegiados Setoriais, sendo um suplente. Também entrevistamos três membros titulares do Conselho Nacional de Política Cultural, dois membros da gestão de 2010-2012 e outro da gestão 2012-2014.<sup>30</sup>

Ao refazermos esse percurso histórico sob a ótica dos conselheiros, entendemos que o estabelecimento de um diálogo com as fontes bibliográficas sobre as políticas culturais no Brasil, só faz sentido, se as fontes orais de pesquisa forem também consideradas, principalmente se tratando de análise do tempo presente. É relevante destacar que todos os conselheiros entrevistados responderam sobre a publicação ou não de sua entrevista nessa pesquisa e que entendiam sua participação e representação como crucial para o desvelamento do entendimento político e público do que foram os Fóruns Nacionais, para que num futuro próximo, outros processos e etapas de eleição não fossem conduzidas da forma controversa como a de 2012.

O desafio de compreender esse processo enquanto construção do conhecimento, uma rede de aprendizagem social, além das fontes documentais tradicionais para uma análise empírica. Ao articular a história da política cultural, como ponto de partida sob o olhar do tempo presente, tendo a história pessoal auxiliadora na compreensão dos protagonismos que entraram nesse processo pós-democratização, mostrando ser a política cultural assunto não restrito mais às elites intelectuais.

Emerge a perspectiva de se pensar a produção e percepção política desse processo histórico na primeira pessoa, ou seja, por aqueles que não são os objetos de pesquisa, sobretudo, são co-partícipes dessa pesquisa. Um processo dialógico de estabelecer o entendimento de como as incongruências do poder e do debate das políticas públicas se estabelecem nos meios de comunicação e mobilização na perspectiva da democracia representativa e participativa na formação, sobretudo de uma demanda e uma agenda social.

---

<sup>30</sup> Para trabalhar dentro de uma perspectiva ética, todos os conselheiros citados a partir daqui, concordaram com a publicação de suas entrevistas no decorrer dessa monografia e assinaram um Termo de Autorização.

### 3.2.1 Dos conselheiros eleitos

Para a análise histórica dos movimentos sociais a partir de seus sujeitos, será imprescindível compreendermos a história sob o ponto de vista da relatividade da memória e das histórias políticas e pessoais (biografias) pelas quais passam os indivíduos que estiveram em atividade política nos processos elencados por essa pesquisa.

Nesse sentido, trazemos uma reflexão metodológica que desenvolve uma análise a partir da ótica do conselheiro e sua participação sobre o processo de organização e mobilização em torno de sua representação política. Considera-se, como se deu a sua escolha perante seus pares, se sua candidatura lhe foi atribuída ou não, para o processo eleitoral nas suas mais variadas representações identitárias, num determinado tempo histórico.

Reis (2011) esclarece que para o tempo histórico é necessário uma compreensão mais alargada da percepção do tempo e da história dentro de uma objetividade social, dos acontecimentos e dos homens que tecem esses acontecimentos históricos.

[...] O tempo histórico não é um tempo físico ou psicológico ou dos astros, ou do relógio divisível e quantificável. E também não é uma infinidade de fatos sucessivos como a linha é uma infinidade de pontos. O tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. Por um lado, o tempo histórico possui uma objetividade social, é independente da vontade dos indivíduos; por outro, os indivíduos também o criam e tecem, interferem e o transformam, suas biografias transformam a sociedade, mas não se pode ignorar o tempo social que se impõe a eles. (REIS, 2011, p. 46)

Nesse sentido, tentamos respeitar esse tempo histórico e a fala dos conselheiros, assim como pensar o processo a partir dessas falas, já que elas são imbuídas inerentemente de uma coletividade que pode estar atrelada a experiência, trajetória ou militância. Enviamos um chamado público para o *e-mail* [culturaspopularesbr@yahoogrupos.com.br](mailto:culturaspopularesbr@yahoogrupos.com.br) sobre o desenvolvimento da monografia e solicitamos a participação voluntária dos conselheiros. Essa rede social congrega a participação de mais de 3000 contatos. A rede funciona como um espaço permanente de reflexão, debate e ação, integrando os diferentes grupos, comunidades e movimentos culturais. Apenas duas pessoas reponderam ao chamado que fiz na RCPT, Arthur Leandro e Nivaldo Silva. A rede possui no facebook mais de 18.739 membros e um *mailing* de mais de 2.500 mil *e-mails*. O chamado que fiz foi por meio de correio eletrônico, o qual constatou, é muito difícil de se obter resposta, nesse caso, já que o *facebook*, como rede social produtor de informação espontânea e efêmera, funciona muito mais como um divulgador de atividades do que os *mailings* de organizações como a RCPT. O restante dos entrevistados foi

contatado diretamente nos seus *e-mails*, que consegui diretamente com os respectivos colegiados.

Procuramos, primeiramente, entender parcialmente qual o perfil dos candidatos e sua formação escolar, seu trabalho e sua militância, identificar o movimento social a que pertenciam/em, para então, entendermos, se sua inscrição esteve dentro das necessidades apontadas e geradas pelo movimento social, ou foi uma atitude voluntária. Por isso, a ideia dessa seção trabalha com a atuação dos conselheiros. Entendemos que durante as respostas, muitos confundiram movimento social com atuação profissional e até mesmo uma trajetória de lutas com um perfil, individual e pró-ativo, de participação social em instâncias sociais.

Desta forma, foram elencadas cinco questões:

- 1) Qual sua formação escolar?
- 2) Onde você trabalha?
- 3) Onde você milita?
- 4) A qual movimento social cultural pertence?
- 5) Fale sobre suas atividades nesse movimento social?

De todas essas questões, percebemos que todos os entrevistados possuem nível superior completo, metade, inclusive, com pós-graduação na área de formação, como especialização *latu sensu* e *stricto sensu*, inclusive com doutoramento. Numa segunda análise, observamos que muitos confundem sua área de atuação profissional com o movimento social a que pertencem, ou seja, alguns conselheiros se dizem representantes de uma instituição na qual trabalham, como, por exemplo, uma universidade, mas não necessariamente possuem lastro com um movimento social na sua tradicional concepção, sindicatos, ou outro tipo de associação cultural.

### **3.2.2 Trajetória versus perfil versus militância = atuação**

Danielle Alves,<sup>31</sup> foi uma das conselheiras que respondeu ao nosso chamado público. Como representante eleita para o Colegiado de Patrimônio Imaterial da região Sudeste, ela conecta as respostas concedidas a sua experiência e militância, assim como, sua formação acadêmica com seu trabalho profissional. Evidencia uma atuação abalizada com os movimentos sociais, trabalhos de pesquisa, projetos de extensão relacionados ao patrimônio cultural, ambiental e literário. Na entrevista, Alves localiza suas ações com parcerias

---

<sup>31</sup> ALVES, Danielle. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

promovidas por instituições de ensino superior, de pesquisa e de fomento. Desta forma, justifica sua trajetória e atuação:

Nos trabalhos de intervenção que desenvolvi, o principal foco sempre foi a mobilização social. A partir da mobilização, cursos, seminários, reuniões, planos, marchas, oficinas, moções, denúncias e reivindicações foram feitos. Independentemente se o objetivo é revitalizar uma bacia hidrográfica, possibilitar a inclusão econômica de comunidades tradicionais a partir do turismo, ou salvaguardar as expressões e ofícios de culturas imateriais, é com a mobilização, integração e formação de cidadãos e lideranças que o caminho se tece. Com isso, é possível pensar no empoderamento, na irradiação e na convergência político- social. (ALVES, 2014)

Conselheiros, como Danielle Alves, demonstram possuir percepção de movimento social além do trabalho e formação, numa tríade que envolve a tentativa de transformação social do mundo que vivem. O entendimento dela sobre mobilização social explicita-se, aqui, como uma formação social contínua. Uma aprendizagem social na qual Henriques (2012) aponta ao criar os vínculos para a visibilidade social. Nesse processo mobilizatório, a formação política e social do cidadão se faz e se retroalimenta na prática como uma condição crucial para o desenvolvimento, elaboração e monitoramento das políticas públicas.

Outro conselheiro que se identificou como um militante, foi Arthur Leandro<sup>32</sup>, Táta Kinamboji uá Nzambi, Kissikar'Ngoma ria Nzumbarandá ria Mansu Nangetu.<sup>33</sup> “Milito em várias organizações, em especial no Instituto Nangetu e na ARATRAMA - Articulação Amazônica de Povos Tradicionais de Matriz Africana”. Representante do Colegiado de Povos de Matriz Africana e titular no CNPC nessa cadeira, Arthur é de Belém, uma região que possui diversos assentos nos colegiados do CNPC e que, na escala de participação, ficou em quarto lugar, com 180 participantes no processo eleitoral dos Fóruns Nacionais de 2012, com um total de 38 conselheiros eleitos<sup>34</sup>.

Cecília Pellegrini<sup>35</sup>, uma engenheira eletrônica formada pela Escola Politécnica da USP, foi eleita conselheira pelo Colegiado de Patrimônio Imaterial. Sobre sua atuação, Pellegrini reitera, trabalha com produção cultural e artes. Quando inquirida sobre a qual movimento pertence e sobre sua militância, ela faz um texto poético/militante e relaciona seu trabalho com a comunidade para a cidade de São Paulo: “Um artista transcende fronteiras,

---

<sup>32</sup> LEANDRO, Arthur. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

<sup>33</sup> Seu nome o identifica como responsável pelos atabaques e pela musicalidade do terreiro. Pertence ao Povo Tradicional de Terreiro Mansu Nangetu da Umbanda.

<sup>34</sup> Conforme poderá ser analisado na Tabela de Candidatos por regiões, fig. 02.

<sup>35</sup> PELEGRINI, Cecília. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

mas no cotidiano, milito junto à comunidade do Morro do Querosene, estou envolvida nas questões urbanísticas e ambientais do Butantã e da Cidade de São Paulo. E pertencço ao universo da Capoeira<sup>36</sup>”. (PELLEGRINI, 2014).

Ao reiterar, no final de sua resposta, que pertence ao universo da Capoeira, Cecília demonstra que o movimento cultural e social é, sobretudo, uma relação atribuída de identidade e afirmação social. Isso é muito emblemático porque os movimentos culturais transformam idiosincrasias, ideologias, relações identitárias a partir de suas práticas, formulando uma práxis. Com o C maiúsculo na palavra capoeira, Pellegrini se insere no movimento social que está por trás da manifestação e da expressão cultural que a Capoeira representa.

A capoeira não é um movimento social tradicional com características que almejam a transformação social e, por isso, possuem uma demanda advinda de uma pauta, uma relação opositora, que necessita ser ultrapassada por esse movimento. Mas, a capoeira, possui em seu âmago, a luta pela terra, pela manutenção étnica de uma expressão de matriz africana, de uma celebração que intui uma organização social e educacional promovida pelas rodas de mestres e brincantes de capoeira. A capoeira pode ser aqui trabalhada como um dos vínculos de Henriques (2012), a afetação. Ou seja, lhe afeta, por isso lhe representa e identifica. Ao responder quais suas atividades no interior desse movimento, ela responde:

Sou diretora da Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene. A efervescência artística e cultural do Morro do Querosene é muito intensa. Instituídas anualmente, temos as festas de Bumba-Meu Boi, de Cosme e Damião e a Lavagem da Pracinha. Nossa maior luta é pela preservação da Fonte e pela criação do Parque ambiental, cultural e histórico da Fonte (a Vila Pirajuçara, hoje conhecida como Morro do Querosene, era entroncamento de vários caminhos muito antigos conhecidos como Peabiru, o mais importante deles ligando São Vicente, no litoral paulista, a Machu Picchu - não sei a grafia está correta<sup>37</sup> - localizada no alto dos Andes e capital do Império Inca. Pela Chácara da Fonte, passavam os viajantes: tropeiros, indígenas, bandeirantes... O Peabiru foi remodelado no ano 1000, pelos Incas. Embora tão importante, muito pouco temos conseguido preservar, o estado da Fonte é lastimável).. A preservação das manifestações culturais (capoeira, bumba-meu boi, samba-de-roda, grafites, culinária, jardinagem...) praticadas no Morro do Querosene e a preservação da Fonte me levou ao Colegiado do Patrimônio Imaterial do CNPC.

A resposta elaborada por Pellegrini dá um sentido de latinidade, que transcende o Morro do Querosene, o Caminho de Peabirú, o samba de roda, o grafite, a arqueologia histórica e a paisagem urbana que luta pela preservação de um artefato móvel que existe na

<sup>36</sup> Cecília, ao referir-se à capoeira, escreveu a palavra com letra maiúscula.

<sup>37</sup> Essa observação sobre a grafia foi escrita pela Cecília Pellegrini.

comunidade, ou seja, ela cria uma justificativa, além do Parque da Fonte<sup>38</sup>, para delimitar e transcender sua participação, representação e consciência política nesse processo da democracia participativa. Pellegrini, assim como outros conselheiros, mostra que sua atuação não é isolada ou específica dentro de um único conselho, como o CNPC, nem tampouco sua área de atuação como o Colegiado de Patrimônio Cultural Imaterial, é isolada e absorva, numa caixinha de especialidade. Não podemos abrir as discussões do Patrimônio Cultural, no Conselho Nacional de Política Cultural, como abrimos e fechamos uma caixa de sapatos. É necessário que os conselheiros percebam a comunicação do colegiado como mobilização social. O texto de Henriques (2012) para nós é uma questão de estratégia de ação/reação para uma agência real para transformar a prática social e política numa perspectiva de virtualidade, ou seja, perseguir uma mudança concreta para resolver determinados problemas ou afetações que nos atingem.

Por isso, Cecília exprime aquilo que já observávamos com nossas pesquisas teóricas e empíricas nesse trabalho e fora dele. A comprovação, com a aplicação dessas entrevistas, demonstrou que nossos conselheiros estão calcados em inúmeros movimentos sociais que não necessariamente traduzem o que entendíamos por movimento social na década de 1970, 1980, 1990 do século passado. Mas, também, separar esses agentes em inúmeros setoriais de cultura impede que a mobilização social seja multidisciplinar e seja interagida por uma prática comum intermediada por controversos interesses comuns, específicos e coletivos.

Outra conformação dos movimentos sociais é percebida na fala de Cecília. Em tempos de internet, isso é sintomático. Há uma rede dinâmica e veloz que impulsiona os agentes culturais e os cidadãos para o debate público em varias frentes de participação e representação, que não pode ser mensurada por uma pesquisa monográfica como a nossa. Porque esse debate é extenso e profundo. Mas nos impulsiona para uma pesquisa futura, para além da prática, além da atuação, como os conselheiros atuam e interagem com outras frentes de negociação, de poder e de participação, não somente a partir do seu interesse específico de representação e atuação/militância, mas tendo em vista as políticas públicas como um todo.

Tivemos também a entrevista de Nivaldo Jorge da Silva<sup>39</sup>, um conselheiro de Pernambuco no Colegiado Setorial de Artesanato, filiado ao movimento social União

---

<sup>38</sup> Esta luta pelo Parque da Fonte me levou à Secretaria Municipal do Verde e meio Ambiente, onde me tornei conselheira do CADES-BT, Conselho de Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Região do Butantã (bairro onde moro), ao CONFEMA, Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente, ao Plano Diretor Estratégico da Cidade e inúmeras outras reuniões.(PELLEGRINI, 2014)

<sup>39</sup> SILVA, Nivaldo Jorge da. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

Nacional dos Artesãos brasileiros (UNPA). Nivaldo também atua como coordenador da União Nacional dos Artesãos e é sócio-fundador do Sindicato dos Artesãos de Pernambuco (Sindarpe). O conselheiro trabalha em seu ateliê, na Ilha de Maracá. É muito representativo e simbólico quando analisamos o caso de Nivaldo. Primeiro, porque o conselheiro respondeu a um chamado que fizemos na Rede de Culturas Populares e Tradicionais (RCPT), como já dito, uma rede que congrega diversos agentes culturais de várias partes do Brasil, entre agentes, trabalhadores culturais e detentores de conhecimentos tradicionais. Talvez na essência, Nivaldo Jorge da Silva seja o objeto do desejo e das aspirações andradianas e gilbertianas. Representa o ideal de conselheiro sob o ponto de vista da organicidade e da dimensão tridimensional da cultura, nas suas dimensões simbólica, econômica e cidadã.

Quando pensamos nos conselhos eleitos e no Conselho Nacional de Política Cultural, pensamos em trajetórias como a de Nivaldo. Um brasileiro, pernambucano, que teimou em viver da sua cultura, não só como manifestação cultural (dimensão simbólica), mas como sobrevivência (dimensão econômica), demonstrando que o trabalhador da cultura, ou popularmente conhecido como artista pode viver da sua arte, do seu fazer cultural. Por outro lado, Nivaldo percebeu que sozinho, conseguiria poucos avanços, mas que organizado em sindicato e uma corporação de ofício teria mais voz e vez, como práxis da dimensão cidadã da cultura.

Na antropologia aplicada de Gil, não poderia o pesquisador transformar Nivaldo em objeto de estudo e composições analíticas societárias, mas entender que Nivaldo, com sua prática política, sua trajetória como trabalhador da cultura e como militante de movimento social, faz, definitivamente, parte da mudança conceitual das políticas públicas nos últimos anos no Brasil. Como detentor de saber, Nivaldo não está ligado à academia, mas possui sua produção imbricada e gerada a partir do conhecimento tácito, do patrimônio cultural na perspectiva da CF-1988 e na valorização do conhecimento tradicional e popular como a essência mais cara do que seja cultura.

Outros membros de colegiados que nos responderam a esse bloco de questões se identificaram como gestores de associações, gestores públicos ou de profissionais de instituições de ensino superior. Essas respostas não serão trabalhadas aqui, por uma opção metodológica de percebermos o conselheiro e a mudança cultural dentro do CNPC a partir da matriz andradiana de cultura, não na perspectiva de gestão. Nessa demonstração de atuação, trajetória e trabalho dos conselheiros, podemos traçar hipóteses e perfis identitários acerca da

atuação do conselheiro de cultura e sua relação política com o movimento social e cultural em que está inserido.

Tivemos outros conselheiros que ao serem arguidos sobre o movimento social e sua pertença, simplesmente não responderam. Podemos refletir sobre, a partir do pensamento de Scherer-Warren (2009). A ideia e organização de movimento social, tal qual como conhecemos, não se faz mais presente na atuação de jovens e agentes sociais e culturais. Apesar de sabermos que esses conselheiros muitas vezes atuam em ONGs, coletivos, e outras formas de associação artística e cultural, como a questão era auto declaratória, quando silenciada, ela tornou-se resposta, ou a ausência de resposta um silêncio, de uma não identificação com uma organização ou movimento social.

Essa definição nos remete à provocação central da história dos conselhos públicos no Brasil. Qual a posição dos movimentos culturais e suas representações sociais e políticas dentro dos conselhos? O conjunto dos movimentos sociais no Brasil que possuem um lastro histórico de luta pelos direitos humanos, sociais, políticos, entre outros, conseguem ser representados no interior desses movimentos culturais e dessas novas organizações institucionais, como os conselhos?

O papel da organização civil e o empoderamento da população tornam-se cruciais para a divisão paritária da representação da população e representação do Estado, em organismos políticos institucionalizados como conselhos gestores, conferências e fóruns de discussão. Assim, a deliberação torna-se resultado político de um litígio de debates e interesses acerca das questões públicas setoriais.

Percebe-se que essa noção é mais explícita em agentes que possuem laço com a academia, ou em grupos de pesquisa, docência, pós-graduação, evidenciando, também, serem as instituições de ensino superior uma importante referência no quesito participação e mobilização social. Mas, sem a noção de militância política ou de movimento social, mas no sentido da extensão acadêmica ou pertencente a grupos de pesquisas, ou laboratórios acadêmicos.

Na questão proposta por Scherer-Warren, podemos verificar que esses movimentos culturais entendem-se mais por rede e, nas suas mobilizações, há uma organização coletiva, não no sentido clássico de mudança estrutural da sociedade, mas na acepção reivindicativa, protestativa, pontualmente, com alguns interesses em conjunto. Portanto, há uma organicidade dos movimentos sociais articularem a pertença, mas em alguns casos, elas são pontuais e efêmeras.

### 3.3 Processos participativos e empoderamento

Nessa seção, a primeira questão importante a ressaltar é que não atuamos em um vazio histórico e sociológico. Se analisarmos as atuações e trajetórias dos três conselheiros que selecionamos anteriormente, ao contrapor perfil, militância e atuação, percebemos todos com noção da sua participação histórica social e política muito bem resolvida. Essas trajetórias individuais determinam as trajetórias coletivas, que, conseqüentemente, determinam novamente as trajetórias individuais.

Em que situação e de que forma os conselheiros entraram em contato com uma instituição criada no governo Lula, como o CNPC? Isso é uma das indagações-chave para responder à hipótese desse trabalho no que contrapomos *advocacy* com autorização, principalmente dos conselheiros eleitos em um Fórum Nacional marcadamente controverso. Eles foram chamados a participar ou foram convocados por suas militâncias a entrarem nesse processo político?

Isso é crucial para a discussão sobre Fóruns Nacionais Setoriais. O CNPC e sua eleição conselhistas sob o olhar dos conselheiros que se elegeram no processo. A trajetória, atuação política e profissional dos conselheiros demarcaram seus interesses em estabelecer contato institucional com o Ministério da Cultura? Podemos alimentar essa provocação, se analisarmos a atuação dos conselheiros eleitos na reformulação, na elaboração do Plano e no estabelecimento do Sistema Nacional, assim como se havia informação acerca desses mecanismos legais importantes das políticas culturais.

Para participar de uma instância política de poder como o CNPC era necessário conhecimento dessa configuração das políticas públicas de cultura anunciadas, desde 2003, no governo Lula?

Desta forma, o segundo bloco de questionamentos foi destinado aos conselheiros para entendermos como se deu a inscrição no processo eleitoral do CNPC pelos Fóruns Nacionais Setoriais. Os conselheiros já conheciam o CNPC e seus Colegiados? Já haviam participado de algum edital público ligado ao Ministério da Cultura? Já haviam participado de alguma conferência nacional, estadual ou municipal de cultura? Essas questões foram elaboradas no sentido de entender quais caminhos levaram os conselheiros ao Conselho Nacional de Política Cultural.

Os conselheiros entrevistados foram questionados se conheciam previamente o Conselho Nacional de Cultura antes de se colocarem como candidatos em 2012. Os conselhistas responderam que:

- 1) Sete conheciam;
- 2) Um não conhecia o processo eleitoral, tampouco, o CNPC;
- 3) Dois conheceram o CNPC no processo de eleição (proposição de candidaturas).

Uma conselheira, inclusive, explicitou que conheceu o CNPC a partir da campanha feita pelo Ministério da Cultura na internet para a inscrição de candidatos ao pleito eleitoral. Como o Ministério da Cultura anualmente providencia muitos editais federais de Incentivo e Fomento à Cultura, muitos grupos acabam sendo apresentados institucionalmente à estrutura do MinC pelos seus editais, promovidos pelo Fundo Nacional de Cultura ou pela Lei Rouanet Lei n ° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, de mecenato federal. É comum a visitação espontânea ao sítio eletrônico do MinC em busca de tais informações.

#### **Sobre os editais públicos, os conselheiros entrevistados:**

- 1) Cinco se pronunciaram como conhecedores e concorrentes periódicos de editais públicos de instituições ligadas ao MinC – Fundação Palmares, Funarte, Iphan, entre outros;<sup>40</sup>
- 2) Quatro conselheiros afirmaram que nunca haviam concorrido a nenhum edital público federal na área da cultura.

#### **Sobre a participação dos conselheiros em conferências nacionais:**

- 1) Sete conselheiros declararam terem participado da Terceira Conferência Nacional de Cultura, em 2013;
- 2) Desses sete, apenas quatro afirmaram terem participado também da Segunda Conferência Nacional de Cultura, em 2010;
- 3) Três afirmaram nunca terem participado de nenhuma Conferência Nacional de Cultura;

---

<sup>40</sup> Essa questão é importante porque o MinC possui um banco de dados de projetos, proponentes e prêmios, para quem constantemente é enviada correspondência eletrônica. Sobre a abertura do processo eleitoral dos Fóruns Nacionais Setoriais, não foi diferente.

- 4) Dois conselheiros se disseram organizadores de Conferências Livres em seus estados e municípios<sup>41</sup>.

#### **Das Conferências Estaduais de Cultura:**

- 1) Oito conselheiros afirmaram participar da última, em 2013;
- 2) Três afirmaram participar das duas últimas, 2010 e 2013;
- 3) Um conselheiro respondeu que nunca havia participado de nenhuma.

#### **Sobre as Conferências Municipais de Cultura:**

- 1) Oito conselheiros afirmaram participar das Conferências Municipais;
- 2) Quatro se declararam organizadores de Conferências em seus municípios;
- 3) Um dos conselheiros afirmou nunca participar de nenhuma Conferência em âmbito municipal.

#### **Sobre os Fóruns nacionais, estaduais, municipais e setoriais:**

- 4) Oito conselheiros afirmaram conhecer, participar e acompanhar os Fóruns, estaduais e municipais, e setoriais.
- 5) Três afirmaram ter participado de Fóruns em âmbito nacional, antes da eleição do CNPC de 2010 e 2012.

Todas essas informações sugerem que os agentes culturais ou os conselheiros de cultura são agentes mobilizadores em seus territórios setoriais ou de abrangência regional, especificamente. A atuação do conselheiro, na maioria das vezes, acontece de forma localizada e, conforme ele amplia seus repertórios, o conhecimento se amplia nos debates das políticas públicas. Participa dos fóruns públicos e inicia uma atuação além dos editais

---

<sup>41</sup>Essa modalidade de Conferência é reconhecida pelo Ministério da Cultura e pelo CNPC, mas não se elege delegados nesses processos, embora, o MinC, na Terceira Conferência de Cultura, financiou representantes de Conferências Livres para participarem da III CNC como observadores, somente as Conferências que enviaram seus documentos finais para o CNPC/MINC. Todos os Colegiados Setoriais na III CNC tiveram a oportunidade também de indicar convidados para participarem da III CNC, como forma de reconhecer o trabalho de agentes culturais de notório saber ou notória trajetória no campo cultural em áreas específicas.

públicos. O conselheiro sente necessidade de traçar novos caminhos e entrar em contato com outros agentes culturais, outros conselheiros e conselhos, e em outras esferas de atuação política e cultural. Por isso, refazer essa trajetória é crucial para entendermos qual é primeiramente o perfil do candidato que se inscreve num processo eleitoral nacional e qual a sua noção de política participativa.

Nedi, conselheira do Colegiado de Patrimônio Imaterial, traz na sua trajetória e militância uma participação ativa, desde 2009, nas Conferências de Cultura de Ipumirim<sup>42</sup>, na Conferência Estadual de Cultura, e é uma das organizadoras das Conferências Livre do Talian<sup>43</sup>. O Talian foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) do Iphan em 2014, juntamente, com mais duas línguas o Asurini do Trocará e Guarani Mbya. Foram as primeiras línguas reconhecidas como Referência Cultural Brasileira, conforme dispõe o Decreto 7387/2010.

Nedi foi uma incansável guerreira para esse reconhecimento. Sua trajetória e militância são fortemente marcadas pela luta pelo reconhecimento do Talian, como língua de um grupo imigratório importante na colonização no Oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Ela afirma que sua candidatura estava alicerçada em uma base de articulações, de defesa à memória e à história dos grupos ítalo-brasileiros, por isso ela se considera uma:

Articuladora de ações. Detentora de conhecimentos do Talian. Atuo pelo reconhecimento da Língua e por consequência, da cultura. Porém, não por saudosismo da Itália, mas pela construção e consciência da identidade histórico-cultural e pela vida própria que os imigrantes tiveram e seus descendentes têm no Brasil. Pelo Direito à Memória e à Verdade de uma história omitida e desconhecida tanto na Itália como no Brasil. Pela inclusão da cultura dos grupos de imigração e a sua verdadeira história nas discussões e políticas públicas brasileiras. (idem)

Nedi, além da Conferência livre do Talian, também participou da Conferência Nacional de Cultura, em 2013. Fortaleceu os inúmeros fóruns públicos de cultura no estado de Santa Catarina e pelo Brasil, e chegou, inclusive, a participar de um grupo nomeado para pensar e conduzir a instalação do Setorial de Patrimônio Imaterial no CNPC, em 2011.

---

<sup>42</sup> Município no meio Oeste do Estado de Santa Catarina.

<sup>43</sup> Talian é uma língua de matriz latina que se originou a partir da vida dos imigrantes italianos instalados no Brasil. Uma forma de abrasileirar a linguagem e adaptá-la ao novo Estado-Nação escolhido para moradia sem perder as referências culturais dos povos de imigração.

Reitera-se, nesse caso, a complementaridade da *accountability* societal, horizontal e vertical. Sob o ponto de vista da conselheira, quando afirma que sua prática está atrelada ao “respeito pela diversidade na elaboração de políticas públicas”, ela pauta sua militância no grupo que participa nas Conferências de Cultura e na proposição política delas. A sua percepção sobre as políticas públicas e a organização social nos remetem à questão da trífase da *accountability*, ou seja, a partir da organização social decorre a participação e controle social, conseqüentemente o processo eleitoral torna-se um aprendizado político importante, na formulação do debate e monitoramento das políticas em cultura.

A conselheira Danielle Alves, por outro lado, transitou entre as Conferências de Meio Ambiente e de Cultura por conta de sua formação em turismo. “Venho participando das consultas públicas das metas definidas no Plano Nacional de Cultura desde 2011, assim como participei ativamente do debate em torno da reforma da lei Rouanet em 2009 [...] Desde 2009, também venho acompanhando os fóruns de música, dança e circo no meu estado”.

Cecília Pellegrini, em seu depoimento, afirma que sua entidade no Morro do Querosene se inscreveu no edital de 2009 e foi selecionado Ponto de Cultura, em 2010. Seu grupo já havia sido contemplado pelo Edital de Difusão e Intercâmbio Cultural, em 2006, quando Dinho Nascimento<sup>44</sup>, seu marido, foi à Alemanha, por ocasião da Copa do Mundo, em 2007. Eles participaram, segundo ela, do Festival *del* Caribe, em Cuba e, em 2013, a Orquestra de Berimbaus do Morro do Querosene participou do SAMBAFEST, em Connecticut, USA.

Com esse histórico de participação em festivais, editais e o Morro do Querosene sendo Ponto de Cultura, Cecília afirma nunca ter participado de nenhuma Conferência Nacional de Cultura. Apesar de já ter participado de diversos fóruns municipais (mais assiduamente do Fórum de Cultura do Butantã, do Fórum dos Pontos de Cultura da Capital e Fórum das Culturas Populares) e da Conferência Municipal e Estadual de Cultura. Inquirida, se havia participado da formulação ou se tinha conhecimento do Plano Nacional de Cultura, ou do Sistema Nacional de Cultura antes de sua eleição, afirmou negativamente e, quando foi perguntada se conhecia o Conselho Nacional de Políticas Culturais, respondeu que o conheceu na medida em que se inscreveu para candidatar-se ao Fórum Estadual na plataforma.

---

<sup>44</sup> Dinho Nascimento possui uma orquestra de berimbaus. Ver: <http://dinhonascimento.com.br/>

Cecília é um exemplo clássico de que não necessariamente o militante, aquele que está inserido organicamente nos movimentos sociais, entende como se dá a construção das políticas públicas como um todo. Tampouco, o agente cultural compreende completamente o processo político dinâmico em que está inserido. A forma como o Estado conduz a horizontalização dessas políticas interfere na apreensão que as pessoas fazem delas. O Estado, conseqüentemente, interfere na forma como chegam ao movimento social essas políticas sociais. Os pontos de cultura fazem parte dessa antropologia aplicada de Gil desde quando assumiu o Ministério da Cultura, em 2003, o ministro arquitetava construir as bases e as teias do movimento cultural.

A cultura pela base, e direcionada em pontos e pontões é elaborada para quem de fato, produza a cultura no seu bairro, na sua casa, na sua comunidade. Os pontos e os pontões de cultura tinham essa missão. Fazer a ligação com as manifestações da cultura popular e fazer com que as ações do Estado (Ministério da Cultura) chegassem às pontas, às bases sociais, aos lugares que eram referências culturais para determinadas sociedades e grupos sociais, a exemplo do Morro do Querosene, muito bem particularizado e defendido por Cecília Pellegrini.

Não necessariamente os participantes dos fóruns, municipais ou estaduais, sentem-se como parte integrante da construção de um projeto nacional, como o Plano ou o Sistema Nacional de Cultura, porque essas discussões acabam, infelizmente, muitas vezes sendo elitizadas também. Os eleitos para determinados fóruns nacionais não necessariamente devolvem às bases os frutos de suas discussões e debates públicos, por isso, Cecília há muito tempo vinha participando dessas discussões e não se sentia confortável para candidatar-se, por considerar que não dominava determinados assuntos, quando na realidade deveria ser o contrário, por ela dominar intensamente as discussões da cultura vernacular e possuir uma ligação extremamente orgânica com sua base, é que ela deveria ser candidata legítima dessa base: “Quando fiz a inscrição, minha intenção era participar como eleitor. Mas chegando a Brasília, percebi que não havia outro candidato da Capital de São Paulo para o Setorial do Patrimônio Imaterial. Além disso, o clamor dos ideais me levou a sair candidata.” (PELLEGRINI, 2012)

A corresponsabilidade é sempre um vínculo ideal, como referenciava Henriques, (2012) por isso, o exercício de alteridade, nesse caso, é crucial para o desenvolvimento desse vínculo. No caso do CNPC, não adianta o patrimônio imaterial estar representado no Conselho Nacional de Cultura se as comunidades quilombolas, as indígenas, os ciganos, os

músicos, os capoeiras não estarem. Por isso, seu pleito deve ser o mais representativo e abrangente possível. Uma atuação isolada não se reflete nas políticas públicas. Os indivíduos são parte do todo indissociável. Por isso, os autores apresentam como último nível de uma democracia participativa e representativa, a participação institucional.

O Estado deve rever suas estratégias para atingir as bases. Parcerias de mobilização social são necessárias para a difusão participativa. Mecanismos de divulgação das políticas públicas para a sociedade civil devem estar além das secretarias de cultura, conselhos e editais públicos imbricados organicamente no cotidiano de algumas instituições.

Para defender essa ideia, os conceitos de governança colaborativa, como defende Jocelyne Bourgon, são importantes para a difusão e horizontalização das políticas públicas. É necessário alcançar parcerias com as instituições da sociedade civil, principalmente com os conselhos híbridos e movimentos sociais. A formação de coletividades forma o *empowerment* do processo social. É necessário pensar juntos para que a sociedade civil e o governo tenham capacidade de resiliência. O que e como fazer, de que forma escolher, como responsabilizar e controlar aquilo que se objetiva alcançar ou monitorar em políticas públicas.

Desta forma, Jocelyne Bourgon (2010, p. 9-11) reitera que deve haver um esforço do governo em ampliar a participação dos cidadãos e produzir uma eficiência qualificada dessa participação a partir de seus resultados cívicos.

E, para isso, a autora canadense reitera uma série de vetores para desencadear esses resultados cívicos:

a) **Transparência e responsabilização (*accountability*)**: Dentro dessa perspectiva, a autora ratifica que para haver controle público deve haver transparências nas ações, consequentemente, desencadeará responsabilização e o processo de *accountability* societal. A democratização das informações e o processo de prestação de contas incorrem, quando há mobilização social cívica, uma questão de responsabilização coletiva, incide sobre o processo de elaboração, condução e monitoramento das políticas públicas;

b) **Voz**: Ampliar os canais de comunicação entre o poder público e a comunidade, e fazer com que os múltiplos cidadãos ouçam as mais variadas vozes existentes no interior de suas sociedades, aumentando a capacidade de ouvir e deliberar sobre determinados assuntos,

criando plataformas de comunicação entre o Estado e a sociedade civil e retroalimentando essa plataforma constantemente, criando uma verdadeira plataforma de participação social;

c) **Escolha:** Em lugar de ações burocráticas pensadas por técnicos e sistematizadas por pessoas alheias às realidades sociais de determinados grupos, fazem com que haja discricionariedade, ou seja, ações na primeira pessoa. E para que de fato haja discricionariedade, a escolha de acordos, identificação das reais necessidades, as demandas do cidadão sob sua ótica. Dentro do seu processo de escolha política, daquilo que ele de fato eleja como correto, prioritário, respeitando, obviamente, as responsabilizações profissionais e técnicas, como justifica Bourgon:

d) **Ações:** por fim, Jocelyne Bourgon afirma que é necessário condicionar todos os processos e ações reafirmando o papel ativo dos cidadãos, confirmando seu *empowerment* na deliberação de suas ações:

A participação dos cidadãos tem valor intrínseco e instrumental. Tem valor intrínseco na medida em que incentiva uma cidadania ativa, o empoderamento das comunidades e o espírito cívico. Tem valor instrumental na medida em que pode ajudar a aumentar o apoio às iniciativas do governo e melhores resultados das políticas públicas. (BOURGON, 2010, p. 11)

Sendo assim, os governos devem ser facilitadores dessa participação a fim de alcançar a resiliência, para ativar os direitos cívicos, o direito à cidade, ao País, a participação efetiva nos caminhos e processos políticos na elaboração, no controle, com discricionariedade nas ações e nas políticas públicas implantadas.

No caso dos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, podemos trazer a contribuição de Bourgon. Será que os conselheiros eleitos de fato sentiam-se empoderados desse processo, com capacidade de resiliência e discricionariedade suficiente para assumirem uma mobilização pública de uma política iniciada há mais de 10 anos com Gilberto Gil no Ministério da Cultura?

O que constatamos é o contrário. Não houve mobilização por parte de muitos agentes culturais e servidores públicos em alguns estados e municípios. Apesar da proposição do Ministério da Cultura de tornar o processo democrático ao utilizar novas mídias, não conseguiu responder à diversidade e multiplicidade de agendas pelas quais o movimento cultural passava nos últimos anos e a complexidade geográfica brasileira. Entram e saem personagens da cena cultural, assim como entram e saem sujeitos políticos da cena de discussão das políticas públicas. E talvez o que seja importante discutir aqui, é justamente, a

continuidade, a multiplicação e a formação constante de novos conselheiros e agentes culturais nesses processos, como, por exemplo, os atendidos por editais públicos.

A conformação dos Fóruns Nacionais Setoriais em âmbito estadual limitou o debate em uma plataforma virtual de apresentação e votação setorializado. Ficou impossibilitado que os conselheiros tivessem intercâmbios com outros setores e outras possibilidades de (re) conhecimento do Plano Nacional e o conjunto de políticas públicas iniciadas em 2003.

O que anulou o debate político ou até mesmo a participação efetiva dos cidadãos impediu aquilo que Bourgon (2010) chama atenção como um dos vetores essenciais para o alcance dos direitos cívicos - a voz. Simples assim, ouvir e se fazer ouvir, debater publicamente suas necessidades e seus problemas, olho no olho, para enfim chegar a uma condição coletiva de empoderamento e de responsabilização.

A autora, quando afirma que deve haver entre os governos e as entidades da sociedade civil uma governança colaborativa, indica por aí, o caminho da resiliência, ou seja, os problemas surgem nas relações institucionais de aplicação e materialização da democracia, mas os gestores públicos e os cidadãos devem criar os mecanismos que os tornem capazes de resolvê-los, na medida em que outras demandas surgem, numa capacidade resiliente de dar voz e ser ouvido, de trabalhar colaborativamente para sanar problemas. E para governar não de cima para baixo, ou de baixo para cima, mas dentro de uma perspectiva horizontal, com igualdade representativa, com ações decisórias que tenham na eficiência e eficácia a chave para a condução democrática dos processos participativos e representativos.

Cecília Pellegrini, questionada sobre qual processo seria mais interessante, o virtual ou o presencial, respondeu:

Sem dúvida, a eleição deve ser presencial. Nada substitui o significado de uma presença, a maneira de defender suas ideias, a capacidade para escutar os outros.... Porque no papel, muitas belas palavras podem estar escritas. Mas ditas, as palavras têm intensidade, brilho, os olhos e as mãos também falam. E também existe a postura do silêncio, da escuta. E existem os conchavos, os compromissos que vão sendo assumidos. (idem, 2014)

Todos os entrevistados falaram e opinaram sobre o processo político no Ministério da Cultura (consultas públicas, elaboração do Plano Nacional, Sistema Nacional). Muitos justificaram de forma diferente sua participação nos Fóruns Nacionais Setoriais e como foram informados do processo eleitoral de 2012.

Especificamente, sobre o processo eleitoral dos Fóruns Nacionais Setoriais, os entrevistados foram questionados sobre a descrição do processo de inscrição e eleição, se os candidatos possuíam plataforma política pleiteando as vagas dos colegiados, e se houve,

então, como foi a mobilização para sua eleição. Sobre o processo eleitoral ser virtual, qual a condição material objetiva desse processo virtual. Se eles consideram o processo inclusivo, burocrático ou excludente? E dentro de sua capacidade de discricionariedade, qual a diferença de uma eleição presencial e uma eleição virtual na sua percepção para a eleição de membros para um Conselho Nacional?

Aí entramos novamente no ponto cruzado da história dos conselhos de cultura no Brasil. Historicamente, esses conselhos foram lugares de discussão e de elaboração política da área cultural para pesquisadores, intelectuais e funcionários públicos. E novamente a questão da autorização e da *advocacy* entra em cena, para contrapor essa participação “autorizada” dos movimentos culturais.

Incidência e *advocacy* para Scherer-Warren (*idem*) são termos complementares, mas distintos, e que são costumeiramente utilizados por organizações da sociedade civil. No entanto, a autora esclarece que *advocacy* está ligada à defesa de direitos de grupos excluídos, e incidência, com processos mobilizatórios para incidir na criação de políticas públicas. Desta forma:

No cotidiano dos movimentos sociais, frequentemente, é difícil, estabelecer uma distinção restritiva entre as duas noções acima, pois no trabalho de *advocacy*, quando simultaneamente ocorre uma luta pela defesa dos direitos estabelecidos e pela criação de novos direitos, a fronteira entre as concepções, ou seja, entre o instituído e o instituinte, é colocada como passível de transposição. De fato, na prática, esses dois tipos de ações, se complementam, são dois momentos, de um processo de luta por transformações. (SCHERER- WARREN, 2011, p. 71 )

Se voltarmos os olhos para uma noção mais crítica do processo eleitoral do CNPC, veremos que a reflexão provocada por Scherer-Warren (2011) serve de perspectiva analítica para uma análise quantitativa e qualitativa do saldo eleitoral dos Fóruns Nacionais Setoriais. No final do pleito eleitoral, ocorreu *advocacy* ou incidência dos movimentos culturais e seus representantes? Como pensar o resultado como criação de demanda por direitos culturais mais inclusivos? Alguns conselheiros conseguiram fazer *advocacy* para defender grupos que foram exauridos no processo por não entendê-lo? Houve incidência, ou seja, criação de mecanismos mobilizatórios que supriram essa demanda?

Ao analisarmos os elementos constituintes da última eleição do CNPC, em 2010, veremos que essa dificuldade de mobilização é um reflexo histórico da dificuldade de mobilização no campo da cultura, em determinados setores, historicamente desarticulados e desmobilizados. Por outro lado, vemos que setores que possuíam articulação institucional

mais forte conseguiram, inclusive à revelia da plenária do CNPC, mas com consentimento do MinC realizar seu pleito eleitoral em fórum apartado dos Fóruns Nacionais Setoriais como foi o caso dos Museus e do Audiovisual.

Na realidade política e geográfica do nosso país, quem tem acesso a informação não necessariamente está organizado em um movimento cultural, por outro lado, quem está organizado não necessariamente representa organicamente determinados grupos ou dialoga com outros coletivos, para pensar na amplitude das políticas públicas. Para citar um exemplo, vemos que a questão indígena durante muito tempo foi dominada por antropólogos. Os profissionais falavam em nome de. Hoje, pela constituição atual do Colegiado de Culturas Indígenas, não se observa mais esse tipo de fala “autorizada”, pelo contrário, os povos indígenas exigem que sejam os porta-vozes de suas próprias demandas e que sejam os legítimos representantes de seus grupos étnicos, detentores da sua ação não como coadjuvantes, mas pelo seu protagonismo.<sup>45</sup>

Também, se observa a influência político partidária na condução e na implementação de políticas públicas nas secretarias de cultura e em áreas setoriais de conselhos híbridos. Em lugares onde os governos não entendem a importância dos conselhos, não é incentivada a democracia participativa e representativa. Em outros, onde há uma orientação partidária ou política, a situação é inversa.

Há um empenho maior na condução dessas instituições conselhistas quando os conselhos tornam-se uma política de Estado e não uma política de governo. Há empenho e um comprometimento do gestor em equacionar e fortalecer essas redes de colaboração governativa e de diálogo social com as representações da sociedade civil, quando o entendimento da relevância dos conselhos para a política colaborativa é uma prática institucional.

Avritzer (2008), ao analisar as instituições participativas e o desenho institucional delas, concluiu que a maneira como o Estado se relaciona com essas instituições é extremamente relevante para o fortalecimento e o aumento da participação da sociedade civil. Em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, em determinados momentos da administração de governos ligados ao Partido dos Trabalhadores, os municípios obtiveram uma participação muito relevante na formulação e monitoramento das políticas públicas, como foi o caso do Orçamento participativo, analisado mais especificamente pelo autor. E

---

<sup>45</sup> Da mesma forma a antropologia social vem revendo seus conceitos e aplicando seus trabalhos com determinadas comunidades ou grupos e os denominado coautores de seus trabalhos.

esse estudo demonstra que para a participação da sociedade civil são necessárias três variáveis fundamentais para a organização dos arranjos participativos, como: “iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão, e vontade política do governo em implementar a participação.”

Avritzer (idem) reitera que uma instituição participativa somente se constitui com partilha de poder, e não o contrário. O autor realizou uma análise comparada de tipos de desenhos institucionais de conselhos, e montou uma tipologia sobre a efetividade de desenhos participativos entre: Orçamento Participativo - OP; Conselho de Políticas; e Plano Diretor Municipal. A capacidade democratizante se mostrou alta no estudo de Avritzer (ibidem) no caso dos Orçamentos Participativos, e médias no caso dos Conselhos de Políticas – desenho de partilha, e no Plano Diretor. E, novamente considerando as três variáveis, o autor chegou à conclusão de que nos três desenhos exemplificados há necessidade alta de efetividade / dependência do governo político, no caso do OP, média no Conselho Político e, novamente baixa, no Plano Diretor.

Essa tipologia da participação permite analisar os desenhos de partilha do poder cuja característica principal é uma dependência menor do sistema político do que a dependência nos desenhos “de cima para baixo”. Em uma situação na qual a sociedade civil é forte, os desenhos de partilha, permitem que esta desafie a decisão da sociedade política de não implantar processos participativos [...] Essa tipologia de formas de desenho participativo chama atenção para a importância da variação no contexto na efetividade da participação. Neste momento, no qual um certo entusiasmo pouco crítico com as experiências de participação parece estar sendo superado por uma análise mais criteriosa, tudo parece indicar que a natureza do desenho participativo passará a ter uma enorme influência no sucesso das experiências participativas e que a escolha do desenho adequado será uma das variáveis fundamentais para a continuidade destas experiências no futuro. (AVRITZER, 2008, p. 60-61)

Esse estudo de Avritzer, para nós é interessante porque o Conselho Nacional de Política Cultural, como conselho político, possui dependência de efetividade por parte do governo. Sua estrutura é de partilha nas decisões, ou seja, elas são discutidas amplamente pelos membros da sociedade civil em conjunto com os membros do Estado por tratar-se de um conselho híbrido e paritário. Mas, como fazer para que se amplie esse leque de discussão? E, o que fazer quando o governo não respeita uma decisão tomada coletivamente, como foi o caso dos Fóruns Nacionais Setoriais? O arcabouço legal não garante a efetiva participação dos agentes culturais e o consenso entre eles, nem tampouco o respeito às decisões coletivas. Por isso, as variações que o autor discute ao montar seu quadro comparativo são elucidadoras e perspicazes para nossa análise.

É necessário ter acordo na montagem do desenho do conselho, na elaboração do seu regimento, seu pleito eleitoral, e também é necessário que o Estado estimule a organização da

sociedade civil para a composição desses espaços, a fim de implementar a participação de fato, mas para isso, o autor alerta que deve haver vontade política dos gestores para construir positivamente as artimanhas de um processo eleitoral. Condições essas que não aconteceram executivamente na direção e no desenho eleitoral dos Fóruns Nacionais que veremos na próxima seção.

### **3. Fóruns Nacionais Setoriais de 2012**

Esse trabalho, enfim, visa metodologicamente contrapor a busca pelos “direitos historicamente negados” na área cultural, refletidas na última eleição para o Conselho Nacional de Política Cultural nos Fóruns Setoriais Nacionais de 2012 como resultados de um conjunto de leis materializadas no governo Lula desde 2003 sob seus mais variados aspectos e sujeitos como já foi advogado até aqui.

São essas questões problematizadas que tentaremos responder a partir de incursões reflexivas sobre o processo eleitoral de 2012. A eleição de representantes para os setoriais colegiados do CNPC, de fato aumentaram a intensidade da democracia participativa e representativa de grupos pertencentes ao patrimônio imaterial, cultura popular, matriz africana, artesanato, entre outros?

Contudo, a preocupação cognitiva de entender os percursos da história, da legitimidade, da construção política das identidades, dos discursos, das representatividades, no âmbito da história política cultural do país, atentou para o marco regulamentador da cultura, além do direito constitucional como participação e representação efetiva de mecanismos institucionais que marcam a redemocratização do Brasil.

No primeiro capítulo dessa monografia, atentamos para o fato de que a democracia participativa e representativa pode trilhar caminhos possíveis ou caminhos tortuosos e sinuosos conforme o entendimento do governo. Vimos, também, que as gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira incentivaram e aumentaram a participação gradativa de sujeitos culturais nas decisões do Conselho, Sistema e Conferência Nacional de Cultura.

Porém, os Fóruns Nacionais Setoriais, como um processo truncado, têm origem histórica na troca de comando do Ministério da Cultura. E o que aconteceu na eleição dos conselheiros é o seu maior exemplo. Com a saída de Gilberto Gil do Ministério da Cultura,

em 2008, Juca Ferreira o substituiu de julho de 2008 até o dia 31 de dezembro de 2010. Com a saída de Luís Inácio Lula da Silva e a troca da presidência para Dilma Rousseff, Ana de Hollanda entrou em 1º de janeiro de 2011 até o dia 11 de setembro de 2012. Dois dias depois da saída de Ana, dia 13 de setembro, assumiu a senadora petista Marta Suplicy, a qual ainda permaneceu no cargo até 11 de novembro de 2014. Essa troca de ministros interferiu drasticamente na gestão e desenvolvimento da eleição dos conselheiros nacionais. Os Fóruns estavam previstos para acontecer em setembro e ficaram adiados para os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2012, já sob a gestão de Marta Suplicy.

O interesse, sobretudo, por essa temática, como já foi explicitado, obviamente vem ao encontro da nossa atuação como conselheira nacional, representante da sociedade civil no Setorial de Patrimônio Imaterial do CNPC, e na observação empírica e na constatação *in locus* de que muitos dos membros eleitos nos Setoriais elegiam-se com seu único voto. Isso nos fez pensar, sob o ponto de vista da representação, as categorias analíticas de autorização e *advocacy*.

Alguns estados e regiões ficaram completamente excluídos do processo, tampouco apresentaram eleitores e candidatos para o pleito. Constantemente, o Ministério da Cultura publicava em seu site, a seguinte chamada pública: “Fóruns Nacionais Setoriais – Tem mais vagas que candidatos!” Porém, o processo eleitoral para o CNPC foi travancado e questionável. Ao eleger um candidato com seu próprio voto, o processo colocava em xeque os conceitos que discutimos no referencial teórico, como corresponsabilidade e a garantia efetiva da representatividade cultural propagada pelos seus documentos oficiais, como o Plano Nacional de Cultura, por exemplo. Sem considerarmos a *advocacy*, questionável e até inexistente em alguns casos dos candidatos<sup>46</sup>. Indagávamos por que muitas regiões não apresentaram candidatos e inúmeros setores ficaram com número de membros insuficientes em colegiados importantes, como o caso do setor de Patrimônio Cultural Material?

Analisaremos essas questões e tentaremos respondê-las sob o ponto de vista da história do processo, considerando que independentemente do desenho institucional (participativo e democrático que o CNPC alcançou durante sua história), garantia da representação e participação não podia estar isolada de outros processos e variáveis da democracia representativa. Mesmo que o processo estivesse alicerçado nos documentos oficiais do CNPC

---

<sup>46</sup> A minha inquietação para uma primeira análise partiu da minha experiência pessoal. Eu mesma fui eleita no processo virtual de Santa Catarina, com cinco votos. E dentro do Setorial do Colegiado de Patrimônio Imaterial, eu e mais uma conselheira, com cinco votos cada, éramos as mais votadas pelos nossos estados de origem.

e MinC, havia também, por parte do Estado, um problema de mobilização, ou seja, a ausência de um Projeto de Mobilização Social.

Todo esse processo foi debatido, amplamente, nas plenárias internas dos Colegiados e na plenária de abertura dos Fóruns Nacionais Setoriais. Rosa Coimbra foi a conselheira titular escolhida pelo CNPC, para representar a sociedade civil na abertura dos Fóruns Nacionais Setoriais. No seu discurso, Rosa, fez críticas ao processo equivocado e ao desrespeito do MinC em relação à posição dos conselheiros que advogavam um processo mais democrático e realista das condições objetivas do trabalhador de cultura no Brasil.



Figura 1 Abertura dos Fóruns Nacionais Setoriais, em Brasília, 2012 – Fala da conselheira Rosa Coimbra, representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Cultural e do Colegiado de Dança.

Foto (ALBERTON, 2012)

Todos os Colegiados reiteraram no encontro presencial em Brasília, moções de repúdio ao processo eleitoral. Porém, até hoje, as moções, nem tampouco as atas de eleição dos Fóruns, foram publicadas no site do MinC. O que evidencia um problema muito sério de gestão política. Apesar de ter ocorrido a transição da gestão do MinC durante o processo eleitoral, a elaboração das atas é uma questão de memória institucional e um documento político importante, e não deveria, em hipótese alguma, ser negligenciada da forma como foi<sup>47</sup>.

Os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012 tinham o objetivo de eleger os representantes da sociedade civil para a gestão do Conselho Nacional de Cultura do biênio 2012-2014 e para os 17 Colegiados Nacionais Setoriais. Importante ressaltar, que a primeira eleição, em 2009, teve seu processo iniciado virtualmente, conforme relato de Charles Narloch, porém, foi mais

<sup>47</sup> O MinC contrata serviços terceirizados para a relatoria de suas atividades. Então, a justificativa que nos foi fornecida, após inúmeras solicitações por correspondência eletrônica (para essa pesquisa) e por moções de esclarecimento pelo Colegiado de Patrimônio Imaterial, era de que a empresa contratada havia fornecido o serviço de relatoria com problemas. Isso é um caso grave, sob o ponto de vista político. E não pode simplesmente ser justificado e direcionado como um problema burocrático e administrativo. Já que as atas deveriam ser elaboradas e divulgadas como um documento oficial importante do MinC e do CNPC.

flexível em relação às documentações e, no final do processo, cada candidato teve a oportunidade de defender sua plataforma política para o Setor que se candidatou presencialmente em seu estado. Conseqüentemente, os eleitores do setor votavam em seus candidatos, conforme as propostas eram apresentadas ou conforme a representatividade regional.

Esse foi o grande debate dos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, a ausência de flexibilidade e ajustamento do processo às especificidades regionais pelo MinC. No processo de 2010, os candidatos, eleitos presencialmente, foram legitimados na Segunda Conferência Nacional, a qual também teve a incumbência de eleger os conselheiros da plenária do CNPC. O processo de 2012 foi completamente inverso e demarcou uma eleição deslocada da Conferência Nacional.

Porém, esse processo foi altamente debatido e combatido pelos membros da sociedade civil que compunham a representação social no CNPC na gestão 2010-2011, nos Fóruns de 2012, por considerarem o processo antidemocrático e excludente. Setores representativos nas cadeiras do CNPC e nos Setoriais, como os povos indígenas, artesãos, comunidades ciganas e circo ficaram impossibilitados de realizarem suas inscrições por conta de não terem como apresentar comprovante de residência e, em muitos casos, não terem acesso à internet, tampouco, entenderem a plataforma de inscrição virtual proposta.



Figura 2 – Plenária do Colegiado de Artes Visuais nos Fóruns Nacionais Setoriais em Brasília, 2012. Da esquerda para a direita, Tibério França, fotógrafo, e Charles Narloch, artista plástico, os dois, respectivamente, membros do Colegiado de Artes Visuais, representando a sociedade civil. Narloch também era o conselheiro titular do Colegiado no CNPC e Antonio Grassi, ator e presidente da Funarte na época, representante do MinC na plenária do Colegiado.

Foto (ALBERTON, 2012)

Durante os três dias de Fóruns, os colegiados discutiram incessantemente se a eleição dos Fóruns havia sido antidemocrática. Qual seria a melhor forma de realizar essa eleição?

Como os candidatos eleitos perceberam as etapas do processo eleitoral? As cadeiras oferecidas e os candidatos eleitos nos pleitos virtuais eram representativos dos diversos segmentos para compor as cadeiras do CNPC?

Dentro desse contexto e indagações, está o ponto central dessa pesquisa. Quando fizemos todo um retrospecto histórico das políticas culturais no Brasil, demonstramos que houve a organização de grupos e intelectuais que se empenharam em alargar a percepção simbólica da cultura numa dimensão cidadã inclusiva. Perceptível com a entrada de grupos historicamente alijados, como podemos perceber nos Colegiados que compõem o CNPC desde sua criação, em 2005. Mas, a análise da representatividade alcançada nos fóruns Nacionais Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural, por meio de seu processo eleitoral, contradiz esse avanço democrático.

Podemos questionar até que ponto esse desenho eleitoral do CNPC interferiu na condução e no alargamento da democracia e inclusão social. As categorias de participação e representação não podem ser burocratizadas dentro de uma plataforma da web. Essas são questões cruciais para o fortalecimento de uma política de Estado e não de governo, justificadas na implantação do Sistema Nacional de Cultura- SNC- e elaboração do Plano Nacional de Cultura - PNC.

Por outro lado, o Ministério da Cultura, ao conduzir os Fóruns Nacionais Setoriais do CNPC em 2012, limitou seu processo eleitoral e participativo a uma modalidade virtual de comunicação/inscrição/debate. Dessa forma, excluiu parcela significativa de agentes culturais. Ao mesmo passo, a escolha dos candidatos e eleitores da sociedade civil, conduzidas dessa forma, arquitetou relações dúbias de *advocacy*, porque privilegiava a auto inscrição e não uma candidatura atribuída.<sup>48</sup> A composição do Conselho Nacional de Política Cultural e seus Colegiados tornou-se um processo não autorizado de representação e participação da sociedade civil. Se não há reconhecimento, por parte das parcelas representadas, não há identificação com as demandas, trazidas pelo conselheiro e não há *advocacy*, conseqüentemente, não há corresponsabilidade.

Ao estudar o processo eleitoral do CNPC, surgiram hipóteses acerca desse pleito que, a meu ver, deveria ser amplo e democrático. Ou seja, para garantir a efetividade do reconhecimento público dos candidatos eleitos pelos estados, deveria ter intensificado o debate público presencial nas regiões e estados. A partir daí, seriam efetuados debates

---

<sup>48</sup> Apesar de o candidato apresentar no ato de sua inscrição virtual uma Carta de Anuência de alguma entidade a qual fazia parte.

setorizados e obrigatoriamente a indicação de candidatos por sua base de atuação. Um candidato eleito em um setor não poderia estar isolado e desconhecer a proposta e quais os outros candidatos eleitos pelo seu estado. O deferimento das candidaturas para o pleito nacional deveria ser aclamada em plenária estadual ampla e aberta. Obviamente, dentro da organização social a qual o candidato pertença, esse debate já deveria ter sido iniciado, inclusive, na proposição de sua candidatura, que deveria ser indicada em um Fórum Setorial em âmbito municipal, regional ou distrital, para enfim ser validada no Fórum Estadual para referendar as indicações e candidaturas, já que o CNPC é uma instância de legitimidade do MinC.

Percebeu-se, nesse caso, além de inversão do processo, nulidade de mobilização e comunicação, ou ao contrário, nulidade na comunicação que impedia o processo mobilizatório vinculativo. Um plano mobilizatório que organizasse essa frente ampla de debate para a organização efetiva da sociedade civil nesse processo eleitoral em parceria com os municípios e estados e seus respectivos conselhos de cultura.

A comunicação para a mobilização social é uma questão que foi abordada no primeiro capítulo desse trabalho, no referencial teórico. E quando colocamos em xeque a atuação e práticas políticas institucionais, a comunicação é deveras importante para uma vivência da mobilização social no cotidiano dos movimentos sociais. Para a promoção da corresponsabilidade entre os representantes e representados.

Ao imergir nesse debate teórico sobre os mecanismos de mobilização social e suas formas de comunicação organizadas pelo Estado na eleição do CNPC de 2012, constatou-se que a problemática da pesquisa versou também sobre um sistema mobilizatório institucional controverso que necessitava de um projeto mais amplo de mobilização que atendesse às múltiplas realidades e contextos sociais, culturais e geográficos existentes.

No caso dos Fóruns Nacionais, como instância do CNPC para a composição da sociedade civil nas políticas públicas participativas do Ministério da Cultura, observou-se, a partir da análise de Henriques (2012) que, se ocorresse um processo comunicativo mais abrangente e não restritivo ao meio virtual, talvez mais agentes culturais seriam afetados pelas suas causas setoriais. Dessa forma, as políticas culturais dirigidas para grupos específicos, como povos de matriz africana, indígena e ciganos, adquiriria outra estratégia de mobilização. Porque muitos desses grupos não possuem acesso aos canais de comunicação virtual, logo e

se houvesse uma dinamização da comunicação para a difusão do processo eleitoral dos Fóruns Nacionais, haveria mais grupos afetados e identificados pelas questões culturais apresentadas e discutidas nos Fóruns. Logo, haveria maior participação social.

Já o aumento da participação desembocaria numa grupalização, uma coletivização em torno de um problema comum, como aponta Henriques (2012, p. 07), criando uma rede de aprendizagem dinâmica e reforçando os quatro elementos proeminentes dessa visibilidade social: afetação, controvérsia, virtualidade e *performance*.

A afetação e controvérsia são elementos *sine qua non* para qualquer grupalização, ou seja, as pessoas se reúnem para discutir algo que as incomoda, que as afeta para (re) pensar suas ações e percepções do mundo. Portanto, problematizam seu cotidiano e suas demandas a partir de suas afetações e controvérsias. Dessa forma, elas podem criar novas demandas e soluções e canais de participação, dependendo do que é eleito como prioridade no grupo ou coletivo. Isso altera sua *performance*. Sua prática social muda e se destina coletivamente, resolver ou sanar aquilo que lhes afeta. Ao reorientar suas performances, as representações sociais tornam-se formas virtuosas de participação, ativando a virtualidade. “[...] ela que permite endereçar uma causa tanto a outros públicos quanto a interesses apenas presumidos. A proposição de uma causa deve pressupor a existência de um interesse público, remetendo à ideia de uma vontade geral e de um bem comum;” (HENRIQUES, 2012, p. 08)

No caso dos Fóruns Nacionais, grupos tradicionalmente heterogêneos, como os indígenas, possuíam questões específicas, como a questão fundiária de demarcação de terras, por exemplo. Então, não há como discutir manutenção ou sobrevivência de uma cultura, sem pensar no que a mantém viva, no seu elo fundamental – a terra que se habita, que se vive. Dessa forma, a cartografia de grupos específicos deve ser levada em conta, na hora de se pensar ações do Estado para facilitar a participação e representação social.

Se para o autor citado, afetação e controvérsia são inerentes e irrompem em qualquer momento da grupalização, o mesmo não ocorre com a virtualidade. Tornar a causa indígena, aqui exemplificada, uma questão pública, que seja defendida por outros grupos ou pelo público em geral de uma conferência, por exemplo, irá depender da *performance* que o grupo protagonista (indígenas) consegue criar no coletivo, e além dele, para o público em geral. Manter adeptos de uma causa específica depende de processos comunicativos desencadeados por determinadas causas em comum. Por isso, reiteramos que a eleição para os conselheiros

nacionais deveria ser referendada em fóruns amplos, presenciais e debatida pelos diversos setores que representam o CNPC.

No CNPC, nós representamos o Setorial de Patrimônio Imaterial, mas comungamos e compartilhamos das questões indígenas porque elas afetam diretamente as questões ligadas ao Patrimônio Cultural Imaterial - PCI. As manifestações, as celebrações culturais, os saberes e os fazeres fazem parte desse enredo do PCI. O que também é uma virtualidade do segmento de patrimônio imaterial, não somente para os indígenas. Porém, em nossa análise empírica, essa não é a mesma percepção de alguns conselheiros, que preferem fechar seus discursos e análises como se os setoriais do CNPC fossem caixinhas de reivindicações específicas e corporativistas.

Essa rede que se estabelece de afetações, controvérsias, *performances* e virtualidades, desenvolve nos movimentos sociais uma noção ampla de política pública. O que não foi percebido no processo eleitoral de 2012. Dentro de seu dinamismo próprio, a comunicação auxiliaria nesse processo. Para ampliar interesses e horizontes, coletivizando-os ou tornando-os causas públicas, de interesses intersetoriais e nacionais. Para isso, a visibilidade das causas é essencial, para criar e manter adeptos a elas. E essa visibilidade, no caso dos Fóruns Setoriais Nacionais, aconteceria de forma adequada em debates e eleições presenciais, por isso, muitos se mantiveram firmes em debater e outros se abstiveram do processo, por conhecimento ou não dele. Vale, nessa análise, lembrar Henriques (2012, p. 10), quando afirma: “Não é demais dizer que um grupo mobilizado luta constantemente contra sua própria instabilidade e contra a instabilidade de sua causa.”

Sendo assim:

A definição de uma causa social passa por inúmeras etapas individuais e coletivas que, na prática, podem ocorrer de forma simultânea, imperceptível e não intencional pelo sujeito ou grupo. [...] identificar estas varias etapas para que, nesse sentido, possa haver uma intervenção, estratégica e profissional, entendendo todo esse processo como uma sequência de atos comunicativos, de natureza e objetivos diferentes. [...] considera-se que para a constituição de uma causa social passa por quatro etapas seguidas e distintas, com características e resultados próprios: problematização, comunhão, afirmação e convocação. (BRAGA, HENRIQUE & MAFRA, 2002, p. 04)

Por isso, essa dinâmica é sempre provisória e instável. E qualquer demanda para requerer reconhecimento está associada a uma situação problema, uma controvérsia, que obviamente envolva um número amplo de pessoas. Assim, a causa não se torna de um grupo específico, mas de vários grupos, criando uma comunhão de interesses para resolver um

problema estabelecido. Dentro de uma conjuntura múltipla de afirmação, conforme os autores, a partir da convocação surgem a afetação e a identificação. E talvez resida aí uma das questões mais emblemáticas da mobilização social, convencer e compartilhar demandas, convocar outros atores sociais para comungar demandas que, sem comunicação e mobilização social, estariam solitárias ou silenciadas.

Um Conselho Nacional não pode ficar restrito a um processo eleitoral que privilegie a internet como único canal de comunicação e mobilização. A internet deve ser um dos mecanismos mobilizatórios, mas não único, principalmente, para dar continuidade ao debate público e não para ser o único canal de comunicação público. Henriques (2009) reitera que em comunidades afastadas geograficamente, ou tradicionais, a oralidade ainda é o maior e mais eficaz meio de comunicação, assim como antigamente eram os sinos das igrejas em lugares pequenos. Por isso, ao discutir a ineficácia e a restrição da comunicação, consequentemente, para a mobilização social de alguns setores do Conselho Nacional de Política Cultural, coloca-se em evidência o método adotado pelo Ministério da Cultura. Opção burocrática que excluiu uma série de comunidades tradicionais importantes no processo eleitoral de 2012, entre elas, as indígenas.

Pereira (2013) analisou a composição do Conselho Nacional de Política Cultural, em seu artigo, e dissecou o desenho institucional do CNPC ao mostrar suas interfaces e suas incongruências administrativas. Corroboramos de sua análise quando afirma que em relação aos Fóruns Setoriais Nacionais falhou na condução do processo, o transformou em inacessível e excludente para alguns setores e agentes culturais.

Pensadores analisam as várias performances<sup>49</sup> da democracia participativa, dentro de suas inúmeras variáveis, e percebem as contradições do processo democrático de diferentes formas, como já foi apontado no primeiro capítulo dessa monografia.

Por isso, contrapomos, aqui, as questões teóricas levantadas nos dois primeiros capítulos, como a questão da história do conselho de cultura como resultado do movimento social e a apreensão participativa e representativa da sociedade civil na ocupação desse espaço, auxiliando a capacidade e desenvolvimento da democracia de alta intensidade.

Pereira (2013, p. 91) possui uma avaliação *sui generis*, porque, quando desenvolveu sua pesquisa sobre o CNPC, também era representante do Colegiado de Música<sup>50</sup>. E percebeu

---

<sup>49</sup> *Performance*, como se refere Henriques (2012), como um elemento proeminente da visibilidade social.

o processo eleitoral como protagonista dele, porque o Setorial da Música discutiu amplamente essa problemática. Sobre ser excludente e inibidor da participação social da sociedade civil, ele explica:

[...] quanto a decisão de regras mais inclusivas e mais democráticas – o método utilizado pelo Ministério da Cultura para a eleição dos representantes dos Colegiados Setoriais para o mandato de 2012 e 2014 limitou a capacidade indutiva de participação de candidatos e eleitores nos estados brasileiros. Primeiramente, as regras adotadas por esse edital provocaram a redução do número de representantes dos sub-setores participantes, que passou de 20 para 17 sub-setores culturais. Além disso, o MinC não convocou fóruns presenciais regionais, em favor da realização de fóruns regionais virtuais, pela internet, medida que teve efeito inibidor à participação da sociedade civil e esvaziou, nessa etapa, a discussão política do processo eleitoral. Por fim, o complexo trâmite virtual de inscrição, de candidatos e eleitores ao processo dificultou, ainda mais, a participação da sociedade civil, prejudicando a inclusividade da pluralidade representacional dos sub-setores nos fóruns presenciais nacionais, etapa subsequente aos fóruns regionais virtuais.

Refletimos, então, se para a formação de uma demanda social é necessário haver uma mobilização em torno de um problema, uma causa, de um objetivo comum, de um interesse coletivo, como Henriques (2012) problematizou a comunicação e as novas mídias sociais como novas ferramentas para a mobilização social. Será que houve ressonância da comunicação utilizada com as demandas reais de um processo eleitoral do CNPC?

Como questão pedagógica de estratégia de identificação de mobilização social, esse processo mostrou, e principalmente na coletivização dele, que para a criação de agendas políticas é necessário criar identificações individuais para alicerçar interesses coletivos. A geração de um interesse numa equação seria: reivindicação ou demanda coletiva + mais participação = maior representatividade social nas políticas públicas.

Para o processo eleitoral dos Fóruns Nacionais, a mobilização social realizada pelo Ministério da Cultura ficou restrita não somente ao ambiente virtual. Um instrumento de difusão de informação quando não trabalhado adequadamente, não funciona. Esse mecanismo de comunicação poderia ser um processo pedagógico importante para o desenvolvimento do empoderamento dos movimentos sociais. Ao defrontar essa experiência eleitoral no Conselho Nacional de Política Cultural com seus Fóruns Nacionais, percebeu-se a ausência de um projeto mobilizador de comunicação social, conseqüentemente, um projeto político de representação e participação social democrático que a ampliasse, problematizasse e, principalmente, provocasse a afetação de alguns segmentos.

---

<sup>50</sup> PEREIRA, Celio Augusto Souza. A efetividade da institucionalização democrática da cultura: uma análise sobre a composição no Conselho Nacional de Política Cultural. In: SILVA, Eduardo Moreira da. Et.al. (orgs.) **Experiência da Participação Institucionalizada**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013.

Por isso, para os movimentos sociais é necessário empoderar-se de determinados mecanismos e instrumentos midiáticos, como jornal e internet, mas é imprescindível que o Estado vá onde determinados meios de comunicação são incipientes, ou ainda, rudimentares. A ampliação da participação social é o maior reconhecimento que pode haver em alguns casos, legitima o poder de representação, participação e a governança colaborativa instaurada pelos conselhos a partir da Constituição Federal de 1988, alcunhada de Constituição Cidadã.

Cabe ao Estado entender que os cidadãos não são receptores de informação, ao contrário, são produtores e possuem intervenção concreta no mundo que vivem. Por isso, a visibilidade é crucial, para que se criem vínculos de pertencimento. Os representantes da sociedade civil, ao reconhecer problemas, estabelecer causas e procurar/convocar adeptos, convencer, mobilizar outros atores, para enfim gerar corresponsabilidade atuam em instâncias que possam ser deliberativas ou não, mas são importantes para determinadas políticas sociais, como conselhos e fóruns.

Para o entendimento da tessitura da participação e representação social nessa esfera de poder perante o Ministério da Cultura, precisamos estar atentos às percepções das representações da sociedade civil. A articulação de amplos segmentos sociais envolve uma estratégia de comunicação e parceria institucional para o estabelecimento de uma causa, um problema que gere uma demanda e, por fim, vínculo de corresponsabilidade. Analisando a sociedade civil, quando se estabelece uma causa, se requer julgamento e enfrentamento de problemas, portanto, compartilham-se responsabilidades, nessa tríade dialógica de ação/reação, agência e sujeito.

### **3.5 As artimanhas do processo eleitoral e estratégias de mobilização**

A eleição dos Fóruns Nacionais de 2012 se apresentou em três etapas:

1) **Inscrição virtual** – para formalização de endereço, cópias de documentos como RG e CPF, comprovante de residência, apresentação de currículo, portfólio e proposta de plataforma política (exclusivo para os candidatos a conselheiros); também houve na mesma plataforma a inscrição para eleitores, ou seja, aqueles que não podiam se candidatar (cargos comissionados, por exemplo), ou não tinham pretensão, mas queriam votar nos candidatos a conselheiros. O período das inscrições para as candidaturas e para eleitores e candidatos permaneceu durante três meses na plataforma virtual;

2) **Eleição estadual virtual** - Apresentação de atuação, de proposição e defesa de uma plataforma política para o CNPC, consistiu nessa etapa, numa abrangência regional (estados da federação) e o debate ficou restrito aos setoriais escolhidos pelos candidatos ou eleitores ao pleito.<sup>51</sup> Primeiro, ao serem publicados os (in) deferimento das candidaturas e dos eleitores e candidatos que não apresentavam documentos comprobatórios exigidos durante o processo de inscrição virtual. No final, apresentaram-se duas listagens oficiais. Uma de candidaturas aprovadas e deferidas, e outra de indeferidas. A etapa do debate de propostas foi aberta logo a publicação da listagem oficial dos candidatos e eleitores deferidos foi feita pela Comissão Eleitoral. O debate ficou restrito ao ambiente virtual na esfera estadual. Houve a apresentação das candidaturas com suas plataformas políticas. Em alguns casos, não houve debate, porque havia somente um candidato. Os esvaziamentos da plataforma eram sentidos e reclamados pelos candidatos e eleitores. No final desse processo, ocorreu a eleição dos candidatos representantes dos setoriais e o total de votos obtidos por cada candidato. No documento<sup>52</sup> publicado pelo Ministério, pode se avaliar os candidatos que obtiveram, por exemplo, seu único voto e as regiões mais problemáticas no que se refere ao quesito participação.

3) **Etapa presencial** – os candidatos eleitos por seus estados, conforme os segmentos culturais, tornaram-se delegados para os Fóruns Nacionais Setoriais. Os quais foram divididos em plenárias abertas e fechadas, por setorial. Essas plenárias foram coordenadas paritariamente por representantes da sociedade civil e do governo. A dinâmica de eleição consistiu na apresentação dos candidatos eleitos pelos estados e quais suas plataformas políticas para o setor. Enfim, elegiam-se os conselheiros titulares e suplentes para cada setorial. Em cada setorial havia o total de 30 vagas, 15 titulares e 15 suplentes. Nessa etapa evidenciaram-se que determinados setoriais não possuíam quórum para a eleição nem tampouco a quantidade de representação exigida para cada Setorial.

Mas, precisamos entender o processo antagônico dessas três fases desde a publicação da portaria que instituiu os Fóruns Nacionais Setoriais, principalmente sob a ótica dos conselheiros.

O processo eleitoral abriu por Portaria Ministerial n. 51 de 02 de maio de 2012. A Portaria designava os critérios para a eleição dos representantes da sociedade civil para o pleito de 2012-2014, inferindo conforme seu artigo segundo: “ Art.2 – O processo eleitoral de

---

<sup>51</sup> Em alguns casos, só havia a inscrição do próprio candidato, sem eleitores, inviabilizando completamente o debate de ideias e propostas.

<sup>52</sup> Ministério da Cultura. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC: 2012. <http://cnp.cultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

que se trata essa portaria ocorrerá com a formação de colégios eleitorais estaduais para a escolha de delegados estaduais, que por sua vez formarão colégios eleitorais nacionais para a escolha dos membros dos Colegiados Setoriais do CNPC.” (DOU numero 85, 03 mai 2012)

Foi instituída, nessa Portaria, uma Comissão Organizadora que especificou as funções e atribuições da Comissão no processo eleitoral, com participação de membros da sociedade civil e, respectivamente, do poder público. Segundo a portaria no seu capítulo III, o processo eleitoral ficaria aberto de 14 de maio a 24 de junho para o início das inscrições virtuais de candidatos eleitores (cidadãos que gostariam de participar do processo e escolher seus representantes conselheiros) e, conseqüentemente, candidatos a conselheiros.

Conforme documento, a Comissão Eleitoral ficaria responsável por averiguar se todas as documentações e informações prestadas seriam válidas do período de 25 de junho a 6 de julho de 2012. Esta primeira etapa de inscrição era virtual, e a Comissão teria a missão de fazer uma espécie de diligência documental, deferir ou indeferir as inscrições de eleitores e de candidatos. Porém, o artigo continha também, no seu segundo inciso, uma prerrogativa: “ § 2º O ato de homologação da Comissão Organizadora Nacional será irrecurável.” (idem)

Este foi um dos pontos de discórdia do processo eleitoral entre o Ministério da Cultura com os conselheiros representantes da sociedade civil no CNPC. Como assim, irrecurável? Todos os candidatos a eleitores e conselheiros, ao se inscreverem na plataforma virtual, precisariam preencher seus dados pessoais, profissionais e de sua formação escolar. Deveriam apresentar currículo com comprovação de atuação nos últimos dois anos, portfólio<sup>53</sup>, documentos digitalizados como CPF, RG, entre outros. Deveriam também apresentar um documento extra<sup>54</sup> se fossem funcionários públicos.

Todos, sem exceção, necessitariam apresentar uma carta de recomendação ou carta de apresentação de alguma entidade, organização, ou movimento a que o candidato estivesse vinculado, para o caso da candidatura a conselheiro. O artigo também sugere que ao invés de cada candidato apresentar a carta de apoio de uma entidade, ele poderia apresentar o apoio de

---

<sup>53</sup> Era um documento opcional.

<sup>54</sup> Quando fosse o caso de funcionário público estadual e municipal – que não possui nenhum cargo comissionado em nenhuma esfera de poder. Em comunicado para os trabalhadores da cultura de Joinville, Charles Narloch escrevia: Não poderão mais ser eleitos, como representantes da sociedade civil, aqueles que ocupam cargo comissionado, ou exercem função gratificada, como gestor público, diretor, coordenador ou administrador de museus ou outros espaços públicos. 3. Para votar e ser votado é obrigatório o cadastramento no portal do MinC. (NARLOCH, 2012)

no mínimo dez eleitores na sua área de atuação. Assim foram definidos os critérios para a participação nos Fóruns estaduais:

DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS ESTADUAIS SETORIAIS Art. 16. O cadastro de eleitor nos Fóruns Estaduais Setoriais observará as seguintes condições: I - idade mínima de 18 anos completos na data inicial prevista no art. 14; II - preenchimento do formulário de cadastramento disponibilizado na página do Ministério da Cultura na internet; III - apresentação de cópia digitalizada da Carteira de Identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de comprovante de residência; IV - apresentação de cópia digitalizada de um dos seguintes documentos, comprovando atuação de três anos no setor: a) currículo; b) diploma profissional; c) registro profissional no Ministério do Trabalho (DRT); ou d) participação em entidade/comunidade representativa da área ou segmento; V - declaração de ter conhecimento do Plano Nacional de Cultura - PNC; VI - descrição do vínculo empregatício ou atuação profissional autônoma no formulário de cadastramento; VII - declaração de não ser detentor de cargo comissionado na administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e VIII - declaração de veracidade das informações. §1º Cada cidadão somente poderá se cadastrar como eleitor em um Fórum Estadual Setorial, conforme sua residência e sua área de atuação profissional. § 2º Na hipótese de eleitor que seja representante da sociedade civil e ocupante de cargo em comissão, a declaração de que trata o inciso VII será substituída por informação que individualize o cargo comissionado que ocupa, acompanhada de comprovação da função que exerce na entidade civil que representa.

Temos um ponto controverso nessa portaria. O texto redigido pelo Ministério da Cultura era técnico e dúbio. Os conselheiros do CNPC, gestão 2010-2012, já haviam advertido que um processo burocrático afastaria a participação popular e alguns setores estratégicos do Conselho Nacional de Política Cultural.

Os conselheiros entendiam que para a inclusão de determinados setores era necessário um discurso mais facilitador e critérios simples de interpretação e aplicação social. Para a participação política, alguns setores possuíam um histórico de exclusão e marginalização de conselhos e políticas públicas, como os indígenas, ciganos, circenses e artesãos. E da forma como o texto estava escrito na portaria, essa inclusão continuaria prejudicada. Muitas dessas categoriais não teriam como comprovar residência, como digitalizar seus documentos e, tampouco, condições materiais de organizar currículos e portfólios quem dirá documentos de apresentação de entidade ou cartas de anuência.

O artigo 12 da mesma portaria indicava, em seu inciso primeiro, que os candidatos teriam 12 dias, a contar do dia 18 a 30 de junho, para se inscreverem na plataforma aberta *on line* pelo Ministério, com suas propostas para o debate dos candidatos. Todos os candidatos deveriam apresentar três propostas em uma “Carta Programa” para defender sua candidatura nesse debate virtual relacionado, obviamente, na sua área de atuação. Esse debate propiciado

pela plataforma virtual era em esfera estadual. Seria esse o meio de comunicação entre os candidatos e os eleitores a fim de socializar suas propostas num fórum público virtual. Esse foi outro ponto discordante dentro da plenária do CNPC. Os conselheiros acreditavam que deveriam ser realizados fóruns públicos virtuais para a ampliação do debate público presencial, e não o debate ficar restrito a esfera virtual.

O decreto indicava que as propostas deveriam estar conectadas como o Plano Nacional de Cultura. Então, os candidatos debateriam suas impressões acerca do PNC? Os candidatos recomporiam os debates desde 2003, para atualizar outras propostas ao PNC? Os candidatos reforçariam as metas já existentes do PNC? O artigo 16, no inciso V, reforçava: “declaração de ter conhecimento do Plano Nacional de Cultura – PNC”. A forma como o Ministério da Cultura divulgava e discutia seu arcabouço legal, suas políticas públicas, contradizia o próprio texto do PNC. Essa forma de amarrar o PNC nas propostas dos candidatos não significava fazê-lo chegar ao conhecimento dos agentes culturais.

Isso tudo gerou um problema político muito sério dentro do processo eleitoral para preenchimento das cadeiras da sociedade civil na plenária do CNPC e nos seus colegiados. E esse processo construído de forma equivocada, certamente, favoreceu aquilo que desde o início questionamos nesse trabalho: a representação e participação, pela autorização e *advocacy*, como a *accountability* societal e a mobilização social, como consequências da corresponsabilidade no processo democrático. De longe essa estrutura de controle público e empoderamento não foram alcançadas democraticamente com esses incisos e critérios questionáveis estabelecidos.

Charles Narloch, conselheiro titular do CNPC do Colegiado na área de Artes Visuais, em sua entrevista, esclarece:

O maior problema não foi aí, mas na etapa anterior, de cadastramento e eleição dos delegados estaduais. Esse foi um dos principais pontos de discordância entre os membros do CNPC e o MinC, especialmente porque decidiu-se pela eleição dos delegados em meio eletrônico. Argumentamos as dificuldades disso, especialmente nas regiões do Brasil com maiores dificuldades de conexão à internet. Sugerimos que as inscrições e eleições dos delegados estaduais fossem presenciais coordenadas pelas Coordenadorias do IPHAN em todas as capitais, mas a proposta não vingou. No fim, considerando o tempo apertado, não houve outra maneira. Lembre-se, porém, que apenas a eleição dos delegados foi virtual, já que a eleição dos membros dos colegiados foi presencial, em Brasília. (NARLOCH, 2014)

A portaria 59, de 24 de maio de 2012, alterava dispositivos em relação à Portaria Ministerial n. 51. Além de alterar as datas de inscrição, ela também alterou o período aberto para o debate no Fórum Estadual virtual e também as datas de homologação das candidaturas. Ao mudar as datas, novamente o Ministério da Cultura prorrogou o prazo para a inscrição de delegados estaduais, entre os dias 28 de julho e 19 de agosto de 2012. E para os debates nos Fóruns Estaduais, o alargamento de prazo seria do dia 19 a 20 de setembro de 2012, assim como a eleição nacional ficaria remarcada para dezembro de 2012. Ou seja, os Fóruns Nacionais Setoriais, de novembro, sofreram um mês de prorrogação. Porém, nos critérios de inscrição, e na modalidade de debate restritamente virtual, a Portaria não modificou em nada a n. 51, tampouco o art. 16 com os critérios de eleição nos Fóruns Estaduais.

Destarte, o cálculo para o processo eleitoral seria dividido dessa forma:  $CE = FES \div DES$   
 Coeficiente Eleitoral = Fóruns Estaduais ÷ Delegados Estaduais:

#### Cálculo do coeficiente eleitoral de cada Fórum Nacional Setorial

$CE = FES \div DES$   
 onde:  
 CE = coeficiente eleitoral  
 FES = soma do número de eleitores de todos os fóruns estaduais (variável)  
 DES = número total de delegados estaduais no fórum nacional (fixo em 81)  
 2. Cálculo do quociente estadual:  
 $QE = FES \div CE$   
 onde:  
 QE = quociente estadual  
 FES = número de eleitores do fórum estadual (variável)  
 CE = coeficiente eleitoral  
 Observação: no quociente estadual, serão desprezadas as frações inferiores a 0,5. As frações iguais ou superiores a 0,5 serão arredondadas para cima.

Figura 2 Tabela 01

Fonte<sup>55</sup>: (BRASIL, 2012 p. 10)

Os conselheiros representantes da sociedade civil no CNPC tentaram, por diversas vezes, negociar a alteração dos critérios de inscrição virtual. Também, quanto à forma dos debates, restritos somente ao ambiente virtual, e em relação à equação proposta para a eleição virtual dos candidatos no âmbito estadual, que iriam tornar-se delegados para os Fóruns Nacionais Setoriais, em Brasília. Sem acordo com os representantes do governo no CNPC, principalmente com a ministra Ana de Hollanda, alguns conselheiros decidiram criar estratégias de resistência e de mobilização social em seus estados ou áreas setoriais. A fim de auxiliar na inscrição e mobilização dos candidatos e eleitores. Alguns conselheiros

<sup>55</sup> Dados organizados pela autora. Disponível em: BRASIL. Portaria n.º 59. 24 de maio de 2012. Altera dispositivos da Portaria n.º 51, de 2 de maio de 2012, do Ministério da Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mai. 2012. Seção 1, p. 10.

organizaram Fóruns Estaduais Livres e Setoriais, a fim de discutir efetivamente, de forma presencial, olho no olho, mas também para garantir o mínimo de debate público em torno das políticas públicas e sobre o processo eleitoral em si. Houve acordo, somente na última fase, na presencial:

Sim, houve acordo quanto a eleição dos membros dos Colegiados nas Conferências Setoriais em Brasília, já que anteriormente também havia funcionado assim. Particularmente, considero que é a melhor maneira, já que ainda são raros os municípios e Estados organizados em fóruns setoriais instituídos, o que ainda dificulta uma escolha de delegados durante a realização das Conferências Municipais e Estaduais de Cultura. Talvez, no futuro, essa seja a melhor maneira.

Charles Narloch se empenhou de forma engajada e fez uma chamada pública ao enviar correspondência eletrônica para todos os trabalhadores de cultura de Joinville e de Santa Catarina para entrarem no processo eleitoral, mesmo ele apresentando-se controverso.

O conselheiro explica, didaticamente em sua correspondência, como seria a divisão eleitoral entre as cinco macrorregiões do país e reitera a importância de participação dos delegados em Santa Catarina nesse processo. Sem sombra de dúvidas, o conselheiro do Colegiado de Artes Visuais foi um grande motivador e mobilizador do CNPC no Estado catarinense para o pleito eleitoral de 2012. A estratégia de conselheiros como Narloch evidenciou que a sociedade civil deveria se empoderar do processo, mesmo ele sendo excludente. Porque essa seria a maior resistência, a ocupação de um espaço político importante como o Conselho Nacional de Política Cultural. Outros conselheiros tomaram outras estratégias de resistência, como se abster do processo, e defender a não participação dele para garantir o esvaziamento do processo e desqualificá-lo.

Além de incentivar inúmeros conselheiros municipais e estaduais a se inscreverem no processo, Narloch também incentivou e mobilizou agentes culturais e trabalhadores da cultura para a discussão e apreensão teórica e política do Sistema Nacional e Estadual de Cultura. Trouxe para o debate municipal, a criação do Sistema Municipal de Cultura, vinculada ao Sistema Nacional e fez um histórico sobre as políticas públicas desde 2003 no Brasil, para ampliar a percepção do legado que foi construído a partir da gestão de Gilberto Gil no Fórum de Museus, Espaços de Memória e Patrimônio Cultural, realizado no segundo semestre de 2012, em Joinville, nas dependências do Centro de Convenções Alfredo Salfer, no Centreventos.

O conselheiro reforçou a divulgação do Plano Nacional de Cultura e a horizontalização do plano nas esferas municipais e estaduais com a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Joinville. Narloch seria aquilo que Antonio Gramsci chamaria de intelectual orgânico dentro dos movimentos culturais. A sua atuação e empenho e *advocacy* fizeram com que Joinville tivesse um número expressivo de candidatos a conselheiros, e eleitores, no processo de 2012.

Fruto do esforço e militância de intelectuais, agentes e trabalhadores da cultura que atuaram dentro da lógica da *advocacy*, tornando sua prática orgânica. O entendimento de Charles Narloch foi um dos vetores responsáveis pelas políticas culturais de Joinville. A cidade esteve à frente do MinC em relação às Políticas Culturais no que se refere às Conferências Públicas de Cultura. Joinville acompanhou as discussões da Primeira Conferência Nacional em 2005 participando dos Fóruns Nacionais. Realizou sua Primeira Conferência Municipal de Cultura (CMC) em 2007, Segunda CMC em 2009 e a Terceira CMC em 2013. Enquanto o MinC, celebrava e organizava sua terceira Conferência em 2013, Joinville organizava a quarta, seguindo a prerrogativa bienal para as Conferências públicas. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2013).

Esse histórico é importante porque defendemos a *advocacy* com incidência para a atuação dos conselheiros. É necessário que os conselheiros de cultura estejam sob o ponto de vista da representação, autorizados e reconhecidos nos seus movimentos sociais ou nas suas bases de atuação, e que exerçam *advocacy*. Com o reconhecimento há autorização, havendo autorização, há incidência e corresponsabilidade no processo democrático.

Outra questão abordada na entrevista de Charles Narloch é a relação tensa com a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e o CNPC. E isso, de certa forma, intensificou as críticas ao processo conturbado. Por isso, o diálogo com o poder governamental é importante para os conselhos híbridos e paritários:

Vivíamos um momento tenso no CNPC, já que não sentíamos o comprometimento da então Ministra Ana de Hollanda para o processo de renovação dos colegiados e do próprio Conselho Nacional. Tínhamos a impressão de que o Secretário de Articulação Institucional do MinC, João Roberto Peixe, à frente de todo o processo de articulação do Sistema Nacional de Cultura, estava isolado no MinC. Não sabemos se isso é real, mas era a impressão que tínhamos. Outro problema sério no processo de eleições se deu com os segmentos de museus e audiovisual. O MinC desconsiderou as deliberações e resoluções do CNPC quando resolveu dar tratamento diferenciado a esses dois segmentos. No caso dos museus, a escolha se deu em fórum diferenciado. No caso do audiovisual, também. Observe-se que, quanto ao audiovisual, não foram poucos os manifestos do setor que se colocaram contrários à decisão do MinC, e mesmo assim, o Ministério foi irredutível. Esse e

outros desentendimentos com a Ministra, especialmente quanto à Lei dos Direitos Autorais, geraram um clima ruim no CNPC. Para a imprensa, por meio da Folha de São Paulo, a então ministra afirmou que os membros do CNPC faziam “oposição sistemática à sua gestão”. Outro problema que vi no processo é que dentre os que atuam nos segmentos culturais, poucos manifestam interesse em dedicar-se aos debates sobre políticas públicas, já que tal atividade é realmente desgastante e muitas vezes frustrante se levada a sério por quem se propõe. (NARLOCH, 2014)

Ana de Hollanda foi acusada durante sua gestão no MinC de favorecer o ECA – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, uma entidade privada, instituída pela Lei 5.988/73 e mantida pela Lei Federal 9.610/98 e 12. 853/13. Como uma entidade privada, mas de caráter público, sem fins lucrativos, o Ecad, de certa forma, regula e agencia a arrecadação de usos autorais da indústria fonográfica brasileira. Esse foi o maior escândalo envolvendo Ana de Hollanda a frente do Ministério da Cultura. Em vias de revisão da Lei de Direitos Autorais Lei 6.910/1998. Na contramão da história, porque o MinC havia criado inúmeras consultas públicas e estava fomentando essa revisão e discussão, inclusive com promoção de Cursos de Direitos Autorais em parceria com a Fundação Getúlio Vargas em formato de Educação a Distância – EAD<sup>56</sup>. Ana de Hollanda ficou conhecida por defender o Ecad abertamente em diversos lugares, entrevistas e por retirar o selo do *creative commons* do site do Ministério da Cultura. Em 24 de abril de 2012, a ministra esteve na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e assim defendeu sua ideia:

Acompanhei as lutas dos anos 60 e 70 de toda a vanguarda cultural a favor do direito à dignidade do artista como profissional e ser humano. Fico assustada quando vejo essa campanha pelo retrocesso. O autor não vive de vento, vive de seu trabalho. Não sou presa ao passado, sou presa aos direitos conquistados com muita dificuldade. (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)<sup>57</sup>

Por outro lado, o Jornal o Globo, já havia denunciado que a ministra Ana de Hollanda, havia confundido o caráter do *creative commons*, quando o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) a questionou sobre o porquê ela havia retirado o selo do *creative commons* do site do MinC, a ministra simplesmente ratificou que a natureza da ferramenta era privada e que oferecia um serviço privado e que a mesma permitia a qualquer cidadão fazer o que bem entendesse com o produto licenciado pelo *creative commons*: "uma entidade privada que oferece um serviço".<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Eu inclusive fiz esse Curso pelo MinC em parceria com a FGV em 2010-2011.

<sup>57</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. **Ministra Ana de Hollanda defende direitos autorais**. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias-ddi/-/asset\\_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/ministra-ana-de-hollanda-defende-direito-autoral-519151/18021](http://www.cultura.gov.br/noticias-ddi/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/ministra-ana-de-hollanda-defende-direito-autoral-519151/18021) acesso em 30/10/2014

<sup>58</sup> AGÊNCIA BRASIL. **JORNAL O GLOBO**. Em audiência no Senado, ministra Ana de Hollanda nega relação com o Ecad e confunde natureza do *creative commons*. 27 Abr. 2012 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/em-audiencia-no-senado-ministra-ana-de-hollanda-nega-relacao-com-ecad-confunde-natureza-do-creative-commons-2799612>

Para muitos artistas e agentes culturais, o desconhecimento técnico da ministra e a benevolência com o Ecad a colava em uma situação política instável. Enquanto o sítio eletrônico do MinC exibia marcas como o facebook, Twitter, ela excluía o *creative commons*, que justamente trazia uma nova perspectiva de utilização e apropriação solidária de produtos artísticos sem violação dos direitos autorais. O jornal, O globo, assim noticiou o caso:

O argumento da ministra se complica quando ela define Twitter, Facebook e Flickr como "redes livres para se comunicar" e diz que não são serviços. Essas redes sociais têm seus logos estampados no site do ministério e são empresas privadas comerciais, com fins lucrativos. O Facebook deve abrir capital no início de 2012 e está avaliado em US\$ 50 bilhões. O Twitter ainda não tem previsão de lançar ações no mercado, mas já foi avaliado informalmente em US\$ 10 bilhões, apesar dos números oficiais ficarem em "apenas" US\$ 3,7 bilhões. Usando o selo do Creative Commons, similar ao conhecido símbolo de "copyright", o autor informa se permite (ou não) o uso comercial de sua obra e se ela pode (ou não) ser modificada. Dessa forma ele padroniza a forma como o licenciamento é feito, assim não é preciso procurar um advogado toda vez que se queira utilizar, copiar ou reproduzir um texto ou foto na internet, por exemplo. (O GLOBO, 2012)<sup>59</sup>

Na narrativa de Narloch, percebemos a contrariedade dos conselheiros com a postura e as posições de Ana de Hollanda. Ana era um quadro de carreira da Funarte, e os artistas esperavam dela uma atitude mais comprometida com as questões públicas da cultura. Porém, a ministra mostrou-se próxima do mercado autoral, avessa ao diálogo com a sociedade civil e intransigente em relação às críticas políticas que recebia do CNPC.

Os 20 meses da gestão Ana de Hollanda foram difíceis. No primeiro ano ela teve verba inferior à da gestão anterior e boa parte comprometida por obrigações geradas em 2010. Isto causou muita pressão externa. As discussões da Lei do Direito Autoral foram intensas. O projeto do Procultura sofreu muitas alterações e seu texto passou a ter mecanismos de renúncia fiscal próximos aos da Lei Rouanet; grande parte dos "avanços", discutidos com toda sociedade por anos, foram abandonados nas negociações com os representantes dos grandes produtores, o mercado falou alto e conseguiu muito do que queria. (BOARO, 2012)<sup>60</sup>

Dessa forma podemos entender como foi o período histórico que antecedeu ao processo eleitoral de 2012, e como ele foi marcado pelas adversidades conjunturais e conflitos políticos que marcaram a gestão Ana de Hollanda.

No comunicado virtual que Charles Narloch dirigiu para seus representados. Era necessária uma ação coletiva para a mobilização social a fim de garantir a participação

---

<sup>59</sup> Idem

<sup>60</sup> BOARO, Marcio. Cultura não é mercadoria. **Brasil de Fato**. São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10666>

representativa dos agentes culturais do Estado no pleito eleitoral, por isso, Narloch, alertou sobre o processo de crise pelo qual passava o Ministério da Cultura e o CNPC:

Há uma crise na relação do CNPC e Colegiados com o MinC, ou melhor, com a ministra Ana de Hollanda. Mas isso não deve desmotivar nossa mobilização, pelo contrário, é hora de mantermos nossa postura atuante e crítica, pois espaço conquistado não pode ser espaço vazio! - A atuação no Colegiado ou no CNPC não agrega nenhum status à carreira e é voluntária, mas garante a nossa (coletiva, não individual) contribuição na construção das políticas públicas para o segmento. (NARLOCH, 2012)

Em seguida, Narloch faz uma chamada: “Vamos estar presentes?” E solicita ajuda para que se criem agentes multiplicadores para a mobilização social de seus pares para a inscrição pública das candidaturas nos Fóruns Setoriais Nacionais:

Peço que ajudem a divulgar essas informações para as outras áreas da cultura em nosso Estado (arte digital, arquivos, arquitetura, artesanato, circo, cultura afrobrasileira, cultura indígena, culturas populares, dança, design, livro-leitura-literatura, moda, música, patrimônio imaterial, patrimônio material e teatro), pois atualmente não temos muitos de SC nos colegiados. Como podem perceber, não haverá colegiados de audiovisual, nem de museus, contrariando a resolução do CNPC. Isso ocorreu porque a Secretaria do Audiovisual (SAV) e o IBRAM infelizmente interferiram no processo, estabelecendo outros meios para definir seus representantes para o Plenário do CNPC. Uma pena que, na disputa legítima por isonomia de espaço entre os segmentos, alguns continuem, por decisão do MinC, obtendo meios privilegiados para a pactuação de políticas para seus setores. Não sei o caso dos museus, mas no caso do audiovisual, algumas instituições representativas nacionais já começam a reclamar e discordar desta postura da SAV! (idem)

A mobilização de agentes culturais, feita por Charles Narloch, traduziu-se numa forte participação de Santa Catarina nesse processo eleitoral<sup>61</sup>. Se considerarmos o tamanho do Estado e candidatura dos conselheiros, e até mesmo a participação dos agentes culturais como eleitores, a participação do estado foi intensa. Charles Narloch afirma:

Em Santa Catarina, fizemos um trabalho intenso de divulgação junto a todos os segmentos, que contou com o apoio de muitos colegas, para que nossa representatividade fosse minimamente garantida nas conferências setoriais. Mas isso não aconteceu em todos os Estados. E a divulgação feita por alguns conselheiros nacionais e membros dos colegiados foi bem mais intensa do que a feita pelo próprio MinC (praticamente nula), e isso foi muito ruim. (NARLOCH, 2014)

No nosso entendimento, e para isso, nos apoiamos em Henriques (2012): não há participação social sem mobilização, e o poder público nesse sentido deve assumir um papel importante na facilitação dos mecanismos burocráticos. Mas, o que se viu foi a resistência de

---

<sup>61</sup> A nossa entrada nesse processo eleitoral como candidata ao Colegiado de Patrimônio Imaterial foi incentivada pelo Charles Narloch, assim como também a inscrição ao Programa de Formação e Especialização para Conselheiros Nacionais.

alguns conselheiros, como Narloch, que conseguiram desenvolver um verdadeiro aparato mobilizatório em prol das inscrições e dos preenchimentos das vagas disponíveis para as cadeiras e Colegiados do CNPC.

Por fim, considere-se ainda que um projeto mobilizador necessite produzir grande volume de informação qualificada, de modo a fazer com que os conhecimentos produzidos e acumulados possam circular convenientemente entre os diversos atores e de modo a instruir a ação. Consideramos informação qualificada aquela que informa e orienta de modo prático, que permite aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar dentro do movimento ou projeto. Ao contrário do que se possa pensar, a informação qualificada não é a informação de caráter técnico *tout court*. Na verdade, a informação gerada pelos especialistas nem sempre é ela mesma uma informação qualificada, pois muitas vezes carece de uma tradução que permita a qualquer sujeito que não possua o mesmo domínio técnico e do jargão do especialista compreender a problematização referida àquela causa social e à metodologia de ação proposta. Encontra-se aí, sem dúvida, uma das principais barreiras à coletivização de inúmeras causas que, com frequência, escapam à compreensão dos não-especialistas. (HENRIQUES, 2009, p. 09)

Para reforçar sua estratégia, Narloch montou um plano mobilizatório. Reuniu um grupo de técnicos que ficaram à disposição dos movimentos sociais ou agentes culturais para ajudar no processo de inscrição eletrônica. Na época, Narloch era conselheiro, mas também ocupava o cargo de diretor executivo da Fundação Cultural de Joinville<sup>62</sup>. Durante uma semana, os técnicos da Fundação Cultural de Joinville, mobilizados por Narloch, auxiliaram na inscrição *on line* das candidaturas a eleitores e conselheiros ao fórum estadual. Obviamente, o Partido dos Trabalhadores estava no comando da Prefeitura e na gestão da Fundação Cultural, e isso certamente foi um diferencial na orientação, composição, mobilização e na divulgação das políticas públicas no município.

A ação coordenada por Narloch foi permitida pelo presidente da Fundação Cultural, Silvestre Ferreira, o qual fazia parte do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas. A Fundação Cultural de Joinville tinha aderido ao Sistema Nacional de Cultura, organizando seu Sistema Municipal, e possuía também um Conselho Municipal de Política Cultural, sua mobilização cultural, nesse contexto, não tinha como ser diferente. No entendimento do governo municipal, sob a gestão do PT, havia o esforço de seguir as orientações do Ministério da Cultura e, por isso, o apoio ao plano

---

<sup>62</sup> Importante esclarecer que na última eleição de 2009 para o Conselho Nacional de Política Cultural, os cargos comissionados podiam participar do processo, representando a sociedade civil. Cargos comissionados do Estado e do Município. Para os Fóruns Nacionais Setoriais, de 2012, essa condição já estava proibida e os candidatos, inclusive, tinham que apresentar uma declaração de que não possuíam nenhum cargo comissionado em esfera pública municipal, estadual e federal.

mobilizatório de Charles Narloch. Até porque, o projeto de governo participativo e representativo no MinC havia sido arquitetado na gestão do PT, com o primeiro governo Lula.

Problemas à parte com aquela gestão do MinC e com os procedimentos adotados, considero se todos os municípios e Estados tivessem maior compreensão e comprometimento quanto aos princípios do SNC, tudo poderia ser diferente. Fica difícil para o MinC articular um processo nacional sem maior comprometimento de todos os entes federados. O problema é que às vezes, até por questões político-partidárias, não há essa colaboração. Lembro, por exemplo, que enquanto em Joinville nos organizávamos para a participação e eleição de delegados para as Conferências Setoriais, o então presidente da Fundação Catarinense de Cultura questionava a pertinência de adesão plena do Estado de Santa Catarina ao SNC. Curiosamente, outros Estados comandados por partidos de oposição ao Governo Federal apresentavam o mesmo comportamento. No meu entender, isso é péssimo, pois denota que para alguns gestores estaduais e municipais a questão partidária coloca-se acima da defesa das demandas do setor cultural e da sociedade. Assim, penso que os Estados e Municípios têm sim uma grande parcela de responsabilidade pela representatividade obtida pela sociedade civil naquele processo comandado pelo MinC. (NARLOCH, 2014)

O Estado de Santa Catarina teve, nessa eleição, especificamente, um total de 138 inscritos na plataforma virtual como candidatos e eleitores. Desse total, 35 se elegeram para as mais variadas áreas. Desses 35 candidatos, 12 eram de Joinville. Nos Fóruns Nacionais Setoriais, em Brasília, elegeram-se 10 candidatos de Joinville. Duas candidatas se elegeram para o Conselho Nacional de Cultura como suplentes na área de patrimônio cultural imaterial<sup>63</sup> e arquitetura e urbanismo respectivamente. Nos Colegiados Setoriais, instâncias consultivas do Conselho Nacional de Política Cultural, tivemos uma representação eleita nos seguintes Colegiados: Arquitetura e Urbanismo; Arquivos, Livro e Leitura; Artes Visuais; Culturas Populares. Na suplência dos Colegiados foram eleitos para os Setores: Design, Música, Culturas Populares e Teatro. Desta forma, Joinville, cidade do nordeste de Santa Catarina, conseguiu emplacar uma considerável nominata de conselheiros.

O resultado da eleição demonstrou positivamente o processo mobilizatório feito em Joinville. Dez representantes da cidade foram eleitos nos Fóruns Nacionais, em Brasília. Esse resultado foi amplamente divulgado no site e nos meios de comunicação da Prefeitura Municipal, como podemos verificar no texto publicado na página da rádio educativa Joinville Cultural:

O Conselho Nacional de Política Cultural tem 10 representantes eleitos de Joinville integrados aos colegiados nacionais. A eleição aconteceu na semana passada, em Brasília, e teve 12 delegados de Joinville representando diversos setores. Os Fóruns Setoriais para eleição dos novos Colegiados, que são 15 Titulares e 15 Suplentes, de cada Setorial, que elegeu os Conselheiros, 1 Titular e 1 Suplente,

---

<sup>63</sup> Esse foi o nosso caso. Conseguimos nos eleger para a cadeira titular do Colegiado de Patrimônio Imaterial e para a suplência do Conselho Nacional de Política Cultural.

também de cada setorial, para compor a nova equipe do Conselho Nacional de Política Cultural, obtiveram representação expressiva de nossa Joinville. Conselho Nacional de Política Cultural para o setor de Patrimônio Imaterial a eleita foi Giane Maria De Souza como conselheira suplente. Nos colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural, no Arquitetura e Urbanismo, foi eleita Fárida Mirany de Mira, como titular; no setor de Arquivos a vaga de titular ficou com João Carlos Christoff; no setor de Artes Visuais o titular ficou com Ricardo Kolb Filho Titular; e o suplente é Anderson Antunes Alberton. O suplente para o setor de Culturas Populares eleito foi Edson Gellert Schubert; para Culturas Populares a titular eleita Heidi Bublitz Schubert; no setor de Design o suplente eleito é João Eduardo Chagas Sobral; no setor de Música foi como suplente Ronaldo José De Espíndula; no setor de Teatro ficou como suplente Caroline Lisa Schultz Pedro Bom.<sup>64</sup> (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2012)<sup>65</sup>

No Brasil, segundo o relatório divulgado pelo Ministério da Cultura<sup>66</sup>, (2012) 2666 foram votos validados<sup>67</sup>. Esses dados foram organizados por nós em uma **Tabela Votos e Eleitos por Estado, figura 02**, que demonstra a quantidade de eleitores e candidatos eleitos em cada estado da federação.

O número de eleitores ultrapassou 200 votantes em somente três estados da Federação: dois do Sudeste - São Paulo e Minas Gerais - e um do Nordeste - Alagoas. Com uma média considerada alta de votos, o Pará ficou com 180 eleitores, Bahia com 168 e o Rio Grande do Sul com 160, logo abaixo veio Santa Catarina, com 138 eleitores. Os estados que obtiveram a menor votação, foram: Rondônia quatro eleitores e Sergipe com sete eleitores. Se observarmos a plataforma virtual, por meio do relatório dos Fóruns Estaduais, o que se observa é que grande parte dos estados não conseguiram atingir o coeficiente ou simplesmente não tiveram candidatos para determinadas cadeiras.

---

<sup>64</sup> Caroline Lisa Schultz Pedro Bom foi nossa representante suplente de Joinville no Fórum Nacional de Teatro e faleceu no dia 9 de abril de 2014. Sua atuação no teatro brasileiro fez com que sempre estivesse à frente dos movimentos culturais em prol das políticas públicas, desde a construção do Sistema Nacional de Cultura, Plano e Colegiado Setorial de Teatro. A Carol, como era conhecida por seus companheiros de movimento, lutou bravamente no Estado de Santa Catarina para a implementação das políticas nacionais. Em Joinville, ajudou a implantar o Sistema Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, desde 2007, e a implantação do Conselho Municipal de Política Cultural, este, por fim, foi seu objeto de estudo acadêmico com a monografia **De conselho de cultura para conselho de política cultural: as conquistas e os desafios da participação no município de Joinville, Santa Catarina** defendida no Programa de Democracia Participativa – Prodep - da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

<sup>65</sup> FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **Joinville tem 10 representantes no Conselho de Político Cultural**.2012 Disponível em: <https://radio.joinville.sc.gov.br/noticia/346-Joinville+tem+10+representantes+no+Conselho+de+Pol%C3%ADtico+Cultural.html> 18 dez 2012. Acesso em 16 jul. 2014.

<sup>66</sup>Ministério da Cultura. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC: 2012. <http://cnp.cultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

<sup>67</sup> Estes são os votos dos eleitores que estavam com suas documentações em dia segundo os critérios do MinC.

A correspondência eletrônica<sup>68</sup> da conselheira Patrícia Canetti, do Colegiado Setorial de Artes Digitais, dirigida para seus pares, é muito importante para compreendermos a mobilização dos titulares do CNPC nesse processo. Canetti segue o mesmo perfil mobilizatório de Charles Narloch, ao convocar os agentes culturais para se inscreverem no processo e também reafirmar a relevância política dos Colegiados e do CNPC frente às políticas públicas:

**Precisamos de mais eleitores, mas principalmente de candidatos!** Atualmente temos 72 eleitores inscritos, 54 deles com quórum mínimo (de 5 eleitores por estado), permitindo 36 vagas de delegados, **mas só temos 5 candidatos a delegados inscritos!** Posso afirmar a vocês que a formação do colegiado é essencial para podermos debater as questões de nosso setor com o Ministério da Cultura. Se continuarmos restritos a um único representante no conselho, ao invés dos 10 representantes que formam o colegiado, continuaremos impedidos de participar de várias instâncias de formulação de políticas públicas. Lembrando ainda que precisamos trabalhar muito junto ao ministério para diminuir o **atraso na compreensão e prática do digital na arte, no audiovisual, patrimônio, museus e etc.** (CANETTI, 2012)

O conselheiro Arthur Leandro, do Colegiado de Culturas Afro, também em correspondência eletrônica, debatia o processo e apontava o resultado da participação da região amazônica no processo eleitoral do CNPC, considerando a participação do Norte como preocupante dentro do processo, segundo ele, mais que excludente:

Somos 7 estados na região norte, teríamos direito a 21 delegados do norte.... temos 9 candidatos validados e apenas 3 estados com quórum para enviar delegados, sendo que pela regra apenas o PA (com 43 eleitores validados) pode enviar mais de um delegado... E se contarmos a Amazônia Legal continuamos com os mesmos 9 do norte, pois nem Maranhão e nem o Mato Grosso tem eleitores e candidatos validados. Vamos debater estratégias? Quem tem o regulamento na ponta da língua? E quero logo dizer que ao meu ver esse processo eleitoral que evita fóruns presenciais em cada estado está se mostrando mais do que excludente. (LEANDRO, 2012)

Dessa forma, os conselheiros ou candidatos se posicionavam e realizavam mobilizações em seus estados e municípios na tentativa de se fazerem representar na etapa presencial em Brasília.

---

<sup>68</sup> CANETTI, Patrícia. Correspondência eletrônica enviada ao Setor de Artes Digitais. 2012. Grifo da autora.



Figura 3 Fotografia de um grupo de mulheres de matriz africana na Plenária  
Fóruns Nacionais Setoriais, em 2012, Brasília.

Foto: (ALBERTON, 2012)



Figura 4 Fotografia de um mestre de cultura popular na Plenária  
Fóruns Nacionais Setoriais, em 2012, Brasília.

Foto: (ALBERTON, 2012)

## Votos e Eleitos por Estado<sup>69</sup>

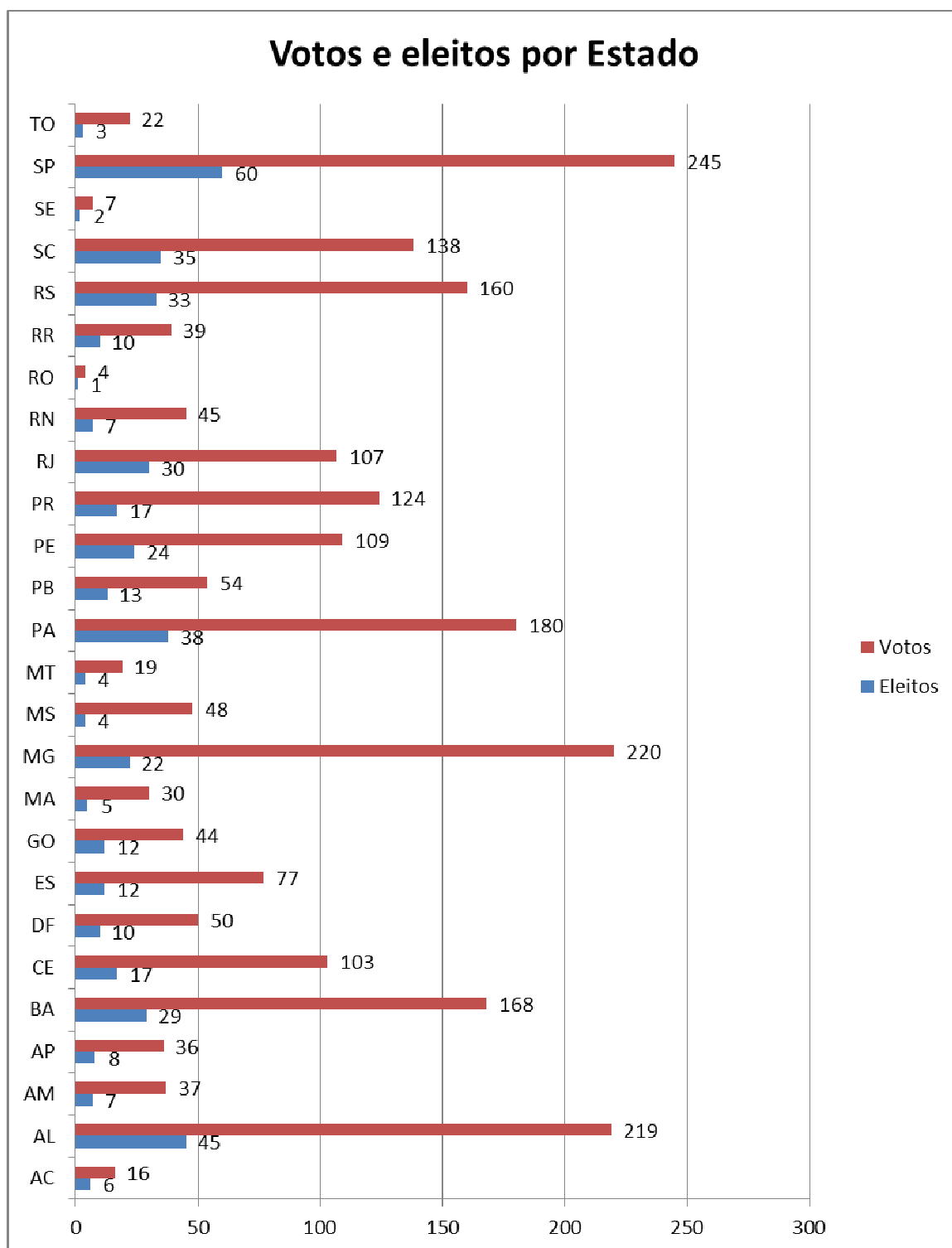


Figura 5 Tabela 02 Fonte: (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)

<sup>69</sup> Dados compilados pela autora a partir das informações coletadas no:  
 Ministério da Cultura. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC: 2012.  
<http://cnp.cultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

<sup>69</sup> Estes são os votos dos eleitores que estavam com suas documentações em dia segundo os critérios do MinC.

Arthur foi um dos conselheiros que prontamente e espontaneamente responderam ao chamado da nossa mensagem pública para nossas entrevistas. Contudo, não somente respondeu às questões propostas, mas foi além do solicitado e nos enviou seu acervo, contendo correspondências eletrônicas, mensagens de discussão e debates sobre o Fórum Estadual no Pará. A forma escolhida e adotada pelo Ministério da Cultura em relação aos Fóruns Nacionais Setoriais foram discutidas intensamente no Fórum Amazônico, do qual Leandro fazia parte. Ele certamente foi um dos conselheiros que se dedicou a convocar outros eleitores e candidatos para resistir e ocupar o preenchimento de vagas para o Conselho Nacional de Política Cultural.

Arthur Leandro aponta que o Instituto Nangetu, no qual milita, organizou uma mobilização social e auxiliou os candidatos a eleitores e conselheiros a se inscreverem, mais uma vez demonstrando que o processo mobilizatório, nesse caso específico, foi fundamental para o alcance de um número considerável de candidaturas no Pará:

Eu acompanhava o processo de renovação via listas nacionais de Arte Digital, de Culturas Populares e de Cineclubistas, e retransmitia as informações fazendo a mobilização regional, estadual e municipal em diversos setores. No Instituto Nangetu nós montamos um escritório para realizar a inscrição de candidatos e eleitores parceiros via internet, e durante 15 dias nós inscrevemos 54 eleitores (sendo 4 candidatos) em culturas afro-brasileiras; 1 candidata em patrimônio Imaterial, 1 candidata em culturas indígenas, 2 candidatos e 9 eleitores em culturas populares, 2 candidatos em arte digital, 2 candidatos em artes visuais

Essas correspondências enviadas e trocadas pelos conselheiros, como as convocatórias e o chamamento público para a eleição, demonstram claramente a preocupação dos agentes culturais em não desqualificar o processo, por mais que ele fosse contestado, até porque no entendimento desses conselheiros, a resistência nesse caso, traduzia-se em ampliar a participação e mobilização social. Era preciso fazer chegar até o agente cultural às informações necessárias, para sua inscrição, para o fortalecimento do processo democrático e participativo como um todo. Os outros conselheiros apontados nesse texto, como Narloch e Canetti, também se inserem nesse contexto, e a baixa participação de eleitores e candidatos, nesse caso, nos parece já uma situação anunciada pelos relatos dos próprios conselheiros, que durante as reuniões do CNPC, já questionaram o método adotado pelo MinC para a eleição nacional de conselheiros desde a proposta de instalação do processo eleitoral.

### 3.6 O processo eleitoral sob o olhar dos conselheiros

Arthur Leandro rememora que sua candidatura foi uma decisão coletiva do Instituto Nangetu, no qual milita. E que ele mesmo poderia ter sido candidato em inúmeras áreas, porém, o Instituto escolheu o Colegiado de Cultura Afro Brasileira. Sobre suas propostas, Leandro afirmou que o custo amazônico<sup>70</sup> era uma das prioritárias e que havia defendido também cotas para os negros em todos os editais do Ministério da Cultura.

Ao relatar sua trajetória e militância, Arthur enfatiza sua organicidade ligada aos terreiros e às religiões de matriz africana, motivo maior da sua indicação pelo Nangetu, o qual foi eleito e tornou-se representante do Norte do país no Colegiado e na plenária do CNPC:

Nossa participação no colegiado setorial de culturas afro-brasileiras eu vejo como consequência de um longo histórico de militância que vem desde as participações nos congressos da cidade de Belém em 1998/ 99 e 2000. Naquele momento os terreiros de Belém começavam a se organizar com CNPJ de organização cultural, e começavam a estar presente nos fóruns de debates e proposição. Depois fomos participar dos conselhos municipais e estaduais, no meu caso Conselho Municipal de Negras e Negros de Belém (2009/11) e Conselho Estadual de Cultura, para o qual fui nomeado em dezembro de 2010 - no fim do mandato da Ana Julia, e 'desnomeado' em março de 2011- no início do mandato do Jatene no governo do Pará. Também coloco como antecedente a nossa participação nos fóruns municipais e estaduais, fórum de umbandistas e afro-religiosos, fórum permanente das culturas paraenses, fórum de povos e comunidades tradicionais. (LEANDRO, 2012)

Quando foi perguntado sobre o Conselho Nacional e sua participação na formulação de políticas para o Sistema Nacional de Cultura, como oficinas de formação e consultas públicas setorializadas, ele responde:

Para os colegiados nacionais, eu já tinha concorrido em 2010, nas pré-conferências setoriais, e naquele momento a estratégia foi sair candidato pelas setoriais de linguagens artísticas que eu tinha atuação. Pelo estado do Pará eu tentei primeiro ser delegado setorial pelas artes visuais, não fui eleito, então vim como delegado da arte digital e participei da lista tríplice que foi enviada para o ministério, pois fui o terceiro mais votado para a cadeira no CNPC daquele setorial que ainda não tinha colegiado. Depois veio a oficina no Maranhão, a de construção de políticas culturais públicas para povos de terreiro, e fomos de Belém eu, Mametu Muagile, Pai Armando Neto, de Bessén, e Marcelo Averequete, e de Castanhal a Ekedy Janete (talvez tenhamos tido mais representantes nessa discussão, mas no momento eu me lembro destes), Mametu Nangetu fazia parte da organização e também estava lá, assim como o Antônio do tem-tem que era o conselheiro no CNPC. (idem)

Arthur narra sua trajetória como candidato para o CNPC enquanto uma ação coletiva do Instituto Nangetu em reforçar a representação paraense no Conselho Nacional, e remonta

---

<sup>70</sup> Essa proposta prevê um adicional financeiro para projetos culturais desenvolvidos na Amazônia por conta da dificuldade de locomoção (via fluvial) e também pelas distâncias geográficas que a região apresenta, tanto para dentro da Amazônia quanto para fora desse território.

sua inserção nos Fóruns setoriais desde 2010, quando já havia sido candidato às artes visuais, porém, não havia sido eleito.

Desta eleição em dezembro de 2012, a que me elegeu delegado afro-brasileiro para o fórum que me elegeu para o colegiado e para o CNPC, digo que foi um caso atípico, pois a candidatura e os debates e votação foram pela internet, sem debate e sem envolvimento necessário dos fazedores de culturas afro-brasileiras. Mas isso foi também fruto de uma puta mobilização que fizemos para cadastrar candidatos e eleitores no Instituto Nangetu. Eu fiquei mais de 20 dias de plantão no instituto recebendo os documentos e as informações de possíveis eleitores e candidatos, e pessoalmente fiz 54 cadastros, e desses 4 foram candidatos: Eu, Mаметu Nangetu, Mаметu Muagile e Táta Dianvula, e desses temos 3 titulares (dos 5 paraenses) e um suplente no colegiado de culturas afro-brasileiras. Aqui no Mansu nós havíamos debatido com antecedência uma estratégia para o colegiado, e eu era o candidato para o conselho nacional. Mas quando nos últimos dias de inscrição nós percebemos que o estado do Pará poderia enviar até 6 delegados para o fórum nacional, isso por que os demais estados do norte não conseguiam cadastrar candidatos, nós alteramos a inscrição de Mаметu Nangetu e Tata Dianvula, e passamos os dois de eleitores para candidatos, e assim os dois foram também para o fórum nacional setorial e Mаметu Nangetu foi eleita titular e Tata Dianvula é suplente no colegiado. (Ibdem)

O conselheiro afirma que o processo eleitoral de 2012, que o elegeu, foi um caso “atípico” porque os debates transcorreram pela internet, e houve no Pará um movimento para realizar debates presenciais no estado, até por conta da característica geográfica do próprio estado. As distâncias territoriais e a ausência de internet em muitas localidades, principalmente nas comunidades de culturas mais tradicionais, foram percebidas por Arthur. Quando questionado se o processo eleitoral havia sido excludente, Leandro não titubeia e afirma categoricamente que sim: “Muito, muito, muito excludente, a Amazônia não tem infraestrutura de internet, isso excluiu comunidades quilombolas do processo, assim como as ribeirinhas e a população mais pobre, este processo via internet foi elitista”. (Ibdem) E acrescenta que o processo de 2010 foi mais interessante porque havia sido misto “meio pela net e meio presencial, foi mais participativo e envolveu os agentes culturais em debates presenciais, foi muito melhor do que apenas pela net.”. (ibdem)

Uma região geográfica singular, como as Ilhas do Marajó, no Pará, é um exemplo do que pode ser entendido pelo discurso do conselheiro. Qual seria a estratégia do MinC nesse contexto? Se considerarmos que não há internet com alta frequência nas ilhas marajoaras, talvez o MinC pudesse ter feito parcerias com o governo estadual do Pará e os governos municipais dos territórios que compõem as ilhas do Marajó, a fim de identificar possíveis grupos, agentes culturais potenciais facilitadores, mobilizadores e articuladores para uma mobilização social.

Para fortalecer a democracia participativa e representativa, a promoção de uma ampla discussão num fórum público presencial (não precisa necessariamente ser conduzido e chamado pelo Estado), mas que ele tenha o respaldo do Estado, e que esse se faça representar, para esclarecer, auxiliar no processo de escolha dos candidatos. Esse seria o ideal para a condução dos Fóruns Setoriais. Em primeiro plano, uma discussão regional ou municipal, depois em âmbito estadual e, por último, nacional.

Segundo Narloch (2014), se o cadastro fosse realizado por correio eletrônico, e não em uma plataforma virtual, talvez facilitasse o processo. Alguns agentes culturais acabaram não compreendendo os mecanismos digitais, e em alguns grupos houve dificuldade concreta de acesso à web e de como funcionam as plataformas digitais<sup>71</sup>. Uma das sugestões apontadas pelos próprios conselheiros é de que o Ministério da Cultura deveria manter a inscrição digital, porém desburocratizando-a e com a possibilidade de inscrição, simplificada por e-mail e também pelo correio, quando fosse o caso.

A grande lição dos Fóruns Setoriais, é que o processo histórico de construção de políticas públicas na área cultural não se restringe ao pleito eleitoral, assim como também as eleições não esgotam os mecanismos de *accountability* vertical dessas organizações, como se referiram Arthur Leandro e Charles Narloch em seus depoimentos.

Por isso, as eleições não podem ser os únicos mecanismos participativos negociados e disputados pelo movimento social. Existem outras formas de disputas políticas, como os referendos, conselhos, plebiscitos, orçamentos participativos e fóruns.

Esses mecanismos reforçam esse exercício político da *accountability* societária e horizontal, que por sua vez, também reforçam e legitimam a *accountability* vertical. Desta forma, a *accountability* vertical não se esgota na verticalidade da *accountability* porque o controle público não se dá somente com o voto: ela envolve inúmeros atores e agentes, como a sociedade civil organizada, a opinião pública e a mídia. A forma vertical de *accountability* é complementada pela forma societária também no interior dos Conselhos de políticas públicas, que por serem híbridos, com representação do governo e da sociedade civil, reforçam esse campo de litígio.

A *accountability* societária politiza a democracia e ajuda a democratizar a democracia que, por ser processo, é dinâmica e antagônica. Por isso, todas as formas de *accountability* produzem mais interesse e visão crítica na e pela política, e fortalecem a ideia de representação social ao criarem um círculo virtuoso de melhoria na qualidade institucional das

---

<sup>71</sup> A plataforma caía diversas vezes e em vários horários ou por congestionamento de acesso ou por apresentar problemas técnicos. Os conselheiros retratam essa situação controversa de inscrição em suas falas.

democracias. A *accountability* social tende a qualificar o voto de quem participa e de quem faz controle público ao organizar-se institucionalmente em conselhos e movimentos sociais. Por isso, as três formas de *accountability* são complementares e podem ser importadas para a discussão dos conselhos públicos. O ideal é que as três formas de *accountability* estejam funcionando em uma democracia. (PERUZZOTTI, 2006)

Porém, Avritzer & Santos (2003), entre os outros autores, complementam essa análise e reforçam que não é interessante o estreitamento e a minimização da democracia à via eleitoral. Dessa forma, podemos analisar se a eleição dos Fóruns Setoriais Nacionais ficasse somente no âmbito da discussão virtual sem as estratégias mobilizadoras e sem as tentativas implantadas pelos conselheiros de resistir ao processo, tornando-o debatido, participativo e mobilizatório, talvez a eleição dos Fóruns tivesse se tornado de fato num elitismo político, característica da democracia de baixa intensidade sob o viés do Estado liberal. Vai quem quer e quem consegue se candidatar.

Livres escolhas que, nesse caso, não eram tão livres assim, porque o desconhecimento do processo, a informação desqualificada levou fatalmente à eleição superficial dos Fóruns Nacionais e ao esvaziamento orgânico das políticas públicas participativas. E uma política pública que é desconhecida, perde na sua essência a sua expressividade e seu alcance, torna-se inexistente.

O crescimento e a expansão democrática se dão a partir da articulação entre participação e representação. Nesse sentido, o papel da organização civil e o empoderamento da população tornam-se cruciais para a divisão paritária da representação da população e representação do Estado, em organismos políticos institucionalizados, como conselhos gestores, conferências e fóruns de discussão, assim a deliberação torna-se resultado político de um litígio de debates e interesses acerca das questões públicas setoriais. Por isso, a democracia de alta intensidade é uma via de mão dupla: participação + representação e esse trabalho apontam possíveis caminhos para alcançá-la na área cultural.

O programa escolhido pelo Ministério da Cultura para o credenciamento da candidatura foi considerado pelos entrevistados, de forma hegemônica, como burocrático e excludente, com exceção de um candidato apenas que o considerou inclusivo, por ser aberto virtualmente, mas pondera que deveria ter critérios melhor definidos.

O conselheiro Aliduino Zanella, do Colegiado de Patrimônio Imaterial, mestre de cultura popular tradicional do Talian, afirmou que o processo foi: “Tumultuado sem compreender. Errei por não conhecer bem o processo”. Mais adiante, refletindo sobre outras

possibilidades eleitorais em formatos diferenciados, Zanella (2014) pondera: “Num território do tamanho do Brasil, parece que o presencial seria inviável. Que seja virtual com critérios claros, bem definidos e ampla divulgação incentivando sobre a importância de participar”. (idem)

Já o conselheiro Francisco do Vale Pereira, do Colegiado de Patrimônio Imaterial, reitera que também teve dificuldade no processo eleitoral: “O processo de inscrição foi bastante truculento, complicado e exaustivo. Quase que eu abandonei a minha inscrição no processo.” Há muitos relatos de candidatos que abandonaram o processo eleitoral por não conseguirem anexar os documentos exigidos no processo, por não confiarem na internet e fornecer seus dados pessoais de documentos como CPF e RG, e outros, como povos indígenas, circenses e comunidade quilombola, que não possuíam comprovante de residência. (PEREIRA, 2014)

Ao analisar essa questão, o conselheiro também acrescentou, na sua resposta, que o processo tornou-se excludente dentro da realidade social que possuímos no Brasil: “Por não termos essa prática de eleição virtual, e por não termos a cultura de processos eleitorais por meios eletrônicos, e porque o nosso universo eleitoral é formado por pessoas de todas as classes sociais, foi um processo difícil.” (idem, 2014)

Sobre a forma mais interessante de eleição, Pereira (ibidem) considera: “Nos Fóruns e Conferências, as eleições presenciais são mais participativas, são mais próximas, onde (sic) temos o corpo a corpo, quando temos a oportunidade de conhecer, avaliar e discutir as propostas e as questões apresentadas pelos candidatos e eleitores.” E ao discutir o modelo de processo inclusivo, ele adverte: “Todo processo eleitoral presencial é inclusivo, porque é democrático nos moldes de hoje. Mas, o processo virtual ainda é excludente, pois nem todas as pessoas têm acesso aos equipamentos e sistemas eleitorais”. E ao concluir seu depoimento, reforça que o processo eleitoral deve estar atrelado ao Fórum ou à Conferência Nacional de Cultura.

Nedi Locatelli, representante da diversidade linguística dos povos de imigração como Aliduíno Zanella. Reiterou, na sua entrevista, que o processo foi frustrante, mas o considerou tranquilo: “Frustrante sobre a representatividade de muitos delegados que chegaram ao Colegiado Setorial apenas com um voto, o seu.”

Impossível levar todos os eleitores e candidatos a Brasília para a eleição. A etapa virtual - inscrição de candidatos e eleitores - é necessária. Faz-se necessário encontrar uma forma de incluir "não digitais". Deve ter mais informações sobre os candidatos. A eleição presencial deve limitar que os candidatos com somente um voto concorram ao cargo de conselheiros titulares e deve oferecer maneiras para que as ações dos candidatos sejam mais conhecidas. (LOCATELLI, 2014)

A conselheira Nedi teve uma particularidade interessante nesse processo. Por entender a importância da eleição do CNPC, e por acreditar que ele deveria ser ampliado ao máximo, Nedi resolveu inscrever seu colega Aliduino no mesmo processo eleitoral que ela disputava para o Colegiado de Patrimônio Imaterial, e além da sua inscrição, Nedi ainda dividiu seus votos com o colega, solicitando que seus eleitores partilhassem seus votos entre ela e ele. Um esforço mobilizatório e uma estratégia pouco comum, dentro dos movimentos sociais, quando se garante a eleição de um em detrimento do restante. Essa estratégia de Nedi, de incluir mais sujeitos dentro do processo eleitoral, reforçava sua concepção de fortalecer os princípios do Talian.

Sobre o processo eleitoral, Nedi também o considerou complicado, confuso e reiterou objetivamente: “Para aqueles que têm acesso e são usuários da internet, foi inclusiva. Para aqueles que não têm acesso à internet, foi excludente. Não deu chance nenhuma.” (ibidem)

O processo virtual não ofereceu condições para que fosse possível conhecer os candidatos de outros estados e suas ações. Como alguém me disse: "Meu voto vai para candidato que representa o simbólico". E o simbólico não se revelou competente para ser representante do Colegiado na Plenária do CNPC. (ibidem)

A conselheira também faz uma análise da representatividade e da fragilidade da escolha dos candidatos. Quando em Brasília, alguns candidatos chegaram à última etapa do processo eleitoral, presencial, sem conhecer os candidatos dos outros estados, e com dificuldade de votar na representação titular para a plenária do CNPC. E que o MinC deveria pensar num mecanismo de incluir determinados grupos aliados do processo virtual, classificados por ela como os “não virtuais”, e afirma que ao se pensar um novo modelo deve-se considerar os princípios da inclusão e da isonomia dos candidatos, preservando suas particularidades e a percepção da nação como totalidade:

É impossível levar todos os eleitores e candidatos à Brasília para a eleição. A etapa virtual - inscrição de candidatos e eleitores - é necessária. Faz-se necessário encontrar uma forma de incluir "não digitais". Deve ter mais informações sobre os candidatos. A eleição presencial deve limitar que os candidatos com somente 1 voto concorram ao cargo de conselheiros titulares e deve oferecer maneiras para que as ações dos candidatos sejam mais conhecidas. Neste momento, não tenho um modelo "formado". Entendo que as etapas virtual e presencial se complementam. Considerando que o processo é recente, muita coisa poderá ser melhorada. Deverá ser melhorada. Independente do modelo há princípios a serem preservados e

garantidos: a percepção da nação como um todo, a inclusão e a busca de justiça dos excluídos e o respeito à toda diversidade. (ibidem)

Sobre o processo eleitoral, a conselheira Danielle Alves, na sua entrevista, descreveu o processo de eleição como equivocado e que havia muitas reclamações de agentes culturais durante e após o processo:

Achei um erro a forma como foi conduzida a eleição. Recebia e-mails e telefonemas de pessoas que não conseguiam votar e nem se inscrever como candidatos. Pessoas que estão na cultura há muito tempo, inclusive. Acharam difícil a plataforma, além de o processo ter sido truncado, excludente e sem muito cuidado. Para eu sanar as minhas dúvidas, por exemplo, tive que ligar duas, três vezes para Brasília. Imagine quem não pode fazer o mesmo? Gerou dúvidas em muita gente e o fato de ser exclusivamente virtual, excluiu eleitores e candidatos que não poderiam ficar de fora. (ALVES, 2014)

Alves também aponta a excessiva participação de mediadores no setorial de patrimônio cultural em detrimento da participação mais ativa dos detentores de saberes, como um problema de mobilização social:

Bem, a minha inquietação sobre o processo eleitoral virtual foi confirmada presencialmente, em Brasília. No patrimônio Imaterial, por exemplo, não havia representação do Centro-Oeste. Quase não havia mestres e detentores. É uma instância formada mais por mediadores do que pelos próprios mediados. Sempre pensei sobre isso e tenho as minhas ressalvas. Em Minas, por exemplo, somos três pessoas mediadoras/agentes respondendo pela política de salvaguarda dos saberes imateriais, e nenhum mestre, infelizmente. Acho que deveria haver um critério. Na dança, o Colegiado tem majoritariamente bailarinos, na música, músicos, no circo, os circenses, e por aí vai. Os mediadores, pesquisadores, gestores, e agentes – como eu sou – são muito bem vindos, claro, mas não podem ser a maioria. O peso da construção de uma política cultural dever estar no pensador/fazedor da arte - o artista -, e nos mestres, no caso das culturas populares e do PCI. Sem eles, para que serviriam os gestores e pesquisadores? O empoderamento começa por aí. (Ibidem)

Essa inquietação de Danielle Alves pode ser refletida acerca da participação dos pesquisadores e dos profissionais ligados às instituições de ensino nos debates públicos. Entendemos ser função também das universidades participar dos debates públicos e dos processos decisórios da democracia participativa e representativa. Isso é muito recorrente em diversas tipologias de conselhos técnicos e científicos. A entrada de profissionais ligados a instituições de ensino contribui para as políticas públicas além da pesquisa, ensino e extensão, para uma função social e política dessas instituições, mas a organização e o conhecimento científico, e no que se refere aos seus preceitos e metodologias, devem ser revistos sob o ponto de vista da partilha do conhecimento.

A entrada desses profissionais em conselhos de políticas públicas auxilia, esclarece e qualifica a informação para fazer com que a discussão não fique no academicismo e tecnicismo (porque há intercâmbio de várias concepções e experiências). O desafio é decodificar o conhecimento científico, de uma linguagem elitizada para o senso comum, assim como ampliar o olhar dos pesquisadores para outros grupos que não estão conformados dentro dessa lógica organizacional da academia.

Como vimos no segundo capítulo, a história dos conselhos de cultura, até a criação e composição do CNPC pelo ministro Gilberto Gil na Era Lula, sempre foi ligada a uma elite acadêmica, intelectual, os especialistas culturais. Endossando a fala da conselheira, é muito bem-vinda a participação dos representantes da academia, mas não é saudável para uma política pública que planeja a inclusão, a pluralidade de interesses, partilha na elaboração e deliberação de políticas culturais, que fique restrita aos agentes de notório saber. Pelo contrário, deve-se dar a voz àqueles que na maioria das vezes são objeto de estudo desses pesquisadores e mediadores. E fazê-los sentar e pensar em conjunto, soluções, ajuda nesse processo de resiliência dos conselhos a fim de uma governança colaborativa, participativa e representativa de todas as camadas sociais.

Essa ausência de mestres, detentores de conhecimentos tradicionais, a qual Danielle Alves se refere, deve ser aqui problematizada. Não poderia mais acontecer, se considerarmos os novos paradigmas que orientaram a construção do Plano Nacional de Cultura, a ausência desses sujeitos. A participação efetiva desses mestres da cultura popular não é mais inserida como a de coadjuvantes, mas como protagonistas desses processos sociais e políticos. Porém, a eleição dos Fóruns Nacionais Setoriais, de certa forma, provocou esse vazio participativo de determinados grupos. E isso ainda é um entrave na construção das políticas públicas, patenteada pela histórica marginalização de alguns grupos culturais e sociais no Brasil república.

Também é sabido que costumeiramente alguns intelectuais acham-se no direito de falar em nome de. Entra aí, a questão da *advocacy*, que também discutimos no referencial teórico como uma categoria da representatividade. Até que ponto esse falar em nome de, ou representar o outro, quando o outro desconhece completamente essa representação, ou quando o outro sequer conhece ou reconhece essa representação, é importante para o alargamento e a democratização da democracia?

Não seria, sob o ponto de vista da inclusão e da gestão de políticas públicas, a inserção mais efetiva de determinados grupos dentro dos Colegiados, assim como a facilitação e a

garantia e acesso de grupos alijados historicamente do processo social e cultural desse país no que se refere às políticas públicas, uma das metas ainda a serem alcançadas no Plano Nacional de Cultura? Definitivamente, uma questão a ser pensada e estruturada dentro do Sistema Nacional de Política Cultural. Como fazer esse empoderamento de fato chegar a quem lhe pertence, ou melhor, tornar o empoderamento uma reivindicação política desses grupos. Essa questão foi discutida pelas duas conselheiras do Colegiado de Patrimônio Imaterial, Nedi Locatelli, quando se refere aos “não digitais”, e para Danielle Alves, quando se refere a não participação de mestres e detentores de saber em alguns colegiados.

Se pensarmos sobre o ponto de vista da qualificação desses conselheiros, num grupo em que há hegemonia de mediadores e pesquisadores, os detentores de conhecimento tradicional sentem-se confortáveis no diálogo com técnicos, acadêmicos, pesquisadores? Num processo eleitoral, como para o Conselho Nacional, há isonomia de oportunidades? Há criação de critérios inclusivos? Ou todos disputam a vaga de conselheiro de forma igual? O que foi percebido nos Fóruns Setoriais é que o princípio da igualdade, todos se inscrevem de forma igual, reforçou a histórica diferença entre esses sujeitos.

Na mesma perspectiva levantada por Danielle Alves, João Cristoff, conselheiro do Colegiado de Arquivos, em entrevista, afirma que a eleição foi: “Burocrática, excludente, porque a sociedade em geral não é fomentada a participar e o que vemos é 99% de servidores públicos discutindo a cultura pela maioria.” Porém, Cristoff pondera: “Ainda assim tem avanços porque o Ministério da Cultura é um dos poucos que escuta esta parcela da sociedade”. O representante do Setorial de Arquivos ainda reforça que a eleição presencial seria ideal, considerando a diversidade geográfica que possui o Brasil.

Acredito que para o Conselho Nacional a eleição deve ser presencial, sobretudo pela importância do pleito e por que neste Brasil tão diferente seria inocência entender que a banda larga do sudeste funciona da mesma forma que na região norte. Além disso, caso fosse virtual, dever-se-ia ter um acompanhamento do MinC, o que atualmente este Ministério não dá conta de realizar. (CRISTOFF, 2014)

Quando discutimos anteriormente o empoderamento dos detentores de saberes tradicionais, contrapomos o discurso de que ainda há uma discussão da cultura pelos servidores públicos. E isso ficou evidente nos Fóruns Setoriais. Devemos considerar as interfaces que o processo democrático traz no seu bojo. E quais os empecilhos da democracia participativa e representativa para determinadas categorias e agentes culturais. Os conselheiros de cultura, ao serem entrevistados, em seus múltiplos setores, são sujeitos que transitam entre a academia, pesquisa, movimentos sociais e culturais.

Isso é uma característica da organização dos movimentos tradicionais e dos novos movimentos que surgem atualmente em rede, em coletivos. Muitos estudantes universitários estão inseridos nesses grupos, assim como muitos pesquisadores e professores se incluem no cenário cultural e social a partir de suas pesquisas. Há uma forte organização de alguns movimentos, principalmente na área de patrimônio cultural, museus, espaços de memória e arquivos. Movimentos predominantemente ocupados por trabalhadores do setor cultural e do serviço público nessas áreas específicas.

Porém, os agentes culturais e gestores não necessariamente são autorizados por esses grupos, historicamente marginalizados ou aliados da política cultural, para representá-los, mas são eles que por meio da pesquisa acadêmica fazem levantamentos de inventários, projetos de extensão, trabalhos de campo e se tornam, na prática cotidiana, uma espécie de mediadores entre o poder público e os detentores de saber. Muitas vezes, e efetivamente, os mediadores e produtores culturais fazem uma transição entre o conhecimento tácito para o formal, auxiliando ou orientando a participação de determinados grupos em editais, pesquisas, entre outras, auxiliando, inclusive, no mapeamento de grupos que corriam risco de desaparecimento.

Por isso, esse debate é amplo e não se esgota definitivamente aqui. Mas, não tínhamos como não discuti-lo, principalmente frente a tudo o que foi levantado no segundo capítulo sobre a história dos conselhos de cultura no Brasil e a noção construída de patrimônio cultural e a dimensão simbólica da cultura.

Na etapa presencial dos Fóruns Nacionais Setoriais em Brasília, no Colegiado de Patrimônio Imaterial, a plenária aprovou prioridade para a eleição de conselheiros detentores de conhecimentos tradicionais dos saberes e fazeres, mestres e mestras da cultura popular, das manifestações e expressões culturais. Foi um entendimento e acordo coletivo numa plenária específica. No rol das escolhas e dos votos para os conselheiros, seria considerada essa tipologia de representação como prioritária. Porém, por falta de conhecimento e por ausência de um processo mais facilitador e inclusivo, nas etapas virtuais, muitos detentores de saberes e fazeres (mestres e mestras da cultura popular) desistiram do cadastramento de seus nomes na plataforma virtual.

Isso foi muito percebido pelos conselheiros eleitos. O conselheiro Nivaldo Alves da Silva, do Colegiado de Artesanato, relata que não desistiu, mas teve de enviar pelo correio sua documentação, pois teve dificuldades de anexá-las: “Meu processo de inscrição foi

desgastante, pois 24h, antes do término das inscrições pela internet, o sistema deu-se por encerrado. Precisei entrar em contato com o Ministério da Cultura, na pessoa de João Peixe, o qual me agradeceu, mesmo assim enviei toda minha documentação por sedex para o MinC.” (SILVA, 2014). Nivaldo acrescenta que no resultado final da eleição, o Colegiado de Artesanato conseguiu eleger somente 11 representantes da sociedade civil, quando no total eram 15 titulares e 15 suplentes, ou seja, 11, num total de 30.

Alguns conselheiros reclamaram da condução mais burocrática do sistema virtual, ao gerar uma impessoalidade no processo de inscrição e debate das ideias. E isso tudo se materializou no esvaziamento e na ausência dos candidatos em determinados lugares, setoriais e regiões. A conselheira, Danielle Alves, acredita que houve um rompimento no modelo de gestão do Ministério da Cultura, e isso, fatalmente se reproduziu no conjunto de ações e políticas culturais a qual o Ministério estava envolvido, como o próprio processo eleitoral do CNPC.

Porém, a participação insuficiente de determinados setores colegiados e também a irrisória participação de alguns estados nessa primeira etapa de eleição para Conselheiro Nacional, cumprida em etapa virtual, foi muito sentida pelos conselheiros nas plenárias em Brasília. A desmobilização restringiu a escolha dos representantes nacionais ao número de inscritos, deferindo o número de candidatos independentemente da sua votação. Por isso, candidatos foram eleitos com seu próprio voto.

Literalmente, houve participação tímida de alguns estados, que por não possuírem movimentos culturais articulados, conselheiros que atuaram como mobilizadores sociais, ou por desconhecimento ou negligência com as políticas públicas de cultura, ou a não aderência ao Sistema Nacional de Cultura, acabaram por não participar do processo de eleição. Um bom exemplo nessa questão foi o Colegiado de Patrimônio Imaterial, que teve cinco representantes eleitos de Santa Catarina (um detentor de conhecimento, dois mediadores e dois produtores culturais). Ressaltando que cada colegiado atingiria no final do processo eleitoral, 15 conselheiros suplentes e 15 suplentes diretos. Ao todo seriam trinta representantes da sociedade civil para cada Colegiado Nacional.



Figura 6 Foto da primeira reunião do Colegiado de Patrimônio Imaterial, em Brasília, 2013.

Foto: (SOUZA, 2013)



Figura 7 Reunião da última reunião do Colegiado do Patrimônio Imaterial em Brasília, 2014.

Foto: (SOUZA, 2013)

**Tabela de Candidatos por Setorial e Estado**

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Arquitetura e urbanismo		2														1	2						2		1	
Arquivos			1					2	3		1			2	1	2		5				4	1			
Arte digital					1	4	1							2								2			3	
Artes visuais					5		2	1			1		1	6	2	4	1	1	6	1		1	2		5	
Artesanato		2							1							2		1			3	3			2	1
Circo		1			1			1			3	2					1	3				1	3		3	
Culturas afro brasileiras		4			3						3			7		2		3				3			5	1
Culturas dos povos indígenas	3	4												2			1								5	
Culturas populares		5	2	1		3	3	1	1	3				4				3			3	2	4		4	
Dança	2	4	2		3	3		2	1		2			4	1	4	3	1			1	2	2		1	
Design		2			3	2	1	3	1		3			3	3	2	4	1					3		4	
Livro, leitura e literatura		3			1	2	3		3	2	2	2		2	1			4				6	3	2	8	
Moda		3			1										5			1				2	2		2	
Musica		6			5	2								3		1	2	4				3	3		9	1
Patrimônio imaterial		2			3			1			6			1				1					5		4	
Patrimônio material		3											2								1		1		1	
Teatro	1	4	2	3	3	1		1	2		2		1	2		5	2	2	1		2	3	4		3	
Total	06	43	07	04	29	17	10	12	12	05	25	04	04	38	13	23	16	30	07	01	10	31	35	02	60	03

Figura 8Tabela 03

Fonte<sup>72</sup>: (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)

Essa tabela demonstra a desigualdade de distribuição espacial, política e geográfica que é o Brasil. E isso se reflete no âmbito cultural quando analisamos o total de votos, por exemplo, de Rondônia, que só teve um candidato na área de artes visuais, ou Tocantins, que teve três candidatos, um na música, um no artesanato e um na cultura afro-brasileira. Ainda percebemos uma grande concentração de candidatos nas regiões Sudeste e Sul. As divergências políticas, entre os partidos que comandam os estados e municípios, podem também interferir nessa baixa mobilização social das representações regionais e estaduais para os conselhos de políticas públicas. Porque, mesmo não existindo os debates públicos oficiais proporcionados pelo MinC, os estados e municípios poderiam promovê-los em suas instâncias participativas, como ocorreu em alguns estados.

<sup>72</sup> Dados compilados pela autora a partir das informações coletadas no: Ministério da Cultura. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC: 2012. <http://cnp.cultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

### GRÁFICO ELEITORES POR SETORIAL

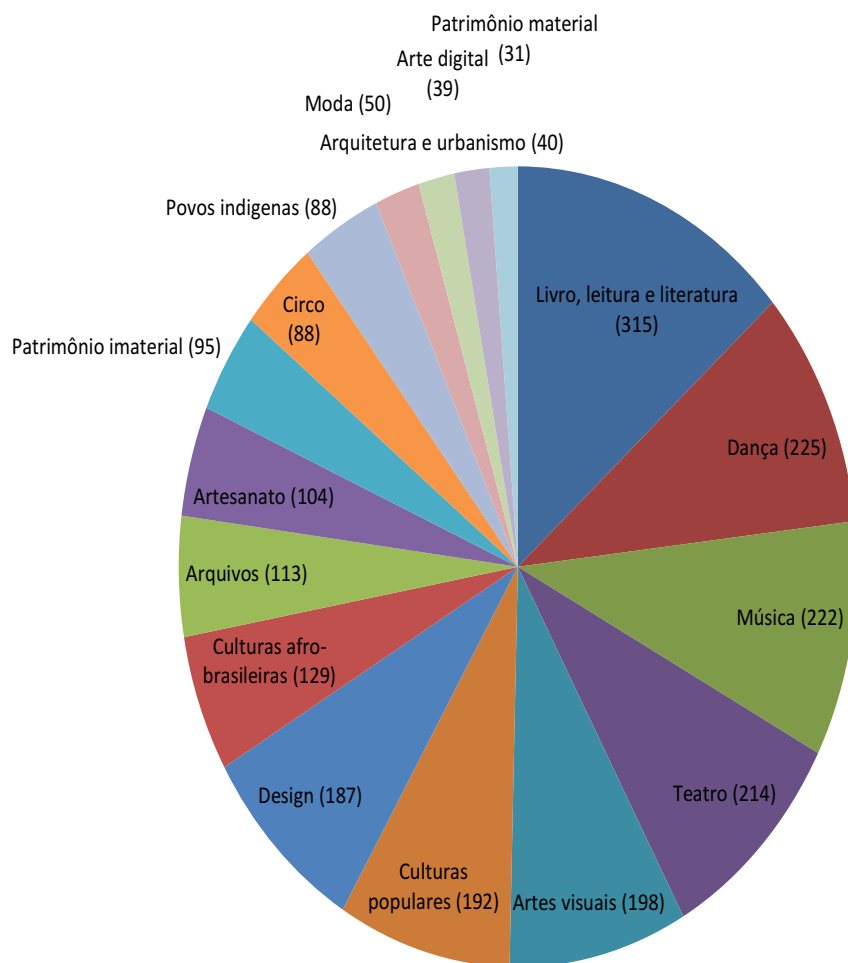


Figura 9 Tabela 04

Fonte<sup>73</sup>: (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)

O gráfico acima demonstra que o poder mobilizatório foi uma consequência conjunta de inúmeros fatores, alguns historicamente construídos, outros politicamente mais fortes e articulados. Percebemos que as áreas mais disputadas são Livro, Leitura e Literatura, Dança, Música e Teatro.

Essas áreas, historicamente, são as mais organizadas sob o ponto de vista cultural e comercial. Inúmeros editais, festivais são abertos anualmente. E há uma concentração de trabalhos nessas áreas que são divulgadas nos veículos de comunicação. Isso não significa que nossos conselheiros eleitos sejam representantes desse clã cultural, mas, é percebido, que em

<sup>73</sup> Dados compilados pela autora a partir das informações coletadas no: Ministério da Cultura. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC: 2012. <http://cnpccultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

determinadas áreas, há organização corporativa. E reflete-se na organização e ocupação de certos espaços públicos.

Por isso, torna-se uma evidência que a indústria editorial queira ocupar espaço na institucionalização de políticas públicas na área de Livros, Leitura e Literatura. Este foi o Colegiado que mais conseguiu eleitores: 315 eleitores; o Setorial da Dança obteve 225 eleitores, Música 222 e Teatro 214, foram, conseqüentemente, os mais articulados. Podemos realizar suposições acerca dessa articulação. Porém, isso requer um estudo mais aprofundado, para não cometermos injustiças históricas. No campo das artes profissionais, a dança, a música e o teatro são as áreas de trabalhadores da cultura que mais atuam no campo formal de grupos, coletivos, bandas, companhias e editoras. Um estudo acerca do perfil desses agentes, ou do perfil de grupos que são beneficiados por editais públicos ou mecanismos de mecenato, podem elucidar esse debate.

Por outro lado, temos as Artes Visuais com 198 candidatos, Culturas Populares com 192 e Design com 187 eleitores. Se analisarmos a quantidade de editais que anualmente são elaborados e publicados para a área de Artes Visuais, com mostras artísticas, veremos que essa mobilização pode ser justificável sob essa análise.

Já no setor de culturas populares, depois que o Iphan instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial pelo decreto 3.551/2010, percebem-se ações e debates em torno dessa questão, a exemplo da criação da Rede de Culturas Populares<sup>74</sup>, com sua Carta de Princípios, aprovada em 2012, que possui um *mailing* com mais de 2000 contatos e com propostas de encontros bianuais que auxilia pontualmente para a organização dos mestres e mestras da cultura popular.

O Setor de Design, como Colegiado, foi criado recentemente no CNPC, e ainda está em organização no campo das artes, e em expansão no meio acadêmico. Vem se reafirmando e se articulando também em redes e coletivos. A luta dos trabalhadores designers para regulamentar seu ofício pode explicar de certa forma esse número de candidatos na eleição dos membros do Colegiado Setorial.

O Setor de Arquivos ainda é uma área de atuação de servidores públicos ou profissionais que transitam da academia para centros de pesquisa e memória. Apesar do setor de arquivos ter uma cadeira no CNPC, instituições como o Arquivo Nacional está institucionalmente ligado ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Cultura. Mesmo nossos arquivos públicos, estaduais e municipais ainda estarem na sua ampla maioria ligados

---

<sup>74</sup> Sobre a Rede de Culturas Populares. Ver: <http://culturaspopulares.org.br/carta-de-principios/>

institucionalmente às secretarias de cultura nos estados e municípios. Uma parcela dos profissionais de arquivos possui articulação corporativa com o Conselho Nacional de Arquivos – Conarq. O que facilita também sua organização política.

O setor de Artesanato já é um pouco mais articulado com a Cultura popular, seguindo as duas faces artísticas do patrimônio cultural, como o artesanato de referência e o artesanato de design. Os setores que tiveram um número abaixo de 100 candidatos são, justamente, setores subdivididos em áreas e subáreas, que fazem parte da vértebra de outras áreas correlacionadas, como o caso de Patrimônio Cultural, Material e Imaterial, e Arquitetura e Urbanismo.

Como os Fóruns Setoriais Nacionais poderiam auxiliar no processo mobilizatório desses segmentos? Lembremos o que nos informou Arthur Leandro, quando disse que ele poderia ter se inscrito em vários setoriais porque sua área de atuação tergiversava em múltiplos colegiados.

Será que as 17 cadeiras colegiadas no Conselho Nacional de Políticas Culturais auxilia no processo de afirmação e reconhecimento desses setores? Esses segmentos são pela sua gênese e ontogênese, um processo afirmativo. Fortalecem ou podem enfraquecem as políticas públicas de acordo com a atuação dos conselheiros e de suas representações. Acreditamos que fortalecem, muito mais que fragilizadas no processo, mas, para isso, deve haver um trabalho intercolegiado e transdisciplinar.

Essas questões por si não explicam a baixa inscrição de candidatos nos setores de Patrimônio Imaterial - 95 eleitores, Povos Indígenas - 88 eleitores, Circo - 88 eleitores, Moda – 50 eleitores, Arquitetura e Urbanismo – 40 eleitores, Arte Digital – 39 e Patrimônio Material -31 eleitores. Mas, talvez essa provocação ajude a entender a baixa adesão ao processo eleitoral se considerarmos que para um País como o Brasil, rico culturalmente, uma representação de 315 eleitores, por mais alta que seja, não possui expressividade geográfica, tampouco numérica.

Num contexto de elaboração, monitoramento e desenvolvimento das políticas públicas em âmbito nacional, é necessário, como já foi apontado pelos conselheiros entrevistados, repensar as estratégias mobilizatórias. Ao mesmo passo, há desconhecimento das políticas públicas e dos mecanismos de participação e representação democrática na área da cultura, porque ainda são poucos os estados e município que existem Conselhos de Cultura organizados ou fundações culturais ou secretarias de cultura que estejam em adesão com o

Sistema Nacional de Cultural. E adesão, não significa implantação de diretriz e marcos regulatórios de políticas públicas conforme os preceitos nacionais do SNC e PNC.

As secretarias de cultura ainda sofrem os resquícios de governos autoritários, e ainda estão atreladas ao esporte, turismo e, em alguns casos, educação, como é o caso da Fundação Catarinense de Cultura – FCC- que se vincula institucionalmente à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, apesar de possuir um Conselho Estadual de Cultura e de ter sido uma das primeiras a aderir ao Sistema Nacional de Cultura e estar desenvolvendo seu Plano Estadual. Todavia, a FCC ainda não conseguiu desvincular-se financeiramente, nem administrativamente, de uma secretaria ligada ao turismo e ao esporte.

Por isso, as preocupações apontadas por alguns conselheiros são cruciais para entendermos o esvaziamento em algumas regiões e até mesmo o absenteísmo de candidatos e conselheiros em algumas áreas. E a ausência de comprometimento de alguns estados e municípios em auxiliar no processo de eleição dos Fóruns Nacionais Setoriais, como um mecanismo imprescindível de política pública para representação e participação da sociedade civil, justifica-se de certa forma, se não há entendimento, não há compromisso em validar mecanismos democráticos.

Os 15 Colegiados participaram do processo eleitoral em 2012, com exceção de museus e audiovisual que possuíam fóruns próprios de eleição.<sup>75</sup> Os Fóruns Nacionais Setoriais teriam, no final do processo, mobilizado aproximadamente 450 conselheiros eleitos para todos os 15 Colegiados. Cada Colegiado totalizaria 30 conselheiros, se assim eleitos fossem os titulares e suplentes. O resultado seria 510<sup>76</sup> conselheiros para uma gestão de dois anos.

Com exceção da eleição presencial em Brasília, em plenária específica, que cada Colegiado faria para a indicação de dois membros (titular e suplente) para compor a representação do Colegiado Setorial no Conselho Nacional de Política Cultural CNPC. Desta forma, a importância de todos os Setoriais é caracterizada por serem como instâncias do CNPC, e possuírem a incumbência de discutir, elaborar, monitorar e compor as políticas públicas junto ao MinC. Logo, a representação maior dos Colegiados é o CNPC, cuja plenária maior seria a Conferência Nacional de Cultura.

A conselheira Danielle Alves reitera em sua fala que houve um enfraquecimento desde 2011, e acrescenta que a eleição virtual contribuiu para esse problema de mobilização territorial para determinadas representações. Isso se pode perceber na troca ministerial e

---

<sup>75</sup> Por isso, não estão exemplificados nessas tabelas. Ao todo são 17 Colegiados Setoriais.

<sup>76</sup> Contando museus e audiovisual.

também das pastas do governo que também eram alteradas periodicamente no MinC, consequentemente, enfraquecendo o repertório de quem estava desde 2003 no processo, como os próprios representantes do governo na plenária CNPC.

Acho que a última eleição para a renovação dos Colegiados e do CNPC reflete o novo modelo de gestão pública e política da cultura. O projeto construído nos anos anteriores (de 2003 a 2010) teve o compromisso com o novo e com a ruptura. Trouxe o que era preciso para a política pública: as vozes de quem vive da cultura e na cultura – principalmente, popular. Todavia, sinto um enfraquecimento desse modelo desde 2011. E a eleição virtual corroborou com tudo isso. Veja, em quase 10 anos de trabalho com mobilização social, quase sozinha em muitos momentos, e sem recursos financeiros suficientes, consegui com parceiros, lideranças comunitárias e prefeituras municipais, formar redes sólidas de pessoas comprometidas com a política. Preenchemos salas inteiras para audiências, seminários, cursos, construção de planos regionais e municipais. E, ao ver que, muitos Colegiados deixaram de ter, inclusive, candidatos e representantes de macrorregiões inteiras (ou seja, nenhum estado de dados territórios participando), vejo que é algo grave e realmente sintomático. Uma política nacional, com esse furo de representação, mostra o tamanho da má estratégia empregada. (ALVES, 2012)

Se a estratégia de eleição, advogada pelo MinC, foi equivocada, ela é uma das responsáveis tanto pela baixa participação quanto pela má condução do processo eleitoral, e pelo esvaziamento das representações regionais. Materializada na não participação de determinados setores principalmente os segmentos historicamente alijados do processo democrático de qualquer natureza, como os indígenas, povos ciganos e de matriz africana, que tradicionalmente, na política brasileira, são tratados dentro da ótica da invisibilidade social. Não são vistos, nem ouvidos, nem tampouco assistidos.

E a própria história social passa por uma transformação também semântica, porque dentro de muitas comunidades/territórios, muitos pesquisadores adentraram para realizar suas pesquisas antropológicas, sociais, históricas. E muitos grupos foram socialmente organizados por esses atores externos, como historiadores e antropólogos. E essa também é uma questão a ser pensada quando discutimos os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012. É muito mais fácil para determinados grupos intelectuais ocuparem determinados cargos, como uma posição de conselheiro nacional, por exemplo. Os grupos que não conseguiram ou foram excluídos desse processo eleitoral, organizados, ou não, poderiam reivindicar do Estado novas condições para incluir agentes culturais que não possuem acesso político em alguns mecanismos participativos.

O absenteísmo pode ser analisado pela sobrevivência desses grupos. E daí a sobrevivência não é só política, é social, econômica, passa por uma questão maior. Citamos o caso da Mestre do Cavalo Marinho. Que entre a participação política institucionalizada e a luta pela sobrevivência, provavelmente, ela escolherá objetivamente aquilo que garante suas condições materiais de existência, aquilo que de fato para ela é mais importante, seu trabalho.

Em 2013, aconteceu o Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, em São Paulo, no Sesc Itaquera. No evento foi organizado um encontro com mestres da cultura tradicional, acadêmicos e agentes culturais das mais variadas formações e escolaridade em uma oficina sobre Cartografia Social, promovida pelo professor da UNB, Dr. José Jorge de Carvalho. Em um determinado momento, o professor perguntou a uma mestra da cultura popular do Cavalo Marinho sobre como ela pensava ser o trabalho de cartografia com os mestres da cultura popular. E o professor, indagou como poderia ser realizado um inventário na comunidade sob o ponto de vista dela. Ela respondeu, sem titubear – “tem que chamar um produtor”. Então, o professor novamente perguntou: “mas será que vocês não teriam condições de fazer esse trabalho? Os mestres poderiam fazer o reconhecimento, a indicação das manifestações culturais dos outros mestres, aprendizes. Para a identificação dessas manifestações no território em que o Cavalo Marinho esteja inserido”. A mestra de Pernambuco, novamente respondeu dessa vez com um pergunta: “Mas, a gente trabalha no corte da cana, como iremos fazer isso”?<sup>77</sup>

Essa historietta serve para adentrarmos na discussão do trabalhador da cultura e na sua sobrevivência. No caso das políticas públicas, é essencial pensarmos na condição material e social de determinado grupos e agentes culturais para pensarmos sua estratégica participação no debate de políticas públicas.

Como fazer dentro do campo das políticas culturais com que o brincante do cavalo marinho seja considerado um trabalhador cultural, e não somente um agente que manifesta sua cultura, numa base “folclórica”, como já advertia Gil em seu discurso de posse em 2003?

Se um cantor de ópera é respeitado como um trabalhador da arte, porque um cantador ou brincante de cavalo marinho ainda precisa trabalhar na roça, no corte da cana para

---

<sup>77</sup> Essa história aconteceu no Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, em São Paulo, no Sesc Itaquera. Como participamos desse Curso, fizemos aqui, um relato oral, das nossas lembranças do acontecido, o debate do professor José Jorge de Carvalho, UNB com a mestra do Cavalo Marinho.

sobreviver, se sua atividade é considerada patrimônio cultural imaterial, como celebração e expressão cultural do nosso País?

Quando o Ministério da Cultura convoca os novos sujeitos sociais e culturais para discutir políticas públicas, como a eleição do Conselho Nacional de Cultura, por que alguns grupos se fazem presentes e outros não? Dentro desse voluntariado e espontaneidade, de politização e desconhecimento, de grupalização e isolamento, de representação e autorização, de participação e organização social, de *advocacy* e autorização, quem deveria estar na composição do Conselho Nacional de Cultura, a mestra do cavalo marinho ou o produtor que intermedia o trabalho da mestra com as esferas públicas, com preenchimento de editais e outros mecanismos institucionais de cultura?

O acesso ainda deve ser pensado e reivindicado além da abertura de vagas, ou cadeiras nos setoriais, ou nos conselhos de políticas públicas. O Estado deve garantir o acesso à participação. Não podemos mais pensar políticas públicas para determinados grupos ou parcelas da população sem incluirmos esses sujeitos na elaboração e na condução, fiscalização e controle público delas.

Novamente entramos na dissociação do trabalho intelectual e trabalho braçal que existe também no meio cultural. Um executa, outra elabora, um divulga, outro produz, um participa, outro é representado. Essas são questões para um trabalho acadêmico mais profundo que perpassa esses mecanismos de autorização e responsividade nos movimentos culturais que possuem assento no Conselho Nacional de Política Pública, e a própria discussão de redes de incidência e *advocacy*, que Scherer-Warren (2011) analisa na criação de uma demanda que impulse ou fortaleça uma rede de movimento social na área da cultura.

Esta é uma pérola dentro de uma ostra a ser descoberta. Esse será, provavelmente, um dos desdobramentos da continuação dessa pesquisa, que além de encontrar respostas para algumas dúvidas e hipóteses iniciais, encontrou mais indagações do que certezas. A história da política cultural e a história dos conselhos de cultura no Brasil ainda são campos vastos a serem desvelados. As prerrogativas e as interlocuções desse trabalho servem para pensarmos a democratização de instituições políticas participativas do Estado, como o Conselho Nacional de Política Cultural, que se fazem necessárias para aproximar novos e velhos sujeitos, intelectuais, agentes culturais detentores, mediadores, fazedores e trabalhadores da cultura brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa monografia sofreu inúmeras transformações no decorrer do Curso de Especialização. Conforme as disciplinas eram oferecidas e cursadas, novas apreensões teóricas eram desenvolvidas para o aprimoramento das análises do movimento social no campo teórico conceitual. Por isso, indagações teóricas e aflições práticas surgiam durante todo o processo de pesquisa, que é, sobretudo, dinâmico e fluído. O processo de pesquisa é solitário em um determinado momento e partilhado em outro. Processo comum a todos que ousam refletir sobre nossa história e os movimentos culturais, a partir de seus poleiros de existências, parafraseando Hobsbawm.

Entre a pesquisa, o objeto de estudo e as condições materiais de sobrevivência, há antagonismos que são evidenciados no caminho de se fazer a pesquisa. Por isso, inicialmente tínhamos uma ideia de pré-projeto que foi, na medida do possível, sendo qualificada conforme as orientações da professora doutora Rebecca Abers. Suas contribuições foram provocadoras e nos ajudaram a formular um texto menos prolixo e mais didático. Outras sugestões, alterações e adaptações foram incorporadas ou literalmente abandonadas durante o processo de pesquisa. Todavia, esses são os percalços da pesquisa acadêmica e são as dificuldades de se trabalhar com a história do tempo presente, porque a conformação híbrida e paritária do Conselho Nacional de Política Cultural ainda é um movimento recente na história das políticas públicas no Brasil.

Sentimos necessidade de refazermos o percurso teórico para aprofundarmos determinados conceitos que são das Ciências Políticas e que para nós ainda soam novas no campo da história. Mesmo assim, tentamos correlacionar conceitos históricos com conceitos analíticos e categóricos das Ciências Políticas e da Sociologia, durante o desenvolvimento da pesquisa. Sempre a partir da nossa empiria no movimento social e cultural.

Havia uma ansiedade de se conjugar análise teórica com a pesquisa histórica, primeiro porque nossa área de formação é História, segundo, porque não teríamos como discutir metodologicamente os pontos nodais da política cultural e da democracia participativa na área da cultura sem analisarmos as categorias de análise da teoria e história política.

Com essa desconstrução histórica sobre o mito da democracia de raças, podemos perceber o quão impactante foi o discurso de Gil ao tomar posse no Ministério da Cultura. Um ministro negro na direção de um ministério, ocupado sempre por uma elite de intelectuais, brancas e eruditas, sua atuação dentro de uma “aplicação antropológica da

cultura” foi emblemático. Demonstra o rompimento histórico com *status quo* da segregação cultural e racial no Brasil, vista dentro dos conselhos de cultura.

Muitas fontes documentais registaram e refletiram esse processo histórico. Muitos estudos<sup>78</sup>, pesquisas e análises de teóricos, universidades e grupos de pesquisas, assim como estudos de brasilianistas, concatenam esse direcionamento das políticas culturais no Brasil, pós-democratização e após a Constituição de 1988, e principalmente, pós-eleições presidenciais de 2002 na área da cultura. Essas análises tentam compreender, descortinar e desvelar como se construiu a noção de cultura no governo Lula e como se processou a institucionalização das políticas culturais em instrumentos legais e diretrizes norteadoras, como o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura – Lei n. 12.343/2010 como direitos constitucionais.

Já na literatura política e sociológica, temos inúmeros trabalhos que analisam os conselhos públicos e suas performances perante o Estado<sup>79</sup>. O Estado da arte, nesse campo ainda transita entre as ciências políticas e a sociologia. Para a história, ainda é um campo a ser desvelado. Para o historiador do tempo presente, há ainda uma complexidade intersubjetiva de se trabalhar o tempo histórico e entender os homens que produzem esse tempo, por isso uma história da democracia política contemporânea se faz necessária. Vivemos em uma sociedade profundamente midiaticizada, as informações percorrem velozmente os meios de comunicação e a apropriação e interpretação dessas narrativas propagadas pelos veículos de comunicação não essencialmente são instrumentos que potencializam o debate público sob os vários ângulos e perspectivas democráticas das notícias, mas incorrem, muitas vezes, em um vislumbre perverso que perpassa os valores, ideologias, contextos e disputas de poder, criando uma relação extremamente implexa e discutível na atual sociedade.

Inevitável discutirmos as tessituras do processo democrático à luz dos referenciais teóricos, que nos ajudam a pensar o Conselho Nacional de Política Cultural conforme suas variações democráticas. A linha que separa a democracia de baixo nível para uma democracia

---

<sup>78</sup> Importante destacar o trabalho do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), ligado institucionalmente à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse Centro congrega pesquisadores da área da cultura dentro do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (mestrado e doutorado). Possui projetos e linhas de pesquisa em Políticas Públicas, Democracia e Conselhos de Cultura. O Cult foi fundado em maio de 2003.

<sup>79</sup> Nesse caso, uma importante referência de pesquisa acadêmica atual é o Projeto de Democracia Participativa, Prodep, que está vinculado institucionalmente à faculdade de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais e desde 2010 realiza, em parceria com a Secretaria da Presidência da República, o Programa de Capacitação de Conselheiros Nacionais, desenvolvendo inúmeros estudos e pesquisas sobre a democracia participativa e representativa no Brasil.

de alto nível é muito tênue nesses processos participativos e representativos. Ao mesmo passo, surgem resistências e mobilizações que redesenham o processo político.

Quando arquitetamos o Primeiro capítulo: **Nas tessituras do processo democrático**, pensamos em subdividi-lo em três seções:

- 1) Democracia de alta e baixa intensidade: apontamentos necessários;
- 2) Sobre representação e participação na democracia de alta intensidade: O processo de mobilização social, *advocacy* e *accountability* societal;
- 3) O processo de mobilização social: a corresponsabilidade necessária.

Essas três seções tinham como escopo analisar o processo democrático pelo ponto de vista da história do pensamento político e sociológico, assim como trabalhar conceitos e variáveis que foram identificando processos de estabelecimento da democracia de baixa e alta intensidade no século XX antes e pós a redemocratização do Brasil. Esses estabelecimentos foram trabalhados como processos históricos e dinâmicos, conforme os governos que os implantavam. Assim como os conselhos de políticas públicas, paritários e híbridos, foram tratados aqui, como uma característica desse novo momento democrático, principalmente no Brasil, a partir da Constituição de 1988.

Também dentro dessa perspectiva da democracia de alta intensidade, analisamos nesse primeiro capítulo a democracia em suas múltiplas variáveis. Assim, apontamos que a representação e participação social, isoladas, não garantem a alta intensidade da democracia. É necessário um conjunto de variáveis que a tornem mais democrática, mais participativa e mais inclusiva. As categoriais de *advocacy* e autorização, e *accountability* societal, foram as formas conceituais que discutiram as interfaces e organizações a partir da representação e participação dos conselheiros nos processos democráticos. Se para falar em nome de, é necessário ter autorização social e política de determinados grupos, é também relevante que esses grupos estejam organicamente atentos para a representação e participação dos seus representantes, por isso a *accountability* interfere e dinamiza o processo democrático, criando uma incidência mobilizatória e uma corresponsabilidade política.

O segundo capítulo: **Conselho Nacional de Política Cultural, uma fabricação de sentidos**, foi dividido em três seções:

- 1) Conselho Nacional / Federal de Cultura;
- 2) Conselhos públicos e cultura como direitos constitucionais;
- 3) Dimensão simbólica da cultura: De Mário de Andrade a Gilberto Gil

Não teria como adentrarmos na história desses movimentos culturais sem analisarmos a criação do Conselho Nacional de Cultura como um marco histórico da década de 1930, na construção de uma brasilidade pautada na diversidade cultural, no folclore e na suposta convivência cordial dessa brasilidade. Uma cordialidade cultural e folclorizada, proferida pelos pensadores da primeira metade do século XX, que faziam parte desses conselhos como convidados pelos governos a pensarem o Brasil. Urgia a responsabilidade de concatenar historicamente as duas frentes de pesquisa, até porque, costumeiramente se faz, na historiografia, alusão à criação do Sphan, em 1937 e não ao Conselho Nacional de Cultura, em 1938.

Todavia, tentamos reforçar a origem do Conselho Nacional de Cultura como uma ação consequente do movimento modernista brasileiro que, na sua essência, imprimiu novas discussões sobre a dimensão simbólica de cultura. Visões arquitetadas por Mario e Oswald de Andrade e retomadas por Gil e Juca Ferreira nos anos 2000 como questão tridimensional – alicerçada nas dimensões simbólica, econômica e cidadã.

Como metodologia de pesquisa, tentamos traçar estratégias que dessem conta de trazer o percurso das políticas públicas no governo Lula e na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira, e problematisassem esse arcabouço legal com a implantação do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2005, como uma das frentes do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura. Que foram patenteados na Constituição Federal de 1988, por meio de emendas constitucionais, como uma política de Estado e não de governo.

Tentamos também trazer, para o debate teórico, que os conselhos de cultura fazem parte desse movimento histórico de reivindicação e implantação da democracia no Brasil. E como resultado histórico, passou da democracia de baixa intensidade para inúmeras configurações organizacionais e políticas até chegarmos no atual desenho do Conselho Nacional de Política Cultural com 17 Setores Colegiados.

O terceiro capítulo: **Fóruns Nacionais de Cultura – 2012 - as artimanhas de um processo eleitoral**, foi dividido nas seguintes sessões:

- 1) CNPC –as vicissitudes de um jogo democrático;
- 2) Revisitações do processo eleitoral do CNPC;
- 3) Dos conselheiros eleitos;
- 4) Trajetória versus perfil versus militância = atuação;

- 5) Processos participativos e empoderamento;
- 6) Fóruns Nacionais Setoriais de 2012;
- 7) As artimanhas do processo eleitoral e estratégias de mobilização;
- 8) O processo eleitoral sob o olhar dos conselheiros.

Esse capítulo contém múltiplas seções porque nosso exercício acadêmico de análise do processo dos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, como um instrumento de eleição dos conselheiros nacionais de cultura, era mais do que análise do processo eleitoral. Mas, sim, demonstrar que existia uma base histórica de representação simbólica do que era antigamente o Conselho Nacional de Cultura, e a transformação do que foi a introdução dos conselhos híbridos e paritários na história da democracia brasileira, principalmente, no movimento cultural não só como um movimento político e social, mas como um movimento dinâmico e antagonico que trabalhasse a diversidade e multiculturalidade brasileira ainda em construção.

Por isso, fizemos uma opção metodológica de discutirmos as interfaces do discurso no Conselho de Política Cultural como um jogo marcado por artimanhas de disputa de poder e ocupação de espaços que pode ser percebida nas Conferências de Cultura, nos Fóruns, na escolha das representações, dos candidatos e dos eleitores de um processo participativo e representativo. E que a escolha desse caminho recebe como legado toda a construção histórica e simbólica do que foi arquitetado pelos ideólogos andradianos ou gilbertianos, que não necessariamente tiveram continuidade nas trocas de comandos de gestão para gestão. Por isso, a troca de gestão de Ana de Hollanda, em 2011, foi um dos fatores para o desencadeamento de um processo conflituoso e litigioso dentro do CNPC, com desentendimentos técnicos e políticos entre os conselheiros da sociedade civil e do governo.

Embora houvesse uma série de conquistas e inúmeros trabalhos realizados pelo Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil, continuada por Juca Ferreira, na construção de documentos importantes para as políticas culturais e o aumento significativo da participação das Conferências Nacionais, de 2008 e 2010, elas não conseguiram fazer-se refletir no processo eleitoral para os membros do CNPC em 2012. Dessa forma, não adianta existir um conjunto legal que garanta a participação e representação política se as pessoas não se sentem afetadas ou incluídas nesse processo.

Fizemos uma opção também metodológica de chamada pública para alguns membros eleitos do Conselho Nacional de Política Cultural, em alguns colegiados. O resultado dessa chamada e dessa entrevista demarcou uma personalidade a essa pesquisa, que nos mostrou, no decorrer das entrevistas e das falas dos conselheiros, um mundo de possibilidades e alcance

teórico extremamente interessante e necessário para analisarmos aquilo que discutimos no primeiro capítulo dessa monografia: as variáveis da democracia participativa e representativa. Sentimos que em todas as falas dos conselheiros vinha a angústia de uma morte anunciada. Ou seja, desde os primeiros embates dentro do CNPC, os conselheiros já anunciavam que a inscrição em uma plataforma virtual não refletia a realidade brasileira, nem tampouco, a burocracia seria bem vista pelos agentes, trabalhadores, detentores de saberes, entre outros sujeitos e movimentos culturais. Indígenas, ciganos, entre outros, não participaram do processo por conta de documentações como comprovantes de residência, por exemplo. Um processo que poderia ter sido a amálgama de tudo aquilo que desde 2003 foi construído como uma política de Estado no Brasil para a cultura, no processo eleitoral para o CNPC, mostrou-se burocrático e excludente.

Os conselheiros, como estratégia de mobilização social, ao contrário de alguns que resolveram abster-se do processo ou invalidá-lo, transformaram o processo eleitoral em um verdadeiro Projeto Mobilizador, conclamando agentes culturais e demais trabalhadores da cultura para ocuparem espaços e inscreverem-se como candidatos a conselheiros. Apesar disso, os números mostram que em lugares onde não havia a atuação de conselheiros nacionais, ou conselhos atuantes, houve praticamente um esvaziamento e um declínio do processo eleitoral de grupos identitários específicos. Mostrando ser a *advocacy* fundamental nesse processo de representação. Esses problemas puderam ser observados pela má distribuição geográfica dos votos e números de eleitores. Assim como pela soma de votos e participação das áreas culturais mais organizadas no Brasil. Também se identifica territórios historicamente fragilizados de políticas públicas, como Tocantins e Rondônia. Tradicionalmente, percebe-se concentração de um número grande de inscritos em áreas atendidas pelos editais públicos e pela distribuição de recursos, como o Sudeste e o Sul do país.

Todos os conselheiros entrevistados para essa eleição nacional, com essa magnitude, entenderam ser o processo desigual, mas o virtual poderia iniciar a inscrição, não limitá-la. A eleição poderia ser presencial em determinados lugares em que o MinC não estivesse representado, e em lugares onde ele se fazia representar com as Superintendências do Iphan, por exemplo. Porém, para a escolha dos candidatos, o debate presencial é importantíssimo. Para a esfera da política pública, é aí que se dá o estabelecimento da aprendizagem social sobre democracia participativa e representativa. As exigências de documentações e problemas na plataforma virtual, de certa forma, não só prejudicaram a inscrição como inibiram drasticamente determinados grupos de participarem do processo. Para conseguir abranger o

Brasil, na sua amplitude geográfica e diversidade territorial e cultural, é necessário manter, em alguns casos, lugares de referência, lugares de acolhimento, lugares que mobilizem determinados grupos, como os indígenas e circenses, por exemplo.

As cadeiras e as vagas abertas desses segmentos no CNPC não garantiram efetivamente a participação e ocupação política desses sujeitos. É necessário criar uma governança colaborativa, um novo desenho de organização, pautado em plano de mobilização, que torne a comunicação qualificada e a informação democratizada. O que temos, então, além de um problema teórico, é um problema político prático.

Quando contrapomos o segundo capítulo com essa discussão, entendemos que o Conselho Nacional de Cultura é uma fabricação de sentidos, e teve seu histórico marcado pela presença de intelectuais, funcionários públicos, desde 1938. Porém, também entendemos que esse movimento histórico é produto do seu tempo.

É dinâmico, antagônico, é resultado de uma correlação de forças. Entre construir um ideal de nação, um ideal de cultura, alguns ufanistas e defensores de uma democracia racial, como Gilberto Freyre, outros mais audaciosos, como Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, já a pretendiam na década de 1930, um plano e uma salvaguarda da cultura popular, pontos retomados posteriormente pela gestão de Gilberto Gil na condução do Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional e do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Porém, até chegarmos aos Fóruns Nacionais Setoriais, tivemos que fazer um percurso dentro dele para entendê-lo sob a ótica de quem entrou no processo e resolveu se candidatar. Uma candidatura atribuída por uma coletividade ou uma candidatura voluntária. As duas formas possuem imbricações políticas representativas e geram também *advocacy*.

A participação do processo não garante um empoderamento sobre ele, nem tampouco, uma ruptura com a versão tradicional de conselho, apesar do conjunto legal que o orienta para outra frente deliberativa inclusiva. Numa vertente de poder, mais horizontalizada, devemos localizar o percurso histórico das políticas culturais no Brasil durante o século XX e XXI para dialogarmos com os acontecimentos de forma dinâmica dentro de seus antagonismos inerentes a todo processo histórico.

Uma pesquisa, que inicialmente propunha contrapor os agentes culturais do governo com os da sociedade civil, depois contrapor os discursos dos dois segmentos, e analisar sob o ponto de vista do confronto, aquilo que previamente era visto como um problema e ineficiência do Estado se mostrou ao longo da pesquisa um problema que vai além das primeiras

impressões e objetivos iniciais, para uma questão mais complexa e contemporânea das políticas públicas como um todo. De que forma fazer com que os indivíduos sintam-se incluídos dentro dos processos participativos, e de que forma os governos e movimentos sociais podem auxiliar nesse processo de condução e de governança mais colaborativa, num sentido de alargamento da democracia e no adensamento da democracia de alta intensidade?

Como fazer com que os pertencimentos, as coletividades identitárias sejam trabalhadas nos múltiplos territórios existenciais, dentro dessa geografia complexa e cultural que é um país como o Brasil. E para aqueles que entraram nesse processo da democracia participativa e representativa, como os conselheiros se veem nesse processo de *accountability* societal, horizontal e vertical. Há um monitoramento público, um controle que faça com que os mecanismos de responsividade e incidência social tenham ressonância na condução e construção de políticas públicas, dos representantes para os representados?

Tentou-se mostrar aqui, a organicidade de ação daqueles que foram eleitos, e como esses observam a sua atuação, o seu movimento social, a sua militância, o seu trabalho sob a ótica da representação eleita num processo difícil, complicado. E, por diversas vezes, renegado ou silenciado por outros agentes, como o próprio poder público em determinadas regiões em que não houve um poder mobilizatório e comunicacional que conseguisse alcançar o número mais amplo possível de pessoas.

Como um representante eleito com seu próprio voto, ao se dirigir para uma eleição nacional, pode falar em nome de um grupo de pessoas ou de uma coletividade, quando não houve autorização coletiva de sua candidatura? Para democratizar a democracia é necessário fazer com que a incidência e a *advocacy* estejam presentes nas práticas sociais dos representantes da sociedade civil em conselhos públicos. Os conselheiros atuam e podem procurar ter incidência ou realizar *advocacy*. Isso pode decorrer dos seus interesses particulares ou coletivos.

Ainda vemos movimentos sociais, no campo da cultura, ocupando cadeiras em conselhos de cultura advogando em causa própria, sem entender a complexidade e a importância de se entender a cultura no seu sentido amplo, irrestrito, diverso e múltiplo. Como congregador de diferenças e promotor de aprendizagens sociais e políticas na elaboração de políticas públicas. Os conselheiros que conhecem e estudam o lastro histórico da formulação e da história da política cultural no nosso país, entendem esse processo como conquista e instituições como conselhos relevantes na proposição de política pública.

Também é uma constatação dos cientistas políticos que estudam a democracia participativa no Brasil, que no governo do Partido dos Trabalhadores, o número de conselhos triplicou, assim como houve também uma multiplicação no número de conferências públicas, em todas as esferas. E em lugares em que o PT estava à frente do executivo, houve maior empenho na mobilização pública para a eleição dos conselheiros e para a divulgação do processo eleitoral em qualquer área da democracia participativa e representativa. Isso pode ser percebido nos quesitos transparência, abertura de diálogo, acesso e estímulo à participação social e política.

Os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, com o objetivo de eleger os representantes da sociedade civil para a gestão do Conselho Nacional de Cultura do biênio 2012-2014 e para os 17 Colegiados Nacionais Setoriais, apresentaram muitos equívocos. O exemplo da eleição de 2009, não foi seguido, seu processo foi iniciado virtualmente, mas foi flexível nos campos documentais, discussões presenciais e no encaminhamento de materiais pelo correio. Conseqüentemente, os eleitores do setor votavam em seus candidatos, conforme as propostas apresentadas ou segundo os segundo os encontros presenciais e a representatividade regional indicava. Esse foi o grande debate dos Fóruns Nacionais Setoriais de 2012, a ausência de flexibilidade e ajustamento do processo às especificidades regionais pelo MinC. No processo de 2010, os candidatos, eleitos presencialmente, foram legitimados na Segunda Conferência Nacional, que também teve a incumbência de eleger os conselheiros da plenária do CNPC. Também isso foi requerido pelos conselheiros junto ao MinC em 2012.

O processo de 2012 foi inverso nesse processo e demarcou uma eleição deslocada da Conferência Nacional. Para garantir a efetividade do reconhecimento público dos candidatos eleitos pelos estados, dever-se-ia intensificar o debate público presencial nas regiões e estados. A partir daí, seriam efetuados debates setorializados e, obrigatoriamente, a indicação de candidatos por sua base de atuação. Um candidato eleito em um setor não poderia estar isolado e desconhecer a proposta dos outros candidatos eleitos pelo seu estado. O deferimento das candidaturas para o pleito nacional deveria ser aclamada em plenária estadual, ampla e aberta. Obviamente, dentro da organização social a qual o candidato pertença, esse debate já deveria ter sido iniciado, inclusive, na proposição de sua candidatura, que deveria ser indicada em um Fórum Setorial em âmbito municipal, regional ou distrital, para ser validada no Fórum Estadual, para enfim legitimar as indicações e candidaturas, já que o CNPC é uma instância de legitimidade do MinC.

Sáimos desse trabalho com mais questões, mais problemas e menos respostas. Esperamos que em vias de novas eleições para o Conselho Nacional de Política Cultural em 2015, esse fato já esteja superado e as soluções e a desburocratização do sistema sejam implantadas. Porém, entendemos que o esforço das políticas públicas para fazer valer o Sistema Nacional de Cultura e comprometer o gestor público como facilitador desse processo, também é uma tarefa de mobilização dos conselheiros. Fazer com que um processo eleitoral transcorra com eficiência e eficácia, sem ser burocrático, de forma colaborativa e com corresponsabilidade com o movimento social e os novos movimentos em rede, para ampliar as formas de mecanismos mobilizatórios. Torna-se nosso grande desafio em vias de articulação para os Fóruns Nacionais Setoriais para a eleição e gestão de 2015-2016.

Nosso interesse mais particular não no pleito em si, como inicialmente foi nosso objeto de inquietação levantado na introdução desse trabalho, mas um interesse histórico e sociológico de percebermos as estruturas e lastros culturais, políticos e intelectuais que estruturam aqueles que decidem tornarem-se representantes políticos de determinadas áreas em um Conselho Nacional de Política Cultural.

Para isso, futuramente, queremos entender quem é o personagem central dessa trama: o conselheiro. Pois foi por meio das falas e das entrevistas que esse trabalho impulsionou para um salto de entendimento político do processo cultural. A pesquisa trouxe à tona os personagens do processo, muitas vezes engolidos pelas estruturas duras da administração pública e dos encaminhamentos engessados nos conselhos públicos. São as tarefas inglórias da democracia participativa. Falar e não ser ouvido. Participar e não ser reconhecido. Representar e não ser legitimado. A democracia participativa e representativa é esse caminho tortuoso, de embates, negociações e lutas constantes de poder, para o poder, com o poder, numa redundância que chega a ser teimosia, ou quiçá esperança, num mundo de poucos com voz e muitos silenciados. Mas, se é conferido à oportunidade de as pessoas falarem, elas falam. Se lhes é proposto pensar, elas pensam. Se lhes é dada a chance de qualificar, aprender, elas aprendem e melhoram seus discursos e repertórios. Como fazer com que essa noção de antropologia aplicada esteja de fato na existência das pessoas, como no caso da mestra do Cavalo Marinho de Pernambuco, e o duelo da sobrevivência com a fruição da existência. Um a questão ontológica.

Como o sobreviver social e econômico de determinados grupos, são tratados, pelo poder público? Como garantir a sobrevivência da existência ligada a uma manifestação

cultural? Talvez, seja aí o nó desse debate monográfico. O Estado deve oferecer as condições políticas necessárias para a inclusão de determinados grupos sociais historicamente afastados, aliados, ou excluídos desses processos. Por mais que o Ministério da Cultura reorganize suas estruturas administrativas e políticas, isso não significa o acesso democrático às suas instâncias. Se não forem criadas e possibilitadas condições efetivas de sobrevivência desses grupos, não haverá participação, não haverá inclusão. Não adianta ter cotas de cadeiras para mestres e detentores de conhecimento tradicional na área cultural se eles não conseguem entrar no processo sentindo-se valorizados no total da necessidade humana, nos campos culturais, educativos, sociais e econômicos.

Todavia, o que se constata nos estudos recentes sobre a propagação e horizontalização dessas políticas, é que nem o Estado (gestores em cargos políticos ou os denominados “cargos de confiança”), tampouco os gestores de carreira (técnicos e especialistas), e os conselheiros representantes da sociedade civil, entendem a política cultural nas suas amplas categorias e múltiplas dimensões. Por isso, a importância da sua horizontalização em uma dimensão dilatada institucionalmente e transversal.

Qual é a lógica e o entendimento político e ideológico que norteia o indivíduo que decide tornar-se conselheiro, um interlocutor dentro de uma instância de debate público que é, sobretudo, um campo de litígio, um lugar de memória e, principalmente, uma instituição do qual ele é copartícipe, corresponsável, coautor e protagonista das ações que são elaboradas. Se os representantes da sociedade civil possuem esse entendimento, da instituição conselho como um micro organismo de poder e dessa responsividade pública de representar um coletivo, ou uma coletividade, é outra face de continuação dessa pesquisa.

Portanto, nosso trabalho não se encerra por aqui, mas deixa uma inquietação maior que deve ser estruturada para um futuro anteprojeto de doutoramento que nos ajude a entender melhor, não os conselhos e seus desenhos institucionais, mas o sujeito histórico em si, o conselheiro como detentor de um saber, uma prática social, um conhecimento tácito e acadêmico e o que o faz colocar-se nessa arena das políticas públicas nessa estrutura organizacional e institucional das democracias participativas e representativas. Nossas considerações finais são praticamente apontamentos futuros porque temos clareza que chegamos ao final do nosso texto com mais dúvidas e mais possibilidades de pesquisa, do que quando iniciamos nosso trabalho.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **JORNAL O GLOBO**. Em audiência no Senado, ministra Ana de Hollanda nega relação com o Ecad e confunde natureza do *creative commons*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/em-audiencia-no-senado-ministra-ana-de-hollanda-nega-relacao-com-ecad-confunde-natureza-do-creative-commons-2799612> Acesso em: 30/11/2014
- ANDRADE, Oswald. Manifesto pau-brasil. **Revista de Antropofagia**, Ano I, n. I, maio de 1928. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf> Acesso em: 26 abr.2014.
- \_\_\_\_\_. Manifesto Antropofágico. **Correio da Manhã**, 18 mar., 1924. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf> Acesso em: 26 abr.2014.
- AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1739.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1739.pdf)
- AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. **Dados** [online]. 2013, vol.56, n.1, pp. 39-68. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000100003&script=sci_arttext)
- \_\_\_\_\_. (a). **Soberania na Teoria democrática**. Programa de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte, UFMG, 2013. Vídeo aula, aprox. 09 min. 20 MB.
- \_\_\_\_\_. (b). **Restrição da soberania no século XX**. Programa de Conselheiros Nacionais Belo Horizonte, UFMG, 2013. Vídeo aula, aprox. 09 min. 20 MB.
- \_\_\_\_\_. (c). **Soberania e participação local**. Programa de Conselheiros Nacionais Belo Horizonte, UFMG, 2013. Vídeo aula, aprox. 09 min. 20 MB.
- \_\_\_\_\_. (d). **Ampliação da Participação**. Programa de Conselheiros Nacionais Belo Horizonte, UFMG, 2013. Vídeo aula, aprox. 09 min. 20 MB.
- \_\_\_\_\_. (e). **Novas experiências de participação**. Programa de Conselheiros Nacionais Belo Horizonte, UFMG, 2013. Vídeo aula, aprox. 09 min. 20 MB.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade civil Instituições Participativas e Representação. Da autorização à Legitimidade da Ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, pp 443 a 467. Disponível em: <http://www.scielo.br/>
- \_\_\_\_\_. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, vol.14, n. 1, junho, 2008, p.43-64.
- \_\_\_\_\_. & SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. **Democracia, participação e instituições híbridas**. Teoria e Sociedade (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia – UFMG). Belo Horizonte, número especial,

maio de 2005. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/57941437/Avritzer-leonardo-Pereira-Maria-de-Louder-Democracia-participacao-e-instituicoes-hibridas>> Acesso em 20/05/2014

BOARO, Marcio. Cultura não é mercadoria. **Brasil de Fato**. São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10666>

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola. PASQUINI, Gianfranco. **Dicionário de Política** – A a Z. Brasília: Editora UNB, 11. Ed., 1983.

BRAGA, Clara S.; HENRIQUES, Márcio & MAFRA, Rennan L. M.. “**As Relações Públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo**”. Anais do 3º Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Relações Públicas (ALARP). Londrina/PR, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n.º 48**, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura da Constituição. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10896633/emenda-constitucional-n-48-de-10-de-agosto-de-2005>. Acesso em 21/10/2013.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 51. 02 de maio de 2012. Estabelece o processo eleitoral para os Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural para o período de 2012 a 2014, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mai. 2012. Seção 1, p. 6.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 59. 24 de maio de 2012. Altera dispositivos da Portaria n.º 51, de 2 de maio de 2012, do Ministério da Cultura . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mai. 2012. Seção 1, p. 10.

BOURGON, Jocelyne. **Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo**. IN: Revista do Serviço Público. Brasília 61 (1): 67-96 Jan/Mar 2010.

CALABRE, Lia. Conselhos de cultura no Brasil: Algumas questões. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v.01, n. 34 147-165, 2011.

CORTEZ, Soraya. Conselhos de Políticas Públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto Cunha. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselhos no vigente modelo constitucional no Brasil: paradigma para a construção dos congêneres culturais. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

FARIA, Claudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermans, Cohen e Bohman**. Lua Nova, São Paulo, v. 49: 47-68, 2000. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, nº3, 2007, pp a 443 – 464.

FARIA, Claudia Feres & RIBEIRO, Uriella Coelho. “Entre o real e o legal: O que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos Municipais de Políticas Públicas?” In: Avritzer, Leonardo (org). **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p.57-92

FELIX, Paula. Política cultural no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Cultura. In: **Cultura & Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011. P.153-174.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Entrevista** ao Programa Roda Viva. Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/782/entrevistados/fernando\\_henrique\\_cardoso\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/782/entrevistados/fernando_henrique_cardoso_1994.htm). Acesso em: 19/09/2014

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **Joinville tem 10 representantes no Conselho de Político Cultural**. Disponível em: <https://radio.joinville.sc.gov.br/noticia/346-Joinville+tem+10+representantes+no+Conselho+de+Pol%C3%ADtico+Cultural.html> 18 dez 2012. Acesso em 16 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Cultura**. Prefeitura Municipal de Joinville. FCJ: 2013.

GARCIA, Bruno. Entrevista Francisco Weffort – nossos radicais são conservadores. **Revista de História**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 93, mai. 2003. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-weffort> Acesso em 26 abr. 2014.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais**. 10ª ed. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 121-207.

HENRIQUES, Márcio S. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. **Revista Ação Midiática** - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, v. 2, p. 15-30, 2012.

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Sociedade Civil e Participação**. Módulo 4 do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HENRIQUES, Márcio S.; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade*. In: HENRIQUES, Márcio S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 33-58.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Iphan. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos**. Brasília: DF, 2014.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KAUCHAKJE, Samira. **Solidariedade política e constituição de sujeitos**: a atualidade dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008. Acesso: [www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a06v23n3](http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a06v23n3). Acessado em 28/07/201

LAVALLE, Adrian Gurza & CASTELLO, Graziela. “Sociedade Civil. Representação e a dupla face da accountability: Cidade do México e São Paulo.” In: **Caderno CRH**, Salvador, vol. 21, n. 52, Abr. 2008. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viiewarticle.php?id=542>.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, São Paulo, v.49: 139-170, 2007.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010. 194 f.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. Conselhos de Cultura e Democratização do Estado no Brasil. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

\_\_\_\_\_. Participação Política e Conselho de Cultura: uma proposta. In: RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MATTOS, Hebe. **História e Movimentos sociais**. In: *Novos domínios da História*. (org.) CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984, p.53-84.

MIGUEL, Luis Felipe. “**Representação Política em 3D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política**”. RBCS, São Paulo, v.51: 123-193, 2003.

MINISTERIO DA CULTURA. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Secretaria de Políticas Culturais. Coordenação Geral do Plano de Políticas Culturais. Brasília, DF: MinC . v. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. **Gestão cultural** - conceitos básicos - etapa 1 - unidade IV – Economia Criativa. Brasília: DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade da transmissão do cargo. **O dia a dia da Cultura**. Discursos: Brasília, DF: MinC. 2003. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fdiscursos%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_DmSRak0YtQfY%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fdiscursos%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY%26p_p_lifecycle%3D0%26)

\_\_\_\_\_. **Total de votos registrados**. Plataforma de eleição virtual do CNPC. <http://cnpc.cultura.gov.br/relatorios/total-de-votos-registrados> Acesso dia 17/07/2014

\_\_\_\_\_. **Ministra Ana de Hollanda defende direitos autorais**.

Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias-ddi/-/asset\\_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/ministra-ana-de-hollanda-defende-direito-autoral-519151/18021](http://www.cultura.gov.br/noticias-ddi/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/ministra-ana-de-hollanda-defende-direito-autoral-519151/18021) acesso em 30/10/2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (tradução). **UNESCO**. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Paris, 17 October 2003. Brasília, DF: Iphan, 2006. <http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3794> Acesso em 21/10/2013

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** In: Cadernos de Saúde Pública. v.9, n.3, Rio de Janeiro jul./set. 1993.

ORTIZ, Renato. Estado autoritário e cultura. In: ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 79-126

PEREIRA, Celio Augusto Souza. A efetividade da institucionalização democrática da cultura: uma análise sobre a composição no Conselho Nacional de Política Cultural. In: SILVA, Eduardo Moreira da. Et.al. (orgs.) **Experiência da Participação Institucionalizada**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013.

PERUZZOTTI, Enrique. La política de accountability social en América Latina. **Democratización, rendición de cuentas y sociedad civil: participación ciudadana y control social**, p. 245-264, 2006.

REIS, O tempo histórico como representação cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v.01, n. 34 45-65, 2011.

RUBIN, Antonio Albino Canela. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. Controle social e democracia. Belo Horizonte, UFMG, 2009 (texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, p. 9-35).

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e/no Estado**: Nexos para uma política emancipatória. Ciclo de Seminários “Movimentos Sociais e democratização do Estado”, Secretaria Geral da Presidência da República, 2012.

\_\_\_\_\_. **Redes e movimentos sociais projetando o futuro**. Revista Brasileira de Sociologia. v. 01, n. 01, Jan/Jul. 2013. Acesso: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/29/9>

\_\_\_\_\_. Redes da sociedade civil: *advocacy* e incidências possíveis. In: MARTINHO, Cássio; FELIX, Cristiane (orgs.). **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011. p.65-85

SOUZA, Clóvis H. L.; LIMA, Paula P. F. **Da inclusão ao insulamento: uma análise sobre o potencial inclusivo de conselhos nacionais**. Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfsconselhos/souza\\_clovis\\_lima\\_paula\\_da\\_inclusao\\_ao\\_insulamento\\_analise\\_potencial\\_inclusivo\\_conselhos\\_nacionais.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfsconselhos/souza_clovis_lima_paula_da_inclusao_ao_insulamento_analise_potencial_inclusivo_conselhos_nacionais.pdf)

SOUZA, Giane Maria de. Plano Nacional de Cultura: da participação e representação social na área de patrimônio cultural. In: I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”, **Anais ...** Florianópolis: UDESC, 2013. 11 p.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. RUBIN, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIN, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

UNIAO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO., **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre Participação Social. México: UNESCO, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255> Acesso em: 27 abr. 2014.

VOLDMAN, Daniéle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

## **Entrevistas**

ALBERTON, Anderson. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

ALVES, Danielle. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

CHRISTOFF, João Carlos. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

LEANDRO, Arthur. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

LOCATELLI, Nedi. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

MORAES, Taiza Rauen. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

NARLOCH, Charles. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

PELEGRINI, Cecília. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

PEREIRA, Francisco do Vale. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

SILVA, Nivaldo Jorge da. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

ZANELLA, Aliduíno. **Entrevista** concedida a Giane Maria de Souza, meio eletrônico, 2014.

## **Correspondências Eletrônicas**

CANETTI, Patrícia. **Correspondência** eletrônica enviada ao Setor de Artes Digitais. 2012.

LEANDRO, Arthur. **Correspondência** eletrônica enviada ao Fórum Amazônico. 2012.

NARLOCH, Charles. **Correspondência** eletrônica enviada ao Conselho Municipal de Política Cultural. 2012.

## **Figuras**

Fig. 1 Fotografia de Anderson Alberton. Brasília, dez, 2012.

Fig. 2. Tabela 1 Dados Compilado por Giane Maria de Souza. (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)

Fig. 3 Fotografia de Anderson Alberton. Brasília, dez, 2012.

Fig. 4 Fotografia de Anderson Alberton. Brasília, dez, 2012.

Fig. 5 Fotografia de Anderson Alberton. Brasília, dez, 2012.

Fig. 4 Tabela 2 Dados compilado por Giane Maria de Souza. (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)

Fig. 6. Fotografia de Giane Maria de Souza. Brasília, jun, 2013.

Fig. 7 Fotografia de Giane Maria de Souza. Brasília, set, 2014.

Fig. 8 Tabela 3 Dados Compilado por Giane Maria de Souza. (MINISTERIO DA CULTURA, 2012)